UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES

DIOGO FURLAN SORIANO

Metas globais de sustentabilidade da ONU: desafios e boas práticas de casos de sucesso do
sistema agroalimentar no Ceará

ORIENTADOR: PROF. DR. ROGÉRIO CERÁVOLO CALIA

RIBEIRÃO PRETO

2018

Versão Corrigida. A original encontra-se disponível na FEA-RP/USP

Prof. Dr. Vahan Agopyan

Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof. Dr. Marcio Mattos Borges de Oliveira

Chefe do Departamento de Administração

DIOGO FURLAN SORIANO

Metas globais de sustentabilidade da ONU: desafios e boas práticas de casos de sucesso do sistema agroalimentar no Ceará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão Original.

ORIENTADOR: PROF. DR. ROGÉRIO
CERÁVOLO CALIA

RIBEIRÃO PRETO

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Serviço de Documentação

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto

FICHA CATALOGRÁFICA

Soriano, Diogo Furlan

Metas globais de sustentabilidade da ONU: desafios e boas práticas de casos de sucesso do sistema agroalimentar no Ceará.

Ribeirão Preto, 2018, 160 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP.

Orientador: Calia, Rogério Cerávolo.

1. Sustentabilidade 2. Políticas Públicas 3. Sistema agroalimentar 4. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Nome: SORIANO, Diogo Furlan

Título: Metas globais de sustentabilidade da ONU: desafios e boas práticas de casos de sucesso do sistema agroalimentar no Ceará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.
Julgamento

Instituição:
Assinatura:

Prof. Dr.
Julgamento

Instituição:
Assinatura:

Prof. Dr.
Julgamento

Instituição:
Assinatura:

Aos meus amados pais, por todo suporte, incentivo e carinho,
aos meus avós por terem iluminado meu caminho.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar meus mais profundos agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, me fortaleceram e me guiaram durante o processo de conclusão dessa dissertação. Em especial, gostaria de agradecer:

Ao Prof. Dr. Rogério Cerávolo Calia, por ter me concedido a oportunidade de ingressar em um programa de Pós-graduação e pelo apoio e orientação que permitiram o meu desenvolvimento como pessoa e como pesquisador.

Aos meus pais, Wilza Carla Furlan e Almir Guedes Soriano, pelo apoio incondicional, por todos os esforços e sacrifícios que possibilitaram o meu desenvolvimento até a efetivação desta conquista.

Aos meus avós, Joaquim Furlan, Geny Furlan, Antônio Soriano e Clélia Guedes Soriano pela incrível capacidade de oferecer amor, apoio, sabedoria e principalmente de ser exemplo. Fatores que me guiaram e guiarão durante toda a minha jornada.

Ao meu irmão, Felipe Furlan Soriano por se uma referência, por oferecer sempre um apoio incondicional e por me passar a tranquilidade de saber que terei sempre com quem contar.

Ao meu grande amigo Leonardo De Vitto, por ter sido um grande parceiro e apoiador dos meus projetos pessoais e profissionais, sempre dividindo comigo responsabilidades e bons momentos.

A minha grande companheira Bárbara dos Santos Spezamiglio, por ser a minha maior incentivadora, por todo o suporte, os ensinamentos, o carinho e por me proporcionar a oportunidade de evoluir constantemente.

Por fim, a todos os meus amigos que, por mais que não tenham seus nomes listados aqui, são peça fundamental na minha formação como indivíduo e na construção do meu caráter. Sou muito grato por ter a oportunidade de compartilhar tantos momentos ao lado de pessoas especiais.

RESUMO

SORIANO, Diogo Furlan. **Metas globais de sustentabilidade da ONU: desafios e boas práticas de casos de sucesso do sistema agroalimentar no Ceará 2018**. 150f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, 2018

O presente trabalho visa analisar o impacto da agenda de Objetivos do Milênio (ODM) definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) na criação e no desdobramento de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável, com foco na ótica dos pequenos agricultores brasileiros. Para que este objetivo pudesse ser alcançado, foi empenhada uma pesquisa qualitativa exploratória por meio de estudos de caso sobre os projetos “Rede de Segurança Alimentar e Nutricional” e “Clima da Caatinga”, promovidos pela Prefeitura de Maracanaú (CE) e pela Associação Caatinga, respectivamente. A amostra foi selecionada tendo por critério de representatividade a condecoração dos projetos na edição de 2013 do Prêmio ODM Brasil, a sua localização no estado mais premiado (Ceará), e a divisão do prêmio nas categorias “Governos Municipais” e “Organizações Sociais”. A pesquisa contou com a realização de entrevistas em profundidade e entrevistas em grupo com lideranças e beneficiários dos dois projetos que, somadas às análises de documentos de fontes primárias e secundárias e observação não estruturada dentro do contexto de execução dos projetos, propiciou a elucidação dos papel e influência da ONU e das políticas públicas para o desenvolvimento e amadurecimento dos projetos estudados. Verificou-se que as iniciativas da ONU no âmbito do programa Objetivos do Milênio, apesar de produzirem baixo impacto na motivação que levou à criação dos projetos analisados, assumiram papel relevante para os seus respectivos desdobramentos, contribuindo para a sua reorientação ao planejamento de longo prazo e facilitando o estabelecimento de parcerias estratégicas. Além disso, as políticas públicas de incentivo se mostraram uma relevante ferramenta no processo de intervenção e transformação de realidades de vulnerabilidade social e degradação ambiental. Ante a isto, concluímos que os incentivos promovidos pelas organizações internacionais na esteira da definição de agendas sustentáveis, como os ODM, possuem grande potencial contributivo para a consolidação de projetos que visem a promoção do desenvolvimento sustentável.

Palavras chave: Sustentabilidade. Políticas públicas. Sistema agroalimentar. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

SORIANO, Diogo Furlan. **UN global sustainability goals: challenges and good practices of successful cases on agrifood system in Ceará 2018.** 150f. Dissertation (Master in Management of Organizations) – Faculty of Economics, Management and Accounting, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2018

This paper aims to analyze the impact of the Millennium Development Goals (MDGs) defined by the United Nations (UN) on the creation and deployment of projects focused on sustainable development, focusing on the perspective of small Brazilian farmers. In order to achieve this objective, a qualitative exploratory research was undertaken through case studies on the "Food and Nutrition Security Network" and "Caatinga Climate" projects, promoted by the City Hall of Maracanaú (CE) and the Caatinga Association, respectively. The sample was selected considering the presence of the projects in the 2013 edition of the Brazil ODM Award, its location in the most contemplated state (Ceará), and the division of the award in the categories "Municipal Governments" and "Social Organizations". The research included in-depth interviews and group interviews with leaders and beneficiaries of the two projects, which, together with the analysis of documents from primary and secondary sources and unstructured observation within the context of project execution, provided the elucidation of the roles and influence of the UN and public policies for the development and maturing of the studied projects. Following the investigation, it was found that UN initiatives under the Millennium Development Goals, although having a low impact on the motivation that led to the creation of the projects analyzed, have played a relevant role in their respective developments, contributing to their reorientation to the long-term planning and facilitating the establishment of strategic partnerships. In addition, the public policies have proved to be an important tool in the process of intervention and transformation of realities of social vulnerability and environmental degradation. It was concluded that the incentives promoted by international organizations through the definition of sustainable agendas, such as the MDGs, have great contributory potential for the consolidation of projects regarding the promotion of sustainable development.

Palavras chave: Sustainability. Public policies. Agri-food System. Millenium Development Goals. Sustainable Development Goals.

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AOI – Índice de orientação da agricultura

CC – Comando e controle

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

Enap – Escola Nacional de Administração Pública

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FBCN – Fundação Brasileira de Conservação da Natureza

GPP – Green Public Procurement

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IE – Instrumentos de Incentivo Econômico

IISD – International Institute for Sustainable Development

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPP – Princípio Poluidor Pagador

PPS – Política de Preço-Subsídio

PTF – Produtividade Total dos Fatores

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

Sisan – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SPP – Sustainable Public Procurement

UNEP – United Nations Environment Programme

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura conceitual da pesquisa	21
Figura 2 – Desenho esquemático relacionando parâmetros para alcançar o desenvolvimento sustentável	29
Figura 3 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....	31
Figura 4 – Utilização das terras por tipo de propriedade.....	41
Figura 5 – Modelo de articulação do Estado na elaboração de medidas regulatórias	51
Figura 6 – Índice de orientação à agricultura vs percentual de gastos governamentais no setor por região do mundo (2001-2013).....	57
Figura 7 – Trajeto para realização dos estudos de caso.....	74
Figura 8 – Modelo de análise de dados	79
Figura 9 – Equipamentos da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional (nov/17)	84
Figura 10 – Restaurante Central da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional de Maracanaú	85
Figura 11 – Pé de manga com enxerto e estrutura para plantio de uma propriedade de agricultores familiares	88
Figura 12 – Açude e sistema de irrigação de uma propriedade de agricultores familiares	89
Figura 13 – Benefícios gerados para os dois perfis de beneficiários do projeto: agricultores familiares e população	90
Figura 14 – Marcos da trajetória da Rede de segurança alimentar e nutricional.....	92
Figura 15 – Pilares centrais do projeto No Clima da Caatinga	94
Figura 16 – Painéis e recepção da reserva Serra das Almas.....	95
Figura 17 – Tecnologias sustentáveis do projeto No Clima da Caatinga (nov/2018)	97
Figura 18 – Meliponário e sistema de compostagem em propriedades de beneficiários do projeto	98
Figura 19 – Fogão sustentável, forno solar e cisterna instalados em comunidades atendidas pelo projeto	99
Figura 20 – Cartilhas e materiais utilizados para educação ambiental.....	101
Figura 21 – Marcos da trajetória do projeto “No clima da caatinga”	104
Figura 22 – Categorização das evidências coletadas nos estudos de caso	105
Figura 23 – Detalhamento do processo de análise e discussão	106
Figura 24 – Resumo das discussões acerca da categoria 1	116
Figura 25 – Resumo das discussões acerca da categoria 2.....	126
Figura 26 – Resumo das discussões acerca da categoria 3.....	135
Figura 27 – Resumo das discussões acerca das proposições de pesquisa	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Desempenho dos ODM – Mundo vs Brasil	32
Quadro 2 – Municípios comprometidos com os ODM.....	35
Quadro 3 – Relação entre a atividade agrícola e os ODS	39
Quadro 4 – Perfil dos proprietários rurais no Brasil	40
Quadro 5 – Cronograma de eventos recentes da política agrícola/agrária no Brasil	46
Quadro 6 – Exemplos de políticas públicas ambientais em vigor no Brasil	53
Quadro 7 – Situações relevantes para diversos tipos de pesquisa.....	66
Quadro 8 – Descrição do problema de pesquisa e objetivos do trabalho	70
Quadro 9 – Descrição do protocolo de pesquisa	74
Quadro 10 - Lista de entrevistados do Projeto Rede de Segurança Alimentar e Nutricional ..	75
Quadro 11 – Lista de entrevistados do Projeto No Clima da Caatinga.....	76
Quadro 12 – Cronograma da Pesquisa de Campo.....	77
Quadro 13 – Proposições referentes à categoria 1	107
Quadro 14 – Proposições referentes à categoria 2	117
Quadro 15 – Proposições referentes à categoria 3	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor da produção por tipo de propriedade.....	42
Tabela 2 – Quantidade de projetos premiados no Prêmio ODM Brasil 2013 por Estado	68

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Problema de Pesquisa	21
1.2	Objetivos	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	Sustentabilidade	23
2.2	Metas Globais – ODM e ODS	30
	Objetivo	32
	Desempenho Mundo	32
	Desempenho Brasil	32
	Objetivo	33
	Desempenho Mundo	33
	Desempenho Brasil	33
	ODM Relacionado	39
	Descrição da relação	39
2.3	Sistema Agroalimentar Brasileiro	39
2.4	Políticas Públicas	50
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	65
3.1	Tipo de pesquisa	65
3.2	Estratégia de pesquisa	66
3.3	Seleção dos casos	67
3.4	Protocolo de Pesquisa	69
3.5	Método de coleta	71
3.6	Coleta de dados	73
3.7	Análise de dados	77
4	RESULTADOS	81
4.1	Apresentação dos Casos	81
4.1.1	Caso 1: Rede de Segurança Alimentar e Nutricional	81
4.1.2	Caso 2: No Clima da Caatinga	93
4.2	Análise e Discussão	104
4.2.1	Influência dos ODM na consolidação dos projetos	106
4.2.2	<i>Influência das políticas públicas na consolidação dos projetos</i>	<i>117</i>
4.2.3	<i>Fatores críticos de sucesso</i>	<i>127</i>
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	137

REFERÊNCIAS.....	143
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ORGANIZAÇÕES.....	149
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PREFEITURAS.....	154

1 INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Industrial, o progresso esteve diretamente relacionado à capacidade de empresas e países aumentarem sua capacidade produtiva. Entretanto esses esforços eram realizados sem qualquer preocupação com os recursos naturais necessários e as potenciais consequências ambientais e sociais desse expressivo aumento de produção (ALIGLERI, 2011).

Hart (2005) destaca que, até a década de 1960, as “inconveniências” geradas pelo crescimento da produção industrial eram consideradas apenas um pequeno custo pelo progresso. A partir da década de 1970, a possibilidade de finitude dos recursos naturais passou a ser evidenciada e discutida, fazendo com que esse decênio se destacasse de forma representativa para a consolidação de um novo conceito de responsabilidade ambiental (SCHUTEL; GIORDANI, 2011).

Na década de 1990, emerge o conceito dos três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. Segundo os autores, para se obterem melhores resultados a partir das atividades sustentáveis, esses três pilares da sustentabilidade devem estar equilibrados, sendo válido destacar que benefícios econômicos e de bem-estar social podem ser resultados diretos de uma boa gestão dos recursos ambientais (COSTANZA et al. 1997; ELKINGTON; 1997).

Entretanto esse formato proposto pelos autores não é encontrado facilmente. De acordo com Xiao et al. (2017), o contexto internacional acaba por influenciar muito os modos de produção e, por consequência, seus impactos sociais e ambientais. Com a sustentabilidade em alta nas conjunturas internacionais, que contam com a presença de lideranças políticas e governamentais, assim como de líderes de organizações privadas e sem fins lucrativos, a preocupação internacional gira em torno da tendência de intensificação das relações comerciais internacionais e, por consequência, do aumento da produção. A pressão sobre os recursos naturais também foi intensificada, uma vez que eles representam ao mesmo tempo os insumos e o destino dos resíduos da produção (FEIX; MIRANDA; BARROS, 2010). A disseminação desses conceitos teve grande impacto e despertou a preocupação de reduzir impactos ambientais provenientes dos processos produtivos. Entretanto, dentro desse contexto, os aspectos referentes à sustentabilidade social foram gerenciados com menor ênfase (GOULD; MISSIMER; MESQUITA, 2017).

Essa discussão gerou diversos encontros internacionais ao longo do tempo, alguns dos mais relevantes foram promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). A Conferência Rio-92 foi marcada, dentre outros fatores, pela exposição do conceito de Consumo e Produção

Sustentável, que evidenciou que os padrões de consumo e produção, existentes na época, geravam impactos negativos ao desenvolvimento mundial (MEISELMAN, 2016). Outro aspecto de destaque do evento foi a proposta da Agenda 21, um instrumento que incentivou o comprometimento dos governos de diversos países em, juntamente com a sociedade civil, implementar práticas e ações visando a um desenvolvimento mais alinhado com premissas da sustentabilidade (BARBOSA, 2008).

Em setembro de 2000, baseando-se nas grandes conferências e encontros da década anterior, e preocupada com os reflexos ambientais e sociais do sistema de produção da época, a ONU propôs um plano para “libertar homens, mulheres e crianças de um mundo desumano de condições de extrema pobreza” (ONU, 2015, p. 3). Líderes políticos de 89 países reuniram-se na sede da organização, em Nova York, para adotar a Declaração do Milênio da ONU.

Com a Declaração, os países envolvidos (incluindo o Brasil) comprometeram-se a uma parceria global para reduzir a pobreza extrema, visando não somente melhorar suas condições de vida na época, mas também permitir que perspectivas de desenvolvimento se tornassem mais reais. Para isso foram propostos alguns passos relevantes, em uma série de oito objetivos – com um prazo para seu alcance em 2015 –, que se tornaram conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), são eles (ONU, 2015):

1. erradicar a extrema pobreza e a fome;
2. universalizar a educação primária;
3. igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. reduzir a mortalidade na infância;
5. melhorar a saúde materna;
6. combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
7. garantir a sustentabilidade ambiental;
8. estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Ao término do prazo estipulado para o cumprimento dos ODM, a ONU lançou um relatório comunicando os resultados obtidos com o programa. Houve evolução expressiva nos indicadores de controle de cada um dos oito objetivos do milênio. Apesar dos bons resultados, ainda há regiões que, devido a diversos aspectos peculiares, não obtiveram êxito em sanar graves problemas, como a desigualdade de gênero e de renda (entre regiões urbana e rural), além da degradação ambiental e da fome (ONU, 2015).

Em setembro de 2015, a ONU, a partir da Agenda de 2030, lançou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um novo plano diretor para os países, que fortalece a questão de que as desigualdades sociais serão mitigadas por meio de um desenvolvimento sustentável e de novos sistemas de produção que estejam alinhados com os pilares da sustentabilidade. O diferencial dos ODS é a apresentação de metas de desenvolvimento para todos os países, não apenas para os que apresentam índices alarmantes de desigualdade e pobreza. Esse plano de metas, mais ambicioso que seu predecessor, é composto por 17 objetivos:

1. erradicação da pobreza;
2. fome zero e agricultura sustentável;
3. saúde e bem-estar;
4. educação de qualidade;
5. igualdade de gênero;
6. água potável e saneamento;
7. energia limpa e acessível;
8. trabalho decente e crescimento econômico;
9. indústria, inovação e infraestrutura;
10. redução das desigualdades;
11. cidades e comunidades sustentáveis;
12. consumo e produção responsáveis;
13. ação contra a mudança global do clima;
14. vida na água;
15. vida terrestre;
16. paz, justiça e instituições eficazes;
17. parcerias e meios de implementação.

Apesar dos esforços e do comprometimento de todos os 193 países membros da ONU, há um debate na literatura no qual duas perspectivas discordam a respeito dos potenciais impactos que práticas ambientais causariam na competitividade das organizações, impactos que podem ser determinantes para a aderência ou não a tais práticas (MIRANDA; FEIX, 2010). A primeira, mais antiga e marcante na década de 1970, sustenta uma visão mais tradicional, afirmando que novas regulações ambientais gerariam mudanças estruturais, que por sua vez aumentariam os custos, fazendo com que houvesse um *trade-off* entre estar alinhado com as exigências ambientais e manter-se competitivo (MIRANDA; FEIX, 2010).

Apresentando uma visão oposta, uma corrente mais recente, pautada nos trabalhos de Porter (1991) e Porter e Van der Linde (1995), aponta para potenciais sinergias entre as variáveis “regulação/proteção ambiental” e “competitividade”, apresentando a possibilidade de que investimentos ambientalmente corretos poderiam resultar em ganhos de competitividade devido à diferenciação (MIRANDA; FEIX, 2010).

A transição de modelos convencionais para modelos alinhados à ótica sustentável está comumente relacionada com a intervenção do Estado. As políticas públicas são destacadas como instrumento governamental para a consolidação de modelos que promovam o desenvolvimento sustentável (MURAKAMI et al., 2015). Fatores como o estímulo à economia circular, incentivo à diminuição de desperdício e a conscientização sobre o consumo responsável devem ser endereçados pelas instituições públicas, conceitos que vêm sendo reforçados devido à inspiração e ao impacto causado pelo lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (RAMCILOVIC-SUOMINEN; PÜLZL, 2018).

Rogge e Reichardt (2016) destacam que um *mix* de políticas públicas é necessário e diretamente responsável pela evolução tecnológica de um país, principalmente quando se trata do contexto com foco em sustentabilidade. O *mix* é composto pelo planejamento que objetiva o desenvolvimento e pelos instrumentos que serão utilizados para viabilizar os projetos e o atingimento dos propósitos inicialmente definidos.

O acesso e o uso de informações também se configuram como estratégicos para a efetividade das ações. É possível realizar melhorias e ajustes nos instrumentos utilizados a partir da análise de informações e resultados de políticas previamente aplicadas (SCHWANTES; BACHA, 2017). O trabalho de acompanhamento deve gerar novas interações que, realizadas ao longo da evolução da estratégia, sejam capazes de equalizar os elementos fundamentais do desenvolvimento sustentável. Ou seja, o trabalho deve ser de longo prazo, e o monitoramento deve gerar intervenções que estimulem ainda mais o processo, causando um *stress* positivo, que acaba por incentivar a inovação (ROGGE; REICHARDT, 2016).

O estudo de Kelly et al. (2018) destaca a crescente demanda por acesso à informação que permite a tangibilização dos impactos do desenvolvimento sustentável na agricultura. Quanto maior a disponibilidade de informações e indicadores confiáveis, maior será a possibilidade de implementação de políticas efetivas para o atingimento dos objetivos sustentáveis desafiadores que são colocados para o setor.

Nesse contexto, o presente trabalho teve seu enfoque principal dentro do setor agrícola com foco no pequeno produtor, porque, devido a sua forte relação com a utilização de recursos naturais, o setor agrícola vem sofrendo pressões para a implementação de mudanças que permitam a conciliação do desenvolvimento econômico e da sustentabilidade ambiental. Para tal, é necessário um processo de sensibilização, por parte dos países, para com aspectos produtivos e técnicas atualmente utilizadas na agricultura (PAIXÃO; BACHA, 2015).

O Brasil, como relevante *player* do setor agrícola, cumpre papel fundamental na transição e adaptação do sistema produtivo em bases ambientalmente corretas (PAIXÃO; BACHA, 2015). Tanto a cadeia de suprimentos tradicional quanto a moderna apresentam riscos e oportunidades para a sustentabilidade do sistema agroalimentar (FAO, 2013). Isso se deve ao fato de ser uma atividade que, dependendo de seus modelos e diretrizes, pode agravar os impactos negativos sofridos pelo ambiente e pela sociedade ou pode ser utilizada estrategicamente para combatê-los. Essa questão caracteriza a agricultura como uma atividade controversa e, portanto, determinante para o desenvolvimento sustentável (FEIX; VASCONCELOS, 2005).

Tal dualidade é destacada nos trabalhos de Carneiro et al. (2015), Foresight (2011), Johnston, Fanzo e Bogil (2014) e Miranda e Feix (2010). Todos trazem informações a respeito dos aspectos negativos da produção agrícola, como a emissão de gases do efeito estufa, a contaminação do ar e da água e a diminuição da biodiversidade. Há também os impactos sociais diretamente relacionados, como a erradicação da fome e a saúde humana, tanto para os trabalhadores quanto para as comunidades acerca da produção e para os consumidores finais. A preocupação relatada por todos é que, com a perspectiva de crescimento populacional e a constante busca por aumento de produtividade, os danos causados pelo sistema tendem a tomar proporções irreversíveis, o que comprometeria o acesso à recursos naturais de qualidade e à qualidade de vida no futuro.

Dessa forma, fica evidente a contribuição do setor agrícola para o alcance da agenda sustentável da ONU, quanto aos ODM, conforme evidenciam Njoh e Akiwumi (2012), que destacam que as atividades de uso da terra têm relação direta com pelo menos três dos oito ODM: 1. erradicar a extrema pobreza e a fome; 3. igualdade entre sexos e autonomia das mulheres; 7. garantir a sustentabilidade ambiental.

O Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2016) destaca que as propostas dos ODS foram construídas sobre o sucesso obtido pelos ODM, e, para que os desafios sejam superados, fatores-chave dos ODM devem ser concluídos com êxito. Questões como a erradicação da pobreza e da fome são protagonistas nos ODS assim como foram no plano de

metas inicial, o que destaca o fato de que sanar as extremas disparidades sociais no mundo representa um passo fundamental para que o desenvolvimento sustentável possa tornar-se realidade (ONU, 2016). A literatura destaca que as políticas públicas têm papel fundamental na proposição de diretrizes que possam estimular a implementação de práticas sustentáveis no setor agrícola (BELIK, 2015; MOUYSET, 2014; NJOH E AKIWUMI, 2012; RAO, 2009).

O presente trabalho faz-se relevante visto que o prazo dos ODM foi finalizado recentemente, e que os ODS chegam com metas mais complexas e ambiciosas. Dentro desse contexto, é válido fazer uma recapitulação que evidencie os pontos positivos da evolução brasileira frente aos ODM. Além disso, há diversos estudos que tratam do sucesso dos ODM de maneira generalizada sob diversos aspectos, porém não se encontraram na literatura estudos que explorem a realidade da agricultura regionalizada dos pequenos produtores.

Ademais, o Brasil – como grande *player* agrícola no cenário internacional e como um dos países que se comprometeram com os ODS – tem a responsabilidade de promover políticas públicas que incentivem a criação e a alavancagem de projetos de cunho sustentável. O destaque positivo do país frente ao cumprimento de alguns objetivos do milênio, principalmente em relação à redução da pobreza extrema, credencia o Brasil a ser referência a outros países, no que se refere a projetos que visem à evolução de indicadores sociais (IPEA, 2014).

Visto que o Brasil possui muitos projetos cujo o objetivo é estimular a sustentabilidade, muitos deles se enquadram como agentes promotores da agenda sustentável da ONU. Assim, o presente trabalho utilizou os projetos de cunho sustentável como objeto de pesquisa, sendo que, para este estudo, projetos devem ser considerados um conjunto de ações estruturadas que visam transformar condições de realidades adversas por meio da promoção do desenvolvimento sustentável.

O Prêmio ODM Brasil, criado em 2004 pelo governo federal e coordenado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), desde então, vem premiando projetos de impacto relevante aos ODM. As condecorações são feitas em duas categorias: governos municipais e organizações sociais (IPEA, 2014).

Considerando-se o bom desempenho brasileiro, os projetos de destaque têm potencial para oferecer *know-how* de seus casos de sucesso, de modo a facilitar a implementação de projetos de impacto em outras regiões de nosso território ou até em outros países, contribuindo assim para seu progresso. Dentre os estados brasileiros, o que mais se destaca é o Ceará, pois é o que possui mais casos condecorados no Prêmio ODM Brasil. Ao total são sete casos de sucesso na

última edição, sendo seis com organizações sociais e um com uma entidade pública. Portanto, a pesquisa teve como objeto de estudo projetos executados no estado do Ceará.

Diante do contexto apresentado em relação às perspectivas da sustentabilidade, foi possível elaborar a Figura 1, em que se representa a lógica da estrutura conceitual da pesquisa, que consiste no entendimento, com foco no pequeno produtor, de como instituições públicas e internacionais podem promover o desenvolvimento sustentável por meio de projetos voltados para a sustentabilidade.

Figura 1 – Estrutura conceitual da pesquisa

Fonte: Elaborada pelo autor

1.1 Problema de Pesquisa

O problema de pesquisa do presente trabalho é: como a ONU e as políticas públicas podem influenciar na criação e desdobramento do desenvolvimento sustentável na realidade dos pequenos agricultores?

1.2 Objetivos

O objetivo geral consiste em verificar a influência da ONU e das políticas públicas nacionais na criação e no desdobramento de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável sob a ótica dos pequenos agricultores. Portanto, os objetivos específicos são:

- Verificar como as agendas sustentáveis propostas pela ONU (ODM) podem contribuir para consolidação de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável de pequenos agricultores;

- Compreender como as políticas públicas podem fomentar projetos voltados ao desenvolvimento sustentável de pequenos agricultores;
- Identificar fatores críticos de sucesso para o melhor aproveitamento da nova agenda internacional da ONU (ODS) no que tange ao desenvolvimento sustentável para pequenos agricultores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste item foram expostos os argumentos que alicerçaram a lógica do trabalho. Os estudos referenciados foram classificados em quatro tópicos para facilitar a compreensão e a contextualização dos conceitos.

2.1 Sustentabilidade

O tópico inicial tem o papel de ilustrar toda a evolução histórica do conceito e dos debates acerca da sustentabilidade, permitindo, assim, a compreensão do contexto no qual o problema de pesquisa foi identificado.

Durante grande parte da existência humana, a produção tinha o único objetivo de permitir a sobrevivência, independentemente das possíveis consequências para a natureza. Os nômades, por exemplo, usufruíam dos recursos naturais de modo intenso, migrando em seguida para o próximo local com natureza abundante o suficiente para sanar suas necessidades (STÉDILE; LOCONTE, 1997). Apesar de terem se passado milhares de anos e de ter havido diversas mudanças sociais e econômicas, essa mentalidade não sofreu alterações drásticas, pelo menos até a década de 1960. A ideia de que a degradação ambiental e a poluição eram o “custo do progresso” sempre foi aceita, e o foco de todas as indústrias concentrava-se no aumento da produção e no desenvolvimento econômico independentemente de potenciais limitações dos recursos naturais (HART, 2005).

Seguindo os exemplos internacionais, o Brasil, principalmente nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, investiu de maneira intensa nas indústrias de energia e siderurgia. Durante boa parte desse processo, de maneira alinhada com o cenário internacional, não houve preocupação com os reflexos socioambientais que a indústria poderia trazer. Entretanto, em 1959, foi criada a Fundação Brasileira de Conservação da Natureza (FBCN)¹, o que já demonstrava o início de uma nova mentalidade, que incentivava a criação de parques como um mecanismo de preservação (ALMEIDA, 2002).

Os impactos da ação humana no ambiente também foram amplamente discutidos por Carson (1962), que elucidou a relação de dependência que existe entre a humanidade e as plantas, fonte primária de alimento, destacando que os meios de produção agrícola da época poderiam

¹ É uma ONG fundada na cidade do Rio de Janeiro com a finalidade de promover ações nacionais para a conservação dos recursos naturais, principalmente a partir da implantação de áreas reservadas para a preservação da natureza.

comprometer a saúde do solo, da água e dos humanos que fossem expostos às substâncias químicas utilizadas no manejo da produção. Na década de 1970, a possibilidade de finitude dos recursos naturais passou a ser evidenciada e discutida, fazendo com que essa década fosse bem representativa para a consolidação de um novo conceito de responsabilidade ambiental (SCHUTEL; GIORDANI, 2011). Em alta, a temática da sustentabilidade passou a ser pauta de discussões e debates internacionais, que contavam com lideranças políticas e governamentais, assim como com líderes de organizações privadas e sem fins lucrativos (ALMEIDA, 2002; SACHS, 2007). O mecanismo encontrado para que as organizações passassem a responsabilizar-se pelos impactos ambientais de sua operação foi a implementação de políticas públicas que exigiam o comprometimento por parte da empresa (HART, 2005).

A criação de leis permitiu que agências e mecanismos de controle fiscalizassem as empresas, com o intuito de verificar se elas estavam respeitando as novas exigências estabelecidas (HART, 2005). Nesse novo cenário, as empresas passaram a ver as exigências ambientais como um entrave à operação, tratando-as como um custo extra. Outra crítica à nova legislação estabelecida é que ela acabava por desestimular a inovação e a flexibilização dos processos, visto que era considerada uma abordagem reativa e não preventiva (HART, 2005).

Devido às pressões externas, a legislação brasileira também se adaptou e esse efeito foi observado no país na década de 1970 (ALMEIDA, 2002). Assim como criticado nos outros países, as políticas ambientais no Brasil eram consideradas entraves, uma vez que eram aplicadas em um sistema de comando-e-controle, no qual as normas deveriam ser seguidas sob possível pena de multas e interdições (ALMEIDA, 2002). Nesse contexto, nota-se que as novas exigências colocadas pelo Estado eram identificadas com empecilhos ao progresso, pois “intensifica-se uma disseminada insatisfação com os impactos adversos provocados pela gestão das organizações e busca-se uma nova relação entre meio ambiente e desenvolvimento” (ALIGLERI, 2011, p. 8).

De forma inovadora, no final da década de 1970, empresas japonesas ganharam destaque frente a suas concorrentes ao redor do mundo, devido à capacidade que desenvolveram de obter uma produção de baixo custo capaz de gerar produtos de qualidade. Tal diferenciação chamou a atenção do resto do mundo para os métodos de produção e gestão utilizados pelas empresas japonesas, o método em questão era o de metodologia contínua, conhecido como Kaizen. Visando aumentar sua capacidade competitiva, as empresas passaram a utilizar de uma nova postura gerencial, que fosse capaz de trabalhar concomitantemente com questões de qualidade total e qualidade ambiental (CARDOSO, 2012).

A busca por uma relação harmoniosa entre o desenvolvimento e as demandas ambientais ganhou robustez com a formalização do conceito de desenvolvimento sustentável, em 1987, no relatório *Nosso Futuro Comum*, que afirmava que o desenvolvimento sustentável seria alcançado no momento em que as necessidades atuais fossem satisfeitas de modo que os recursos necessários para atender às necessidades das gerações futuras fossem preservados. Para o atingimento desse objetivo, era necessário reconhecer que os danos ao meio ambiente têm consequências de caráter mundial e que era de comum interesse que fossem implementadas políticas e práticas que permitissem o desenvolvimento sustentável, sendo necessário que a temática fosse identificada como prioridade para todo e qualquer tipo de instituição, desde as Nações Unidas até governos, empresas, entidades e organizações de qualquer porte (BRUNDTLAND, 1987).

Com o amadurecimento dos conceitos de desenvolvimento sustentável, “o meio acadêmico e as corporações se tornam mais receptivas às questões socioambientais, que passam a ser incorporadas em duas áreas: inovação e gestão da qualidade” (CARDOSO, 2012, p. 26). As empresas passaram a enxergar na prevenção da poluição e na redução dos impactos ambientais uma oportunidade de economia de custo. Desse modo, para garantir a qualidade e a eficiência de sua produção, incorporaram métodos de prevenção à poluição em seus processos produtivos. Outro fator que as motivou a aderirem ao desafio de mudanças estruturais e gerenciais foi a visibilidade positiva gerada para empresas associadas ao comprometimento social e ambiental (ALIGLERI, 2011).

Do ponto de vista acadêmico, o conceito de *Triple Bottom Line*, de Elkington (1997), evidenciou a necessidade de considerar custos e retornos provenientes de ações ambientais e sociais na composição da contabilidade tradicional. Essa prática ganhou força a partir do momento em que o mercado de ações passou a valorizar iniciativas socioambientais por parte das empresas, o que aumentou os benefícios percebidos por elas ao adotarem práticas sustentáveis, uma vez que teriam retorno financeiro não somente devido à redução de custos já inerentes às inovações sustentáveis, mas também pela valorização de suas ações na bolsa. “Diante deste cenário mais promissor, as empresas mais ousadas ou pioneiras se lançaram ao desafio de aumentar o valor socioambiental e, consequentemente, financeiro” (CARDOSO, 2012, p. 30). Na década de 1990, o conceito de Produção mais Limpa, lançado pela *United Nations Environment Programme* (UNEP) nos Estados Unidos, chegou ao Brasil por meio da

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo² (Cetesb), que fortaleceu a proposta de que as empresas deveriam direcionar seus esforços para incorporar em seus processos estratégias de prevenção ambiental (MELLO; NASCIMENTO, 2002).

Também na década de 1990, como consequência da crescente discussão sobre o tema, foi criado o primeiro sistema de gestão socioambiental. O objetivo do novo sistema era promover a melhoria contínua dos processos organizacionais no que se diz respeito ao desempenho ambiental, social, econômico e no relacionamento com seus *stakeholders*. Esse sistema ganhou consistência a partir da padronização e fiscalização de processos, fato que ficou marcado com a criação da série ISO³, que hoje tem como principais certificados: CE EMAS (ambiental); BS 8855 (ambiental); ISO 14000 (meio ambiente); ISO 9000 (qualidade); BS 8800 (condições dignas de trabalho) (LOUETTE, 2007).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) foi realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992 e teve com um de seus destaques a divulgação da Agenda 21. Esse instrumento foi considerado um marco institucional para a formalização de um esforço comum entre governo e sociedade civil em busca de desenvolvimento socioeconômico associado à preservação do meio ambiente (BARBOSA, 2008). O evento foi responsável pelo engajamento político de diversos países em relação à problemática tratada: 113 países envolveram-se em atividades relacionadas à Agenda 21 (MALHEIROS; PHILIPPI JUNIOR; COUTINHO, 2008).

Muitos reflexos foram percebidos depois da marcante conferência de 1992: não só as organizações passaram a ter maior consciência a respeito dos impactos ambientais de sua operação, como também os consumidores ficaram mais exigentes:

Cada vez mais os consumidores estão em busca de soluções para satisfazer seu anseio de transformar o mundo globalizado em um mundo melhor. Em um mundo confuso, eles buscam empresas que abordem suas mais profundas necessidades de justiça social, econômica e ambiental em sua missão, visão e valores. Buscam não apenas satisfação funcional e emocional, mas também satisfação espiritual, nos produtos e serviços escolhidos (KOTLER; KELLER, p. 4; 2010).

Tal evolução conceitual modificou o papel da empresa em função dos novos valores da sociedade: as organizações passaram a ter um papel mais amplo do que apenas gerar lucros e

² A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) é a agência do governo do estado responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo.

³ Sigla referente à Organização Internacional para Padronização (em inglês *International Organization for Standardization*).

comprometer-se com salários e impostos (ALIGLERI, 2011). A responsabilização das empresas por consequências de suas atividades tem ganhado força, o que se aplica desde aspectos da cadeia produtiva até mesmo ao ciclo de vida do produto, de acordo com Savitz (2007). A responsabilidade das empresas perpassa não somente por consequências de sua operação, mas também da operação de seus fornecedores, assim como seus potenciais reflexos nas comunidades locais e clientes finais (ALIGLERI, 2011).

Como consequência de todo esse movimento verde, as empresas perceberam que “as questões socioambientais, na verdade, eram questões estratégicas, que podiam ser monitoradas como fontes de oportunidades” (CARDOSO, 2012, p. 29). Assim, torna-se essencial para as empresas o uso da sustentabilidade dentro de suas estratégias e tomadas de decisão para conseguir manter a competitividade. Para Jacintho (2010), a organização focada em sustentabilidade é aquela que busca valores para seus grupos de interesse.

A competitividade pode ser vista como a produtividade das empresas ligada à capacidade dos governos, ao comportamento da sociedade e aos recursos naturais e construídos, aferida por indicadores nacionais e internacionais, permitindo conquistar e assegurar fatias de mercado (JACINTHO, 2010, p. 42).

Ou seja, para manter sua competitividade no mercado, uma organização tem de estabelecer uma relação de produtividade coerente e positiva com os valores de seus *stakeholders*:

Quando a empresa passa a valorizar sua relação com o meio ambiente e tomar medidas preventivas, sua imagem perante a opinião pública tende a apresentar conotação diferenciada. Valorizar sua preocupação com o meio ambiente tem um forte papel, entre outros, na manutenção dos clientes atuais e atração de novos consumidores (PAIVA, 2003, p. 48).

A aceitação do conceito de desenvolvimento sustentável aumentou no mundo dos negócios quando os líderes perceberam que ele poderia trazer impactos positivos, não apenas em questões ambientais, mas também para os lucros da empresa. Entretanto, tal conscientização surgiu depois de anos de externalização dos custos econômicos, sociais e ambientais provenientes de sua operação. Como consequências desses anos de atividade focada especificamente em retorno financeiro, foram geradas graves situações sociais, como a escravidão infantil, e ambientais, como a degradação de florestas e outros biomas (ALIGLERI, 2011).

Apesar de ter elevado sua aceitação, evolutivamente, os aspectos de sustentabilidade social foram os últimos a ganhar algum tipo de representatividade e destaque (GOULD; MISSIMER; MESQUITA, 2017). A desatenção voltada aos aspectos sociais gerou uma limitação dos benefícios obtidos pelas empresas ao adotar práticas da sustentabilidade, pois, de acordo com a

definição de Elkington (1997), a sustentabilidade deve ser alcançada através da harmonia de três pilares fundamentais – o econômico, o ambiental e o social – conceito que ficou conhecido como *Triple Bottom Line* (TBL).

O conceito de que os três pilares do modelo de Elkington (1997) devem estar em harmonia está alinhado com a teoria de Costanza et al. (1997), que propõem que um modelo de negócio ecologicamente eficiente tende a ser um sistema de menor entropia⁴ e, portanto, capaz de gerar maior bem-estar social. Considerando a inter-relação entre os pilares da sustentabilidade do *Triple Bottom Line*, percebe-se que o desenvolvimento de um deles pode gerar impactos positivos no desenvolvimento dos demais. Sendo assim, modelos de negócio construídos respeitando os conceitos de desenvolvimento sustentável podem gerar integrações que combinem forças e compensem fraquezas, tendo como reflexo impactos positivos em todo o sistema (JONKUTE; STANIŠKIS, 2016).

Os riscos sociais advindos da produção podem ser comparados com as taxas de emissão de carbono, no sentido de que países em condições privilegiadas conseguem alocar os riscos sociais em outros territórios. Esse efeito acaba por afetar toda a cadeia de suprimentos para a geração de um produto final, e os potenciais riscos variam de acordo com a relação dos atores econômicos, tipos de produtos e países. A relação entre os atores econômicos depende das características da relação comercial, assim, países que atuam como parceiros tendem a gerar baixos impactos sociais na produção de seus aliados; entretanto, ainda há relações comerciais nas quais o poder de barganha faz com que o país produtor arque com os impactos sociais de maneira mais grave (XIAO et al., 2017).

Dentro desse contexto, o Brasil é identificado como um país que trabalha em parceria, e, nas suas relações comerciais, os riscos sociais dos importadores estão em sua maioria alinhados com os riscos sociais do próprio país (XIAO et al., 2017). O trabalho apresentado por Xiao et al (2017) indica que há de fato relação entre os grupos de consumidores e de trabalhadores do mesmo produto, sugerindo assim que os consumidores se atentem à responsabilidade de sua decisão de compra, visto que ela pode influenciar nos riscos sociais presentes no país de fabricação.

⁴ A lei da entropia afirma que, em um sistema fechado, a quantidade de energia disponível para executar trabalho tende a diminuir conforme a utilização do sistema. De maneira semelhante, o crescimento econômico acelera o rendimento do sistema e, por consequência, acelera a entropia, ameaçando assim sua sustentabilidade (COSTANZA et al., 1997).

O papel dos consumidores também é destacado como aspecto-chave para a implementação da sustentabilidade. O consumo sustentável, por meio dos avanços tecnológicos e da conectividade, tem demonstrado potencial para mudar o conceito de mercado de forma revolucionária, forçando a criação de um mercado inovador. Ao alterar seu perfil de consumo de “posse” para “acesso”, o consumidor fortalece o comportamento sustentável e promove benefícios às empresas e organizações que estejam preparadas para atender às demandas e exigências desse novo perfil (TONI; RENZI; MATTIA, 2018).

Como visto, os processos produtivos assim como as relações comerciais e os padrões de consumo, podem impactar, dentre outras, questões sociais, ambientais e econômicas dos países, desse modo, relacionam-se diretamente com os interesses do governo e impactam sua agenda política. A sustentabilidade social ainda é identificada como uma área subestudada dentro do conceito geral de sustentabilidade. Embora aspectos como equidade, justiça social, inclusão social, qualidade de vida e capital social sejam indispensáveis para a sustentabilidade social, nem sempre estão na lista de prioridades governamentais (KOURULA; PISANI; KOLK, 2017). Atualmente, os recursos públicos direcionados para a evolução desses indicadores sociais são limitados e, por isso, o desenvolvimento local caminha mais lentamente que o desejável. Aspectos de desenvolvimento social deveriam estar na linha de frente das propostas políticas como estratégias para o desenvolvimento local e regional (SLADE; CARTER, 2017).

Na Figura 2, ilustra-se de maneira didática o que foi exposto no presente tópico, destacando-se como os três aspectos da sustentabilidade se relacionam, e como o desenvolvimento sustentável é uma consequência de sua coexistência saudável (BARBOSA, 2008).

Figura 2 – Desenho esquemático relacionando parâmetros para alcançar o desenvolvimento sustentável

A evolução histórica das discussões acerca da sustentabilidade gerou o engajamento de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas, que vem cumprindo um papel de destaque na mediação de encontros e debates visando, cada vez mais, à implementação de estratégias sustentáveis para o desenvolvimento tanto de empresas quanto de países. O trabalho da ONU, assim como seus principais projetos de sustentabilidade, foi descrito com mais detalhes no próximo tópico.

2.2 Metas Globais – ODM e ODS

Um grande marco da agenda política apresentada pela ONU na Conferência Rio-92 foi o conceito de Consumo e Produção Sustentável, que identificou que os padrões de consumo e produção eram responsáveis por influenciar negativamente o desenvolvimento mundial na época (MEISELMAN, 2016). Tal definição originou-se do conceito de desenvolvimento sustentável proposto, em 1987, pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, “o desenvolvimento sustentável é aquele que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (TURNER, 1995).

Xiao et al. (2017) destacam que, ao longo do tempo, os modos de produção, a cadeia de suprimentos e as relações internacionais geram impactos sociais, e que em alguns casos os riscos sociais de produção ficam concentrados nos países produtores, enquanto os países consumidores preservam sua sociedade dessa exposição. Esse efeito contribui para o grande contraste entre a pegada social de países subdesenvolvidos e países em desenvolvimento ou desenvolvidos. Os esforços para implementação de práticas sustentáveis nos modelos de produção muitas vezes se restringiam a aspectos ambientais, fazendo com que a mitigação de consequências sociais negativas ficasse em segundo plano (GOULD; MISSIMER; MESQUITA, 2017).

Com a globalização, as economias vêm se expondo cada vez mais a riscos e oportunidades. O fluxo de bens, serviços, mão de obra e investimentos entre os países tem se intensificado, o que pode provocar consequências potencialmente positivas ou negativas para as nações. Esse risco envolvido faz com que os países estejam atentos a indicadores globais de competitividade e de estratégias que potencialmente possam garantir que o seu próprio potencial competitivo não seja comprometido. Não perder competitividade é considerado um fator estratégico e essencial para que o crescimento econômico possa ser contínuo. Paralelamente, empresas e população

também se atentam e comparam o desempenho de seus países com o resto do globo, o que permite que sejam geradas expectativas frente aos resultados das políticas públicas em relação ao desenvolvimento social e econômico (VOINESCU; MOISOIU, 2015).

O contraste entre os indicadores sociais dos países motivou a Organização das Nações Unidas (ONU), no início dos anos 2000, a organizar um encontro com os líderes mundiais para que fossem discutidas e propostas metas e ações. Com o objetivo de reduzir a pobreza extrema no mundo, esse debate culminou em um plano de metas que ficou conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), composto por oito grandes objetivos, em destaque na Figura 3 (ONU, 2015), que deveriam ser cumpridos no prazo de 15 anos.

Figura 3 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Fonte: ONU (2016).

O Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável publicado pela ONU em 2015 apresenta expressiva evolução observada em todos os objetivos, esse resultado positivo foi obtido a partir do comprometimento e de ações orientadas em nível mundial, nacional e local. Destaca-se, também, que intervenções políticas focadas, com estratégias de longo prazo e utilização adequada de recursos são capazes de promover mudanças significativas até mesmo em países e regiões de extrema pobreza (ONU, 2015). O relatório Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento, publicado em 2014 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea⁵), é o mais atualizado em relação à

⁵ O Ipea é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial (SEROA DA MOTTA; RUITENBEEK; HUBER, 1996).

performance do Brasil frente aos Objetivos do Milênio (IPEA, 2014). No Quadro 1, resume-se o desempenho do mundo e do Brasil no atingimento das metas propostas.

Quadro 1 – Desempenho dos ODM – Mundo vs Brasil

Objetivo	Desempenho Mundo	Desempenho Brasil
ODM 1: Acabar com a fome e com a miséria.	Redução de mais da metade de pessoas em situação de extrema pobreza (de 1.9 bilhão para 836 milhões). Quantidade de pessoas subnutridas nas regiões em desenvolvimento que representavam 23,3%, em 1990, passaram a 12,9% em 2015.	Redução do nível de extrema pobreza de 25,5% da população em 1990 para 3,5% em 2012. A desigualdade de renda apresentou redução, apesar de sutil, os 20% mais ricos que detinham 65,2% das riquezas em 1990 passaram a 57,1% em 2012. Essas mudanças impactaram todas as pessoas e regiões do país, independentemente de cor, idade ou local (perímetro urbano ou rural). Taxas de desnutrição passaram de 7,1% em 1989 para 1,8% em 2006 (pode-se considerá-la estatisticamente erradicada a partir de 2,3%).
ODM 2: Educação básica de qualidade para todos.	A quantidade de crianças com idade pré-escolar que estão fora da escola caiu de 100 milhões em 2000 para 57 milhões em 2015. A taxa de alfabetização entre 15 e 24 anos passou de 83% a 91% no período.	Taxa da população entre 7 e 14 anos que está na escola passou de 81,2% em 1990 para 97,7% em 2012. A taxa de alfabetização entre 15 e 24 anos passou de 90,3% a 98,7% no período.
ODM 3: Igualdade entre sexos e valorização da mulher.	Todas as regiões em desenvolvimento conseguiram eliminar a defasagem de estudos entre os gêneros. As mulheres passaram a ter 41% dos empregos na região urbana, número que era de 35% em 1990. 90% dos países (com informação disponível) aumentaram a representatividade da mulher dentro da política (apesar de representar apenas 20% atualmente, foi identificada uma pequena evolução).	Em 2012, as mulheres passaram a ter 47,3% dos empregos na região urbana, número que era de 42,7% em 1992. Comparando-se os anos de 1994 e 2010, a representatividade das mulheres na Câmara dos Deputados passou de 6,2% para 8,8% e no Senado Federal de 7,4% para 14,8%. De 2011 a 2014 25,6% dos ministros nomeados foram mulheres.
ODM 4: Reduzir a mortalidade infantil.	A mortalidade infantil abaixo de 5 anos de idade diminuiu mais da metade, passando de 90 mortes a cada 1.000 partos para 43 (entre 1990 e 2015). Representando cerca de 6,7 milhões de mortes prevenidas. A taxa de vacinação contra sarampo passou de 73% em 2000 para 84% em 2015, o que preveniu 15,6 milhões de mortes.	A mortalidade infantil abaixo de 5 anos de idade diminuiu mais da metade, passando de 53,7 mortes a cada 1.000 partos para 17,7 (entre 1990 e 2011). Apresentou taxa de vacinação contra sarampo de 99,5% do público-alvo.
ODM 5: Melhorar a saúde das gestantes.	Mais de 71% das mulheres passaram a ser assistidas por pessoas competentes no momento do parto, o número era de 59% em 1990. A mortalidade das mães por parto passou de 380 para 210 a cada 1.000.	Em 2011, 99% dos partos foram realizados em hospitais ou outros estabelecimentos de saúde. A mortalidade das mães por parto passou de 143 para 63,9 a cada 1.000 (de 1990 a 2011).

Continua

Continuação

Objetivo	Desempenho Mundo	Desempenho Brasil
ODM 6: Combater a Aids, a malária e outras doenças.	As infecções de HIV caíram de 3,5 milhões para 2,1 milhões entre 2000 e 2013. A quantidade de pessoas que recebeu tratamento adequado para o HIV passou de 800 mil em 2003 para 13,6 milhões em 2014. A taxa de incidência de malária no mundo baixou para 37%, enquanto a taxa de mortalidade pela doença decresceu 58%. A taxa de mortalidade por tuberculose diminuiu 45%.	Coefficiente de mortalidade da Aids caiu de 6,3 para 5,5 a cada 100 mil habitantes (2001 a 2012). Coefficiente de mortalidade da malária caiu de 0,17% para 0,02% (1990 a 2012). Incidência de tuberculose caiu de 51,8 para 37 casos a cada 100 mil habitantes (1990 a 2012).
ODM 7: Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.	Desde 1990, cerca de 1,9 bilhão de pessoas passaram a ter acesso à água encanada. 98% das substâncias danosas à camada de ozônio foram eliminadas desde 1990. 2,1 bilhões de pessoas passaram a ter acesso à saneamento básico.	O acesso à água potável passou de 70,1% para 85,5% da população brasileira (1990 a 2012). As substâncias que causam o agravamento da camada de ozônio foram praticamente eliminadas, principalmente o CFC e o Brometo de Metila, que tiveram seu consumo reduzido a 0. Saneamento básico: 53,3% da população tinha acesso em 1990, passando a 77% em 2012.
ODM 8: Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.	Os recursos provenientes dos países desenvolvidos para incentivar o desenvolvimento econômico e de bem-estar social nos países subdesenvolvidos passou de 81 bilhões de dólares em 2000 para 135 bilhões de dólares em 2014. Dinamarca, Luxemburgo, Noruega, Suécia e Reino Unido direcionaram 0,7% do seu PIB (em 2014) para que a ONU pudesse assistir o desenvolvimento em outros países.	Entre 2010 e 2013 o Brasil executou aproximadamente 5.000 iniciativas de cooperação técnica entre países, beneficiando assim cerca de 100 países da América Latina, África e Ásia. 16 países da África tiveram programas de alimentação escolar aprimorados devido a iniciativas de cooperação técnica.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Ipea (2014) e ONU (2015)

De maneira alinhada com os objetivos propostos, os países que apresentaram evoluções mais representativas foram aqueles mais expostos a lidar com a extrema pobreza e situações de vida ou morte provenientes de graves doenças. Os resultados obtidos indicaram uma representativa aceleração na evolução dos indicadores sociais, principalmente quando se destacavam aspectos de necessidades básicas e em países com baixos índices econômicos (McARTHUR; RASMUSSEN, 2018).

Njoh e Akiwumi (2012) alertam para um fator que também é citado no relatório descrito: os países vão responder de maneira diferente a esses estímulos e direcionamentos. Fatores como o modelo de colonização impactam o modo como as políticas públicas são orientadas e executadas, o que pode influenciar a fluidez dos projetos e, consequentemente, sua efetividade. No caso do Brasil, a colonização teve cunho exploratório, focada na exportação de produtos naturais do território. Outro aspecto relevante é o fato de que, durante praticamente 400 anos,

não houve estímulo a pesquisa e desenvolvimento nacional, fazendo com que cada vez mais o país fosse dependente da exportação de seus recursos, gerando assim um baixo nível de desenvolvimento social e considerável degradação ambiental (STÉDILE; LOCONTE, 1997).

Recentemente, comprometimento do governo federal gerou a criação de diversos programas e políticas com o objetivo de promover a evolução do país em relação aos ODM, como: Brasil sem Miséria, Brasil Carinhoso, Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade no Mundo do Trabalho, Saúde Mais Perto de Você, Rede Cegonha, além do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e programas nacionais de controle e combate à malária, dengue e tuberculose (BRASIL, 2016).

Assim como citado anteriormente, os ODM não são atingidos apenas com contribuições exclusivamente governamentais, inclusive o ODM 8 (Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento) expõe a necessidade do engajamento coletivo, foi pensando nisso que o governo federal brasileiro, em 2004, propôs a criação do Prêmio ODM Brasil. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) são responsáveis pela coordenação técnica do Prêmio ODM Brasil, que é dividido em duas categorias: governos municipais e organizações. A primeira tem o objetivo de destacar as políticas públicas implantadas por prefeituras que mais contribuem com os ODM. De maneira similar, o prêmio dedicado às organizações pretende valorizar e compartilhar práticas com o mesmo objetivo, porém concorrem somente projetos protagonizados por representantes do setor privado, associações da sociedade civil, fundações e universidades (BRASIL, 2016).

Os ODM, além de estimularem a criação de programas e campanhas, impactaram aspectos da legislação brasileira, principalmente na forma de decretos. Dois estados destacam-se nesse sentido, Rio Grande do Sul e Paraíba, pois assumiram o compromisso considerando toda sua unidade federativa. Alguns municípios, expostos no Quadro 2, também formalizaram seu comprometimento por meio de decretos:

Quadro 2 – Municípios comprometidos com os ODM

Município	Estado
Alfenas	MG
Belém	PA
Itapecerica	MG
São Gonçalo do Amarante	RN
Santo Antônio da Patrulha	RS
Paranavaí	PR
Santos	SP
Palmas	TO

Fonte: elaborado pelo autor com base em Brasil (2016)

Como citado anteriormente, os ODM promoveram avanços muito significativos no combate à pobreza extrema, entretanto, ainda há países, regiões e comunidades que passam por dificuldades. O relatório Objetivos do Desenvolvimento do Milênio 2015 retrata, além de todas as conquistas, algumas das desigualdades que o programa não conseguiu combater totalmente ao redor do mundo, evidenciando que ainda há muito trabalho a ser feito e que as pessoas em situações mais vulneráveis não podem ser deixadas para trás. Tais lacunas são apresentadas a seguir.

- **Desigualdade de gênero:** as mulheres continuam sendo protagonistas em diversas estatísticas negativas sobre trabalho e pobreza. Na América Latina e no Caribe, a probabilidade de uma pessoa em condição de pobreza ser mulher é 17% maior, segundo dados de 2012. Ainda há discriminação de gênero para o acesso ao mercado de trabalho: considerando-se a população economicamente ativa, três quartos dos homens estão empregados, enquanto apenas metade das mulheres está nessa condição. Além de serem minoria, as mulheres também ganham 24% menos que os homens. Por fim, outro ponto preocupante é a baixa representatividade da mulher em posições de liderança, tanto no setor público quanto no privado (ONU, 2015).
- **Alta desigualdade de renda tanto entre as camadas pobres e ricas da sociedade, quanto entre os perímetros urbanos e rurais:** a drástica diferença entre essas realidades acaba por impactar mais severamente aspectos de saúde e estudo. A probabilidade de uma criança pobre abandonar a escolar é quatro vezes maior do que a de uma criança que vive na camada mais abastada da sociedade. Na zona rural, o acesso à saneamento básico é de apenas 50%, comparado com 82% da zona urbana. Também há diferença significativa no acesso à água potável: 16% da população rural não tem

acesso, enquanto apenas 4% da população urbana sofre com essa dificuldade (ONU, 2015).

- **Mudanças climáticas e degradação ambiental:** aspectos como a emissão de dióxido de carbono e demais gases de efeito estufa são muito preocupantes. O desenvolvimento das economias é acompanhado de impactos ambientais relevantes, fatores como o desmatamento, somado à exploração exacerbada do ecossistema marinho, tende a interferir negativamente na biodiversidade e na qualidade da água. Normalmente as comunidades mais carentes apresentam relação mais íntima com a natureza, sendo assim, estão mais vulneráveis a impactos oriundos da degradação ambiental (ONU, 2015).
- **Os conflitos entre nações continuam sendo a maior ameaça ao desenvolvimento humano:** os conflitos não geram somente um efeito de migração em massa, que nos anos recentes fica atrás apenas do período da Segunda Guerra Mundial, mas também problemas estruturais para uma sociedade. Zonas de conflito normalmente apresentam indicadores extremos de pobreza, nelas 36% das crianças estão fora da escola. Os impactos sociais negativos dessas regiões são desastrosos (ONU, 2015).
- **Milhões de pessoas carentes ainda vivem em condições de pobreza e fome, sem acesso aos serviços básicos:** vale ressaltar novamente que, apesar de grande evolução nesses aspectos, este tópico pretende evidenciar as situações críticas que devem ser trabalhadas para que as pessoas de todo o planeta possam viver com dignidade. Seguem alguns números preocupantes: cerca de 800 milhões de pessoas ainda vivem em condições de pobreza extrema e fome, 160 milhões de crianças com menos de 5 anos apresentam peso inadequado para a idade devido à escassez de alimento, quase metade dos trabalhadores do mundo trabalha em condições inadequadas ou exposta a risco. O acesso à água potável foi ampliado, porém 40% da população mundial ainda convive com a escassez do recurso. Também há diversas questões delicadas em relação à saúde, como alto nível de mortalidade infantil, atendimento inadequado às mulheres grávidas e tratamento adequado de apenas 36% das pessoas com HIV (ONU, 2015).

Como visto, houve muito progresso durante o ciclo de 15 anos proposto no planejamento inicial dos ODM. Entretanto, ainda restam diversos desafios, não apenas aqueles nos quais os ODM não obtiveram êxito, mas também novas e mais complexas questões relacionadas ao mundo atual. Nesse cenário, a ONU chegou à conclusão de que seria necessário o estabelecimento de

um novo plano de metas, ainda mais ousado, visando promover a evolução de indicadores não somente nos países com baixos indicadores sociais, mas, sim, em todo o mundo (ONU, 2015).

Em setembro de 2015, a ONU propôs um novo acordo com seus 193 estados-membros. Trata-se da Agenda 2030, que apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) divididos em 169 metas. Essa agenda, que visa a um desenvolvimento social e ambiental equilibrado ao econômico, destaca a importância de que todos os países tenham metas de progresso social independentemente de sua situação econômica (ONU, 2016). De acordo com Xiao et al. (2017), os ODS diferem dos ODM pelo fato de serem mais colaborativos, pois propõem maior envolvimento da sociedade civil, destacam a importância do engajamento das organizações, promovendo, assim, o sentimento de responsabilidade de todos, são eles:

1. erradicação da pobreza;
2. fome zero e agricultura sustentável;
3. saúde e bem-estar;
4. educação de qualidade;
5. igualdade de gênero;
6. água potável e saneamento;
7. energia limpa e acessível;
8. trabalho decente e crescimento econômico;
9. indústria, inovação e infraestrutura;
10. redução das desigualdades;
11. cidades e comunidades sustentáveis;
12. consumo e produção responsáveis;
13. ação contra a mudança global do clima;
14. vida na água;
15. vida terrestre;
16. paz, justiça e instituições eficazes;
17. parcerias e meios de implementação (ONU, 2016).

Apesar de a Agenda 2030 representar um grande avanço para o desenvolvimento sustentável, é apenas um ponto de partida. Ainda será necessário verificar as inter-relações entre os objetivos e pensar nas parcerias e estratégias necessárias para alcançá-los (COSTANZA et al., 2016). Para que isso aconteça, será necessária a cooperação entre área acadêmica, instituições e empresas, visando a maneiras alternativas e alinhadas aos desafios do desenvolvimento sustentável (VERGRAGT et al., 2016). Também será necessário que as empresas revejam seus

modelos de negócio, que raramente trabalham aspectos da sustentabilidade social (REYES; XAVIER; NAVEIRO, 2017), assim como aspectos de sua cadeia de suprimentos, visando se tornarem cada vez mais sustentáveis e capazes de gerar produtos mais limpos (JONKUTE; STANIŠKIS, 2016).

No que tange à visão de longo prazo, os ODS podem ser encarados como macrodirecionadores para a tomada de decisão das empresas. Mesmo que os objetivos propostos sejam apenas parcialmente alcançados, ainda assim representariam um sólido roteiro no qual basear-se durante a construção do planejamento estratégico. Também vale ressaltar que, para que haja êxito na implementação da agenda, agentes de diferentes setores devem engajar-se e desenvolver ações e projetos em diferentes frentes, fazendo com que o desenvolvimento seja resultado dessa complexa rede de esforços e iniciativas alinhados às propostas sustentáveis (PEDERSEN, 2018).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como destacado em seu nome, trazem uma visão mais abrangente dos desafios do desenvolvimento mundial, pois considera não somente os aspectos críticos da vida humana, mas também questões de aspecto econômico e sua relação estreita com os recursos naturais do planeta e seus respectivos limites. De acordo com Feix e Vasconcelos (2005), uma atividade econômica que pode ser peça fundamental para o desenvolvimento sustentável é a agricultura, visto que está diretamente relacionada à produção e ao consumo sustentável, além de impactar diretamente diversos aspectos listados nos planos de metas da ONU.

Partindo dessa mesma premissa, o Instituto Internacional de Desenvolvimento Sustentável (IISD) destaca que a agricultura está diretamente relacionada a aspectos como cuidados da terra, produção responsável de alimentos, qualidade da água, igualdade de gênero, segurança do trabalho e inclusive é uma atividade capaz de contribuir participativamente para as tomadas de decisão (BIZIKOVA, 2016). Desse modo, de acordo com a mesma instituição, pode-se considerar que os ODS destacados no Quadro 3 estão diretamente relacionados com a produção agrícola.

Quadro 3 – Relação entre a atividade agrícola e os ODS

ODM Relacionado	Descrição da relação
1. Erradicação da pobreza	Erradicando a extrema pobreza, garantindo acesso aos serviços básicos ao promover desenvolvimento com igualdade de gênero e em prol de comunidades carentes, investimentos visando erradicação da pobreza.
2. Fome zero e agricultura sustentável	Eliminando insegurança alimentar e a desnutrição, dobrando a produtividade e a geração de renda dos pequenos agricultores.
5. Igualdade de gênero	Eliminando discriminação contra a mulher e garantindo participação, acesso aos recursos financeiros, liderança e propriedade de terra.
6. Água potável e saneamento	Aumentando a eficiência do uso da água, a partir do manejo e uso sustentável do recurso, visando evitar sua escassez.
15. Vida terrestre	Promovendo políticas de desenvolvimento que deem suporte a novas atividades produtivas, criação de empregos dignos, empreendedorismo, criatividade e inovação.
16. Paz, justiça e instituições eficazes	Criando sociedades pacíficas e inclusivas com instituições responsáveis que permitam participação em sua tomada de decisão, promovendo um desenvolvimento sustentável livre de discriminação.

Fonte: Bizikova (2016, p. 7)

Nos objetivos presentes no Quadro 3, destaca-se a importância do uso consciente da terra, pois, com boas práticas de gestão e com respeito aos trabalhadores e pequenos proprietários, o setor se torna estratégico para que o desenvolvimento sustentável aconteça. Apesar do potencial para solucionar graves problemas, o setor agrícola também pode ser o principal responsável por diversos impactos ambientais. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), fatores como emissão de gases de efeito estufa (35% da emissão desses gases no Brasil é proveniente do setor (IPEA, 2014) e poluição da água e do ar destacam-se como possíveis consequências de práticas indevidas do uso da terra. Além disso, algumas práticas inapropriadas aplicadas na agricultura tendem a causar perda significativa de biodiversidade além de outros danos ao ecossistema (FEIX; MIRANDA; BARROS, 2010).

Devido à complexidade e à relevância do tema para o desenvolvimento do presente estudo, o próximo tópico trouxe detalhes do setor agropecuário no Brasil, pois aborda sua relação próxima e delicada com os aspectos da sustentabilidade e como alterações em seu sistema de produção podem impactar positivamente no cumprimento dos ODM e ODS.

2.3 Sistema Agroalimentar Brasileiro

Para que a relação, citada nos tópicos anteriores, entre a atividade agropecuária e a sustentabilidade seja mais bem compreendida, será apresentada uma contextualização do sistema agroalimentar brasileiro, que perpassa desde o perfil do produtor e da utilização de

terras no país, a desafios históricos e atuais do setor. Para atingir esse propósito, serão utilizadas informações de fontes governamentais, como o IBGE, da Legislação brasileira, além da contribuição de relatórios e textos acadêmicos.

No longo prazo, o Brasil demonstra perspectiva de fortalecimento de seu setor agrícola, porém, devido à sua forte relação com a utilização de recursos naturais, ele vem sofrendo pressões para a implementação de mudanças que permitam a conciliação do desenvolvimento econômico e da sustentabilidade ambiental. Para tal, é necessário um processo de sensibilização, por parte dos países, para com os aspectos produtivos e técnicas atualmente utilizadas na agricultura. O Brasil, como relevante *player* na produção mundial de alimentos, cumpre papel fundamental na transição e adaptação do sistema produtivo em bases ambientalmente corretas (PAIXÃO; BACHA, 2015).

Considerando que o presente trabalho visa explorar o desenvolvimento sustentável dentro do contexto brasileiro, e que, segundo Azevedo e Pelicioni (2012), os pequenos produtores são responsáveis por produzir cerca de 80% do que é internamente consumido no país, eles terão papel de destaque nas discussões e análises subsequentes. A partir da compilação de dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006) foi elaborada uma análise com o intuito de ilustrar o perfil e a realidade do pequeno produtor rural no Brasil. Analisando-se os dados divulgados pelo IBGE, é possível descrever o perfil dos proprietários rurais no Brasil, no Quadro 4, pretende-se ilustrar o perfil identificado.

Quadro 4 – Perfil dos proprietários rurais no Brasil

Variável	Estatística
Condição do produtor em relação às terras	76,2% dos produtores são também proprietários da terra na qual trabalham.
Sexo	87,3% masculino e 12,7% feminino.
Idade	16,9% abaixo de 35 anos; 65,6% entre 35 e 65 anos; 17,5% acima de 65 anos.
Associação a cooperativa e/ou a entidade de classe	58,9% não são associados a nenhum tipo de organização; 30,5% apenas a entidade de classe; 6,7% apenas a cooperativa; 3,9% associado a ambas.
Nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento	24,5% não sabem ler nem escrever; 14,6% possuem alfabetização limitada; 42,4% ensino fundamental incompleto; 15,8% ensino fundamental e/ou 2º grau completo; 2,8% ensino superior.

Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos dados divulgados pelo IBGE (2006)

Nota-se que o perfil predominante é de homens, que são proprietários de suas terras, têm idade entre 35 e 65 anos, não são associados a nenhum tipo de instituição e possuem baixo nível de instrução. Outro ponto relevante é que apenas 1% das propriedades rurais possuem CNPJ, o que indica um alto grau de informalidade no setor (IBGE, 2006).

Para analisar o perfil de utilização da terra, é necessário primeiro esclarecer o critério de classificação, que será a partir do porte das propriedades, segue a definição legal para o pequeno produtor rural: “Pequeno produtor rural: aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares” (BRASIL, 2006).

Em relação à quantidade de propriedades rurais, os pequenos proprietários representam a expressiva maioria com 78,4% do total, de acordo com o Censo Agropecuário divulgado pelo IBGE em 2006. Entretanto, tratando-se da extensão dessas propriedades, medida em hectares, as pequenas propriedades representam apenas 13,2% do total de terras. Utilizando uma média aritmética simples, nota-se que os pequenos produtores rurais têm propriedades de apenas 11 hectares, enquanto os demais proprietários rurais (com propriedades acima de 50 hectares) possuem 259 hectares em média.

Em virtude da diferença entre o porte das propriedades, é natural que o perfil de utilização da terra também seja diferente, na Figura 4, ilustram-se três perfis de utilização: o nacional (considera todas as propriedades), o dos pequenos proprietários rurais e o dos demais proprietários.

Figura 4 – Utilização das terras por tipo de propriedade

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados divulgados pelo IBGE (2006)

Nota-se que existe um forte alinhamento entre o perfil de utilização das demais propriedades e das terras consolidadas (todas as propriedades), tal relação é justificada pelo cálculo citado anteriormente, sinalizando que as demais propriedades representam 86,8% do total de hectares disponíveis para as propriedades rurais no Brasil, enquanto as pequenas representam apenas 13,2%. Fato relevante é que a matriz apresentada pelos pequenos produtores é diferente das demais, principalmente devido à participação da lavoura, que tem praticamente o dobro da representatividade apresentada na matriz das demais propriedades.

As diferenças na utilização das terras implicam diferenças no valor de suas respectivas produções. Na Tabela 1, expõe-se o contraste dos valores das produções em cada um dos dois perfis analisados. Os critérios para o cálculo serão detalhados a seguir.

Tabela 1 – Valor da produção por tipo de propriedade

Indicador	Pequenos Produtores	Demais Produtores	Total
Quantidade de estabelecimentos	3.640.370	998.505	4.638.875
Área média por estabelecimento (ha)	11	259	65
Área total calculada (ha)	40.672.766	258.585.077	299.257.843
Valor da produção (R\$ 1.000)	57.042.778	106.943.516	163.986.295
Valor da produção/área total (R\$/ha)	1.402,5	413,6	548,0

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados divulgados pelo IBGE (2006)

Vale ressaltar que o relatório do IBGE não apresentou o valor da produção de 100% dos produtores, desse modo, para a elaboração dos cálculos expostos na Tabela 1, foram utilizadas algumas premissas, conforme foi detalhado:

As variáveis “quantidade de estabelecimentos” e “valor da produção” foram diretamente extraídas do relatório divulgado no Censo Agropecuário de 2006 após a divisão do perfil de propriedade. Para o cálculo das demais variáveis, foram utilizadas as seguintes premissas: a área média, em hectares, foi calculada e exposta nos parágrafos anteriores. A partir da multiplicação direta dessa variável pela quantidade de estabelecimentos, foi estimada uma área total, denominada área total calculada. Por fim, o “valor da produção/área total” é resultado da divisão do “valor da produção” pela “área total calculada” multiplicado por mil.

Os dados presentes na Tabela 1 indicam que, apesar da pouca representatividade em área total de terras, os pequenos proprietários têm uma contribuição significativa no total do valor da produção, fato evidenciado na linha final da tabela, onde se nota que o valor da produção por hectare dos pequenos produtores é 3,4 vezes maior do que a dos demais. De acordo com Zuin e Zuin (2006), isso é parcialmente explicado pelo baixo valor agregado que os produtos do tipo *commodities* apresentam, somado ao fato de que são produzidos, em sua maioria, em grandes

propriedades, visto que essa categoria de produtos exige uma produção em larga escala, como consta no relatório do IBGE.

Entretanto, o foco nas exportações reflete a possibilidade de desabastecimento do mercado interno, o que não ocorre devido ao trabalho dos pequenos produtores de produtos agroalimentares. Comparando os dados divulgados pelo IBGE nos Censos Agropecuários de 1995 e 2006 é possível verificar a importância da produção familiar para o abastecimento do mercado interno:

Em termos relativos, a participação dos produtos agroalimentares no total das exportações brasileiras manteve-se estável, passando de 28,7% em 1995 para 26,8% em 2006. Já as importações destes produtos caíram de 12,5% do total importado no país em 1995 para 4,9% em 2006. A partir desses dados, é possível fazer um destaque de que, sem o valor de produção gerado pela agricultura familiar (que em boa medida supre o mercado interno), esse saldo positivo da balança comercial agropecuária se transformaria em um déficit. (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2009)

Segundo (GRAEUB et al., 2015), o governo brasileiro incentiva a produção voltada à exportação, fazendo com que o pequeno produtor fique de fora dos principais incentivos financeiros para financiamento das melhorias estruturais e consequentemente do aumento de produtividade. Dados apresentados por Azevedo e Pelicioni (2012), apesar de utilizarem uma métrica diferente para classificação dos produtores, corroboram essa situação injusta: a agricultura familiar é responsável por produzir 80% do que abastece o mercado interno usando apenas 24,3% da área agrícola, entretanto, teve acesso à apenas 13% dos R\$ 100 bilhões de recursos públicos disponibilizados para o fomento da produção do agronegócio. Os percentuais apresentados destacam a importância do pequeno produtor, pelo menos no caso do Brasil, para o atingimento do ODM 1 – acabar com a fome e a miséria. Esse tipo de produção foi, durante anos, tachado como ultrapassado, visto que utilizava técnicas e ensinamentos passados hereditariamente. Entretanto, os alimentos tradicionais vêm sendo cada vez mais valorizados, fato que está atrelado ao potencial econômico de sua produção e ao desenvolvimento regional fortalecido por ela (ZUIN; ZUIN, 2006).

Porém, o pequeno produtor não sofre apenas com a falta de incentivos financeiros, segundo Buainain e Garcia (2013), sua viabilidade depende de múltiplos fatores, como: características do solo, localização, capital acumulado, capacidade de investimentos e capacidade da gestão. Devido à complexidade das variáveis que influenciam o resultado do proprietário rural, cada vez mais se faz necessária a capacitação de seus gestores, com o objetivo de que tomem decisões cada vez mais estratégicas. “No passado, somente uma produção razoável garantia uma

lucratividade atraente ao produtor. Atualmente, não basta somente produzir, sendo necessário também saber o que, como e quando produzir, além de como e quando vender” (UECKER; UECKER; BRAUN, 2005, p. 12).

Segundo Zuin e Zuin (2006), uma das alternativas para superar as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores, assim como a perspectiva de aumento da produção de *commodities*, é a diversificação de suas mercadorias. A partir dessa diversificação, o produtor seria capaz de entregar, com maior eficiência, produtos que atendessem à demanda que, cada vez mais, procura por diversidade. Segundo os autores, a adoção dessa estratégia certamente propiciará a sobrevivência do agricultor em um mercado que apresenta competitividade em crescente evolução. No Brasil, a opção por uma produção diversificada é viável, devido à grande variedade de solos e climas encontrados em seu território e à existência de técnicas de produção recomendadas para diferentes regiões (CGEE, 2013).

Apesar das oportunidades identificadas, existem também obstáculos que demandam organização por parte dos pequenos produtores. O varejo demonstra interesse por produtos frescos e de caráter orgânico e familiar, porém impõe também suas exigências, solicitando quantidade e regularidade em dimensões que nem sempre são alcançadas pelo pequeno agricultor. Para manter-se competitivo e atender às exigências do varejo, muitas vezes a alternativa passa pela organização de associações que buscam fortalecer a rede, dividir custos (por exemplo, logístico), intensificar a produção e garantir a oferta dentro das premissas solicitadas pelo mercado (LOURENZANI et al., 2002).

A intensificação da produção, também foco sob a perspectiva das grandes *commodities*, apesar do alto valor econômico gerado, tem promovido efeitos prejudiciais ao meio ambiente de forma geral. Aspectos como degradação do solo, contaminação dos rios, poluição e diminuição da diversidade genética foram identificados como consequências desse processo (McMICHAEL, 2005). De acordo com o relatório *The Future of Food and Farming*, divulgado em 2011 pelo *Government Office of Science* de Londres, cerca de 30% da emissão mundial de gases do efeito estufa é proveniente do sistema agroalimentar, além disso, a extração de água para irrigação da produção está superando as taxas de reposição, o que pode acarretar o comprometimento das reservas de água. Esse quadro torna-se mais alarmante na ótica do futuro: com a previsão de uma população de nove bilhões de pessoas em 2050, a expectativa é que, caso os padrões atuais de consumo e produção se mantenham, a degradação do meio ambiente possa atingir um estágio irreversível, comprometendo assim a capacidade produtiva do sistema (FORESIGHT, 2011).

Por ora, o padrão dos métodos de produção parece estar estabelecido: de 2000 a 2013, o mercado internacional de agrotóxicos apresentou crescimento de 220%, justificado pelo aumento da produção de *commodities*. Dentro desse cenário, dois *players* destacaram-se, o primeiro é a China, por ter se tornado o maior exportador mundial de agrotóxicos; o segundo é o Brasil, que passou de sexto maior importador de agrotóxicos em 2000 para o primeiro lugar em 2012 (PELAEZ et al., 2016).

Esse resultado está diretamente relacionado com a economia brasileira que, devido à forte dependência das exportações de *commodities* agrícolas, tem focado seus esforços no aumento da produtividade. Dada essa realidade, faz-se necessária uma atividade de coordenação que una políticas públicas e organizações do setor com o objetivo de garantir a competitividade da agricultura nacional e, ao mesmo tempo, minimizar os efeitos negativos da utilização dos agrotóxicos para o meio ambiente e para a saúde da população (PELAEZ et al., 2016).

Paralelamente, a parcela do setor agropecuário que não se dedica à produção de *commodities*, também vê sua situação ameaçada. Devido à falta de estrutura e à distância entre os produtores e seu mercado consumidor, muitas vezes o abastecimento é feito mediante uma empresa terceirizada; nesse processo, normalmente o produtor acaba recebendo valores inferiores ao ideal para a manutenção de seu negócio (AZEVEDO; RIGON, 2014). A questão logística é apenas um de muitos fatores que podem impactar a dinâmica do setor; de forma geral, a cadeia de suprimentos do sistema agroalimentar apresenta características distintas dos demais setores da economia, o que faz com que apresente maior complexidade e exposição a riscos, o que dificulta a sobrevivência e a competitividade dos produtores (ROSALES et al., 2015). A dificuldade de acesso à capacitação e tecnologias expõe os pequenos produtores a um sistema de renovação do ciclo da pobreza, presos a um modelo que apresenta baixa capacidade produtiva e, por consequência, rendimentos limitados (BELIK, 2015).

As dificuldades retratadas pressionam o produtor que, na tentativa de fortalecer sua competitividade e capacidade produtiva, muitas vezes acaba comprometendo parcial ou integralmente a área de sua propriedade que deveria ser preservada como reserva legal. Destaca-se novamente a necessidade de intervenção, por meio de políticas públicas, para que seja estimulada a manutenção da reserva legal, o que pode ser feito com oferecimento de crédito agrícola àqueles produtores que respeitarem as exigências de preservação, permitindo assim a geração de benefícios ambientais, sociais e econômicos (CAMPOS; BACHA, 2016).

De maneira similar, Capra (2002) expõe o fato de que dificuldades impostas pelo contexto podem resultar em questões graves como, por exemplo, a fome. O autor sustenta o pensamento

de que a dificuldade na erradicação da fome não está no limite da capacidade produtiva, mas, sim, na desigualdade socioeconômica, que distancia os menos favorecidos do acesso à terra e ao alimento. Dentro dessa linha, a fome é destacada como um problema político. Retomando Zuin e Zuin (2006), esses problemas podem ser minimizados com a valorização da produção local. Programas de desenvolvimento podem valorizar a produção regional, que tem por consequência a elevação da qualidade dos produtos, assim como um ganho em aspectos não somente econômicos, mas também de justiça social, cultura e tradição (GRISA; SCHNEIDER, 2015). No Quadro 5, apresenta-se a evolução histórica da relação entre as políticas brasileiras e a realidade agrícola no Brasil.

Quadro 5 – Cronograma de eventos recentes da política agrícola/agrária no Brasil

Período	Políticas implementadas
Antes de 1945	Lenta desintegração do complexo rural no contexto da industrialização brasileira por substituição de importações.
De 1945 a 1964	Modernização gradual e parcial da agropecuária, condicionada pela capacidade de importar; aplicação do uso de máquinas e implementos agrícolas, bem como de insumos industriais, a maior parte importados.
De 1964 a 1980	Mudança na base técnica da agropecuária, com aumento da interdependência da agropecuária de segmentos industriais a montante e a jusante. Políticas agrícolas favoráveis às grandes propriedades e às lavouras/criação orientadas para o mercado externo. Protagonismo para o crédito agrícola subsidiado.
De 1980 a 1990	A crise fiscal e o endividamento (interno e externo) põem em xeque a antiga política agrícola. Redução do crédito agrícola e foco na política de preços mínimos. O produto interno bruto (PIB) agropecuário cresce mais que o PIB do Brasil.
De 1990 a 2002	Abertura comercial, desregulamentação da agropecuária. Tentativa de transferir o financiamento da agropecuária ao setor privado. Baixo crescimento da agropecuária e modernização relativa em razão do câmbio valorizado, que tornou “barata” a importação de insumos utilizados na agropecuária.
De 2002 a 2012	Retomada do crescimento agropecuário e elevação da produção agropecuária com crescimento da produtividade total dos fatores (PTF).

Fonte: Guedes e Yabuki (2013, p. 44)

Além do problema social “fome”, há também a preocupação com a qualidade dos alimentos produzidos. De acordo com Petersen (2015), a indústria agroquímica justifica o uso intenso dos seus produtos com o argumento de que é necessário combater a fome, embora eles resultem em danos ao ecossistema e à saúde humana. Como a produção de alimentos ainda é muito dependente dos produtos químicos, os alimentos provenientes de processos menos agressivos são valorizados no mercado, normalmente com preço acima da média e, portanto, distante dos consumidores de baixo poder aquisitivo. Essa questão traz à tona certa incoerência do sistema,

se as tecnologias e técnicas de produção vêm evoluindo ao longo do tempo, por que grande parte dos alimentos produzidos ainda apresenta qualidade questionável (PETERSEN, 2015)?

Os produtos químicos e transgênicos utilizados no sistema de produção atual geram danos à saúde não somente daqueles que os consomem, há outros modos de contaminação: a exposição ocupacional, principalmente para os trabalhadores rurais; a exposição ambiental, ou seja, comunidades nas proximidades de área de produção agrícola; e, por fim, o consumo de água contaminada. De todas as formas de contaminação citadas, a contaminação por exposição ocupacional é a que possibilita o maior número de estudos e de relação de causa e consequência, pois, devido ao excesso de exposição, os efeitos na saúde podem ser diretamente relacionados (CARNEIRO et al., 2015). Esse efeito cumulativo foi anunciado há muitos anos, no início da década de 1960, por Carson (1962, p. 181):

Cada uma destas repetidas exposições ao veneno, por mais leve que seja, contribui para a acumulação progressiva de substâncias químicas em nosso corpo, e, assim, para o envenenamento cumulativo.

Outro aspecto que pode gerar danos à saúde é o fato de que alguns agrotóxicos apresentam alta persistência no ambiente, desse modo, seus princípios ativos contaminam as plantas e os animais, que, por sua vez, contaminam o próximo elo da cadeia alimentar. Dessa maneira, o impacto sobre o ser humano é acumulativo, visto que ele está no topo da cadeia; principalmente nas mulheres e crianças, fatores como a maturidade do sistema imunológico e a proporção de quilo consumido por peso corporal têm relevância para os danos à saúde (SIZER e WHITNEY, 2011 *apud* MATUK, 2015). Considerando a proporção acima citada, existe certa preocupação em relação às crianças, já que esses agentes químicos também são transmitidos através do leite materno, ou seja, quanto mais dependentes dessa fonte de nutrição, mais expostas estarão as crianças (CARNEIRO et al., 2015).

A questão da persistência no ambiente também se mostra preocupante devido à possibilidade de contaminação da água. Esse efeito ocorre com tanta frequência, que até mesmo a Portaria responsável pela definição dos critérios de contaminação da água foi alterada com a proposta de tornar-se mais permissiva, aceitando não somente uma maior variedade de produtos químicos prejudiciais à saúde como também maior quantidade deles (CARNEIRO et al., 2015).

De acordo com Santos (1998), o sistema agroalimentar passou por uma mudança radical com a entrada dos alimentos transgênicos. Apesar de apresentarem incertezas em relação a potenciais consequências, os produtos transgênicos ganharam espaço a partir da expectativa gerada de que eles seriam capazes de aumentar a produção de modo que a fome seria mais facilmente

combatida. Apesar de serem realidade no mundo atual, ainda há algumas questões que geram constantes debates a respeito do uso de alimentos transgênicos: dois, dos três principais tópicos, são: a segurança para o meio ambiente e a segurança para o consumo humano (SILVA, 2006).

Além dos riscos envolvidos, o cultivo de alimentos transgênicos falhou no cumprimento de algumas das promessas provenientes de argumentos que os defensores da causa utilizaram para fomentar sua utilização. A premissa de que os produtos transgênicos não necessitariam de produtos químicos devido ao fato de serem naturalmente mais resistentes e adaptados é inadequada. Após mais de 15 anos do início das culturas geneticamente modificadas no Brasil, o fenômeno observado é que a demanda por agrotóxicos para esse tipo de produção só aumentou (CARNEIRO et al., 2015).

Segundo Guedes e Yabuki (2013), para compreender-se melhor o cenário brasileiro, é necessário olhar da perspectiva histórica. Assim como na China, as transformações da estrutura agropecuária do Brasil tiveram início na década de 1970. Também houve simetrias em relação à economia de ambos: houve um processo de priorização do setor industrial, e os excedentes gerados pelo processo agropecuário foram redirecionados para impulsionar a indústria. Tal processo gerou consequências complexas como o aumento da pobreza no campo, escassez de recursos e mudanças na vegetação e no solo. Ao longo do tempo, essa realidade agravou-se de tal modo que o desempenho produtivo não foi capaz de acompanhar o crescimento constante da demanda devido ao desenvolvimento urbano. Desse modo, configura-se para os dois países uma realidade desafiadora no setor agropecuário, na qual a adoção de práticas sustentáveis surge como uma possível alternativa para solucionar as questões de desgaste do meio ambiente e os problemas sociais gerados no campo (GUEDES; YABUKI, 2013). Porém, Sabes e Souza Filho (2010) destacam que a *performance* do agrossistema está diretamente relacionada ao ambiente institucional (político e organizacional), que, dependendo de seu posicionamento, pode estimular ou desestimular a implementação de novas práticas.

Apesar de necessária, a mudança do sistema agroalimentar é muito complexa, trata-se de um processo que precisa da participação de todos os elos da cadeia. A tomada de decisão do consumidor final, por exemplo, é um *feedback* para o sistema, ou seja, do ponto de vista dos produtores e varejistas, a conclusão natural é que todas as mudanças em seu sistema de produção e distribuição devem ser de acordo com a demanda do mercado (FAO, 2013). Sendo assim, o aumento do consumo de produtos sustentáveis tem a capacidade de fomentar sua produção, assim como sua ausência pode acarretar uma despreocupação dos produtores e revendedores em relação aos métodos de produção.

A relação de influências entre ofertantes e demandantes é extremamente delicada, por um lado, a decisão de escolha do consumidor contribui para o processo de adaptação dos produtores e, por outro lado, o comportamento dos competidores também apresenta grande influência no processo: um sistema que oferece produtos convencionais a um preço mais acessível do que produtos 100% naturais tende a impactar na tomada de decisão do consumidor. Sendo assim, para que uma mudança estrutural seja observada, é necessário o envolvimento de outras peças-chave do sistema como, por exemplo, a implementação de políticas públicas que estimulem os produtores a se reposicionarem e assim ofertarem produtos que gerem mais opções saudáveis para os consumidores, além de minimizarem impactos negativos para a saúde ambiental e social da área rural (CASTRO, 2015).

Desde o início dos anos 2000, houve um maior engajamento do poder público com as questões ligadas à sustentabilidade do sistema agroalimentar brasileiro. Um programa de grande destaque nesse período foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que visa criar mercados institucionais de maneira a conectar pessoas em condições de insegurança alimentar a alimentos provenientes da agricultura familiar, promovendo, assim, o acesso aos alimentos de qualidade e incentivando os pequenos produtores. O programa, que está ativo desde 2003, já é reconhecido internacionalmente, foi referência para a criação de um PAA África e destaque no relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), como exemplo de política pública para o fomento da agricultura familiar e, conseqüentemente, da segurança alimentar (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Os bons resultados obtidos pelo programa PAA demonstram que esforços realizados de maneira integrada aumentam a possibilidade de sucesso de projetos de grande complexidade. Como afirmam Castro et al. (2011, *apud* MATUK, 2015), ações isoladas não são suficientes para gerar transformações duradouras nas práticas alimentares de uma população; para atingir esse objetivo, deve-se investir em um programa com ações complementares e sinérgicas.

Uma maneira de aumentar a capacidade de integração da cadeia é mudando a perspectiva de seus respectivos participantes, por exemplo: do ponto de vista do consumidor, o conceito de “alimentação saudável” deve ir além dos benefícios individuais promovidos pelo consumo do alimento, deve-se considerar uma perspectiva socioambiental, considerando inclusive aspectos de seu modo de produção (produtos utilizados e condições de trabalho) e distribuição (gasto energético e poluição) (AZEVEDO; PELICIONI, 2012).

Questões socioambientais e seus impactos na saúde humana estão relacionados de maneira complexa e têm se tornado objeto de diversos estudos. Um ponto de convergência entre muitos

desses estudos é a necessidade de intensificação do diálogo entre ciência, governo e sociedade (DI GIULIO et al., 2010).

2.4 Políticas Públicas

Como visto nos tópicos anteriores, diversos autores consideram as políticas públicas essenciais para o processo de implementação de práticas sustentáveis dentro dos modelos produtivos de um país. Ao longo da história, esse foi o mecanismo pelo qual o Estado foi capaz de estimular e promover mudanças significativas nos seus processos de produção. Desse modo, este tópico 2.4 tem o papel de ilustrar a importância das políticas públicas para o direcionamento do desenvolvimento de um país (nos aspectos econômico, social e ambiental), discutir ferramentas para implementação das políticas e, por fim, explorar a relação das mesmas com o desenvolvimento sustentável do sistema agroalimentar brasileiro.

Retomando parte destacada no tópico 2.1, a legislação brasileira iniciou seu processo de adaptação às preocupações ambientais na década de 1970 (ALMEIDA, 2002). Para alinhar-se às novas tendências, seria necessário o desenvolvimento de políticas públicas que estimulassem as empresas a rever seus processos de modo a se adequarem às exigências ambientais. Com esse objetivo, o poder público tem duas principais ferramentas: as políticas de comando e controle (CC) – inicialmente utilizadas – e as políticas baseadas em incentivos econômicos (IE) (KAWAICHI; MIRANDA, 2008).

Almeida (2002) ainda utiliza os conceitos expostos no relatório Mudando o Rumo, de 1992, para indicar que a efetividade das políticas públicas pode ser ampliada ao utilizar-se uma combinação entre os instrumentos de comando e controle e aqueles econômicos. Através do equilíbrio entre tais políticas, é possível incentivar a adoção de práticas de controle ambiental em nível estratégico, o que auxilia o processo de obtenção de vantagem competitiva. A expectativa é que os empresários, cientes das potenciais vantagens, passem a atuar como protagonistas nos debates em relação à sustentabilidade, promovendo assim mudanças significativas dentro do contexto ambiental, econômico e social (KAWAICHI; MIRANDA, 2008). Essa evolução aconteceu simultaneamente ao processo de amadurecimento do conceito de sustentabilidade; a partir da observação desse fenômeno, Almeida (2002) concebeu a ideia de mundo tripolar, constituído por governo, sociedade e empresa, destacando, assim, que o desenvolvimento sustentável depende da colaboração e sinergia desses três agentes.

Silva e Brito (2016) esclarecem, por meio da Figura 5, como o Estado é influenciado, destacando que tanto agentes externos quanto internos participam de alguma maneira na criação de medidas regulatórias. Tais medidas geram externalidades, que são divididas entre benefícios e impositivos, que servem de *feedback* para o sistema tomar decisões futuras. A interação entre o Estado e seus agentes é essencial para que as medidas sejam bem-sucedidas, assim, nesse processo, é necessário que haja uma rede de informação bem articulada, principalmente para que a iniciativa privada e os centros de pesquisa possam fundamentar argumentos contra ou a favor de determinada política (ANDRADE, 2007).

Figura 5 – Modelo de articulação do Estado na elaboração de medidas regulatórias

Fonte: Silva e Brito (2016, p. 110)

Considera-se, portanto, que o governo tem papel articulador no processo para consolidação de práticas sustentáveis. Para cumprir esse objetivo, há políticas com maior grau de eficiência: de acordo com Seroa da Motta, Ruitenbeek e Huber (1996), a utilização de instrumentos de incentivo econômico é vantajosa frente aos de comando e controle no que se diz respeito a

impactos em políticas ambientais, fato que se deve ao menor custo social de controle ambiental dos IEs. Margulis (1996) *apud* Kawaichi e Miranda (2008) enriquecem a discussão, explanando que os incentivos econômicos atuam como fator motivacional às empresas, de modo a estimular a busca por pesquisa e desenvolvimento, e, por consequência, a utilização de tecnologias mais baratas, melhorando assim sua *performance*. Outro ponto positivo da utilização das IEs é que os recursos obtidos a partir da taxaço sobre efeitos que excedam os níveis estipulados de poluição podem ser convertidos para o financiamento de outros programas ambientais.

A utilização de IEs surge, portanto, como uma ótima alternativa para o cumprimento e o alinhamento das empresas perante as normas ambientais, porém a linha de pensamento da economia ecológica sugere que as políticas de comando e controle sejam mais adequadas, uma vez que impõem limites à utilização do meio ambiente de forma mais definida, garantindo assim a boa preservação dos recursos naturais (PEREIRA; LIMA; REYDON, 2007). Os instrumentos de comando e controle têm como característica a imposição de condições para que os agentes do setor possam realizar sua operação sem a incidência de multas, penalizações e processos, induzindo assim um comportamento mais alinhado com as determinações do Estado. Vale a ressalva de que as determinações do Estado nem sempre são as melhores possíveis e que, além disso, podem conter falhas, por isso são necessários ajustes entre os instrumentos de CC para obtenção de melhores resultados. Considera-se que tanto os instrumentos econômicos quanto os instrumentos de comando e controle apresentam vantagens e deficiências, e que a adoção de políticas que valorizem atributos positivos desses dois instrumentos é o melhor caminho para a maximização de sua eficiência (PEREIRA; LIMA; REYDON, 2007).

As duas ferramentas apresentadas diferem em diversos aspectos, dentre os quais se destaca a flexibilidade. Os instrumentos de CC apresentam pouca flexibilidade, sendo normalmente representados por políticas como normas, licenças, zoneamentos, regras e padrões. Em todos os casos, as medidas baseiam-se no Princípio Poluidor Pagador (PPP), que obriga os poluidores a se responsabilizarem e arcarem com os custos de toda poluição gerada por sua atividade que ultrapasse os limites preestabelecidos pela política em questão (MARGULIS, 1996). Os instrumentos de incentivo econômico (IE), por sua vez, são considerados mais flexíveis, visto que estimulam a internalização de potenciais externalidades, fato que ocorre devido à redução da poluição gerada e dos custos do processo por meio de inovações internas. (SEROA DA MOTTA; RUITENBEEK; HUBER, 1996). Apesar do incentivo à inovação, a utilização de IEs pode causar efeitos negativos que não foram inicialmente previstos, desse modo, montar um planejamento ambiental que considere as características da região e da sociedade-alvo é de

extrema importância para que a intervenção seja efetiva, promovendo assim as externalidades positivas e o desenvolvimento sustentável (MAY, 1995). No quadro 6, expõem-se algumas políticas públicas ambientais no Brasil.

Quadro 6 – Exemplos de políticas públicas ambientais em vigor no Brasil

Instrumentos	Legislação/Abrangência	Descrição
Cobrança pelo uso da água	Lei das Águas nº 9433/97 (Federal)	Lei federal que reconhece a água como bem público de valor econômico, autorizando a cobrança pelo seu uso. No Ceará, a cobrança foi instituída em 1992, prevendo-se ainda instrumentos legais como outorga do direito de uso e licenciamento para obras hídricas (COGERH, 2008). Em São Paulo, após anos de discussão, o projeto de lei sobre cobrança pelo uso da água foi aprovado em 2005 pela Assembleia Legislativa.
Taxa de reposição florestal	Lei nº 4771/65 – Código Florestal Brasileiro (Federal)	O princípio poluidor-pagador tem por objetivo repor os estoques florestais para a manutenção da capacidade produtiva.
ICMS ecológico	Lei complementar nº59/91 (PR); Lei nº 8510/93 (SP); Lei nº 11.038/97 (RS); Lei nº 12.040/95 (MG); Lei nº147/96 (RO)	Imposto recolhido pelos governos estaduais sobre operações e serviços comerciais é repassado aos municípios que têm unidades de conservação (UC) criadas pelo governo estadual ou federal em seus territórios.
Subsídio aos produtores	Lei Estadual Chico Mendes nº 1277/89 (Acre)	Oferece remuneração às associações de seringueiros como forma de apoio à produção e ao extrativismo sustentável da borracha.
Licenciamento Ambiental	Resolução Conama 237/97 (Federal)	Para atividades potencialmente poluidoras, foi instituída a necessidade do licenciamento ambiental.

Fonte: Kawaichi e Miranda (2008, p. 12)

Outro instrumento bastante utilizado no Brasil para regular os impactos ambientais é a Avaliação do Impacto Ambiental. Essa ferramenta tem função preventiva, pois pretende, a partir de estudos, levantar quais os potenciais impactos ambientais de determinado projeto ou operação. Pelas análises de diversos profissionais, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) gera o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que objetiva ilustrar os riscos inerentes do projeto, ele deve ser aprovado pelos órgãos competentes de seu Estado para que seja concedida a autorização para a continuidade efetiva da implementação do projeto em questão (KAWAICHI; MIRANDA, 2008).

O Estado brasileiro tem demonstrado maior sensibilização a temas relacionados à preservação ambiental e ao estímulo à produção sustentável, especialmente no setor agropecuário (PAIXÃO; BACHA, 2015). O comprometimento do país com os acordos firmados no âmbito

internacional que visam à sustentabilidade pode ser exemplificado pelo investimento em programas estruturados, como: o Programa ABC, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE⁶). O primeiro, por meio do oferecimento de crédito agrícola, presta suporte e incentiva a criação de projetos com o objetivo de redução de emissões de gases do efeito estufa (PAIXÃO; BACHA, 2015). O segundo foca em pessoas e comunidades em situação de insegurança alimentar, apoiando a produção da agricultura familiar e facilitando processos como compra, armazenamento e distribuição dos alimentos produzidos. Já o PNAE tem foco na formação de hábitos alimentares saudáveis, que devem respeitar os hábitos regionais; esse processo também busca valorizar e estimular a economia e a produção regional focada em sua vocação regional (AZEVEDO; PELICIONI, 2012; OLIVEIRA; BATALHA; PETTAN, 2015). O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014) destaca a participação de alguns desses programas como determinantes para o atingimento de alguns ODM, como, por exemplo, o PAA, que participa de forma efetiva para o bom desempenho do ODM 1 – Acabar com a fome e a miséria.

A aprovação da Lei Municipal nº 16.140/2015 implantada na cidade de São Paulo pode ser considerada outro exemplo de intervenção política visando à sustentabilidade, pois obriga as escolas municipais a incluírem alimentos orgânicos ou de base agroecológica em sua merenda. Desse modo, promove o acesso aos alimentos saudáveis e estimula sua produção (BRASIL, 2015). De maneira pontual, essa técnica para estímulo da comercialização de produtos de menor impacto ambiental pode representar um exemplo de *Green Public Procurement* (GPP), que pode ser definida como a adoção de um critério de decisão de compra das autoridades governamentais focado em priorizar compras de menor impacto ambiental e que permita a utilização eficiente dos recursos disponíveis. De acordo com Cheng et al. (2017), o GPP é um instrumento pouco explorado pela literatura, mas que apresenta grande potencial para auxiliar no atingimento de um crescimento econômico sustentável. Outra abordagem com potencial complementar é a *Sustainable Public Procurement* (SPP), trata-se da orientação das políticas públicas a estimular harmonicamente o desenvolvimento dos três pilares básicos da sustentabilidade (econômico, ambiental e social). A utilização adequada e equilibrada das abordagens GPP e SPP, somadas a planejamento de médio e longo prazo, tende a proporcionar

⁶ Trata-se de uma política pública, instituída no Brasil, que visa prover alimentos para os alunos da rede de escolas públicas. Busca atingir seu objetivo primário ao mesmo tempo em que estimula a agricultura familiar, principal fonte de alimentos utilizada no programa (OLIVEIRA; BATALHA; PETTAN, 2015).

a criação de sistemas alimentares sustentáveis e, por consequência, melhores resultados nos indicadores de nutrição e saúde pública (SMITH et al., 2016).

O acompanhamento de indicadores e variáveis sociais permite a identificação de demandas municipais e, portanto, direciona a utilização das ferramentas de modo a se obterem resultados efetivos, que fomentam o desenvolvimento local. Costa, Machado e Amaral (2018), através de análises de séries históricas, destacam o papel da implementação de políticas eficientes que visem à mitigação da vulnerabilidade social e da exposição à extrema pobreza.

Há também formas alternativas de estimular ações sustentáveis, incentivando comportamentos sem comprometer os recursos públicos. Em vez de oferecer isenções fiscais ou sanções para empresas que aumentem seus indicadores de reciclagem, as políticas públicas podem, por exemplo, investir em disseminar que os resíduos têm alto valor econômico, incentivando assim que novos negócios sejam criados para oferecer soluções de reciclagem, ou que o próprio responsável pela produção, incorpore a estrutura de reciclagem visando ao lucro incremental. Compreendendo bem o ambiente e a aplicabilidade dos instrumentos de políticas públicas, é possível que o governo promova benefícios alinhados com a ótica sustentável (MURAKAMI et al., 2015).

Para falar de eficiência de políticas públicas não basta observar apenas aquelas já presentes no cenário brasileiro, as políticas utilizadas nos demais países podem ser boas referências para análises e comparações. Para isso devem ser consideradas diferenças estruturais entre os países, pois situações políticas, econômicas e geográficas podem interferir nas políticas mais adequadas para atingir resultados eficazes. Por exemplo, países desenvolvidos tendem a ser mais maduros em relação à preservação do meio ambiente, apresentando estruturas políticas direcionadas, investindo mais em tecnologia e canalizando maiores recursos para a área ambiental. Ademais, países europeus já questionam a ética envolvida no processo de importação de produtos “verdes” que possam gerar impactos sociais negativos no país de origem devido a seu processo produtivo. Fatores como o estímulo à economia circular, incentivos à diminuição de desperdício e conscientização sobre o consumo responsável já são realidade nesses países. Todos esses conceitos estão sendo reforçados devido à inspiração e ao impacto causado pelo lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (RAMCILOVIC-SUOMINEN; PÜLZL, 2018). Já os países em desenvolvimento tendem a priorizar o crescimento econômico sem atentar às possíveis consequências ambientais geradas por ele, além disso, sua sociedade tende a apresentar níveis e perfis de consumo não alinhados com aspectos da sustentabilidade (KAWAICHI; MIRANDA, 2008).

Ainda com uma abordagem comparativa, nota-se que países desenvolvidos apresentam certo padrão na utilização de instrumentos econômicos para influenciar os modos de produção, como a cobrança de impostos que incidem, principalmente, sobre a utilização de combustíveis fósseis. A destinação adequada e a reutilização de resíduos sólidos também demandam atenção nos países desenvolvidos, fato que se deve ao alto nível de consumo e de produção proposto por suas economias, a limitação territorial também aparece como um fator crítico para justificar o foco. Já os países pobres e em desenvolvimento, apesar de apresentarem situações e demandas particulares, neles a regulação ambiental muitas vezes é espelhada na regulação utilizada pelos países desenvolvidos, fato que ocorre devido à necessidade de adequação da produção voltada à exportação (KAWAICHI; MIRANDA, 2008).

Do ponto de vista de desenvolvimento sustentável, a agricultura destaca-se como grande desafio, visto que a implementação de políticas públicas deve ocorrer de maneira estratégica. Existem políticas focadas em objetivos estritamente ecológicos e políticas com abordagem sustentável, que buscam harmonizar os aspectos econômicos, ambientais e sociais; apesar de serem aplicadas em situações diferentes, ambas podem ser utilizadas de maneira integrada para estimular o desenvolvimento regional (MOUYSET, 2014). Tal integração ocorre de maneira mais estruturada nos países desenvolvidos, onde há maior organização, garantindo que os recursos investidos impactem, de fato, os agricultores (MIRANDA; FEIX, 2010). Na Figura 6, apresenta-se o índice de orientação da agricultura (AOI), trata-se da divisão entre a participação da agricultura no PIB do país e a participação da agricultura nos gastos e investimentos governamentais. O gráfico exemplifica bem a diferença entre a representatividade da agricultura no PIB de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Considerando que a capacidade produtiva da agricultura depende diretamente do investimento dos setores público e privado, é notável que os países em desenvolvimento apresentam maior demanda por políticas direcionadas ao setor (ONU, 2016).

Figura 6 – Índice de orientação à agricultura vs percentual de gastos governamentais no setor por região do mundo (2001-2013)

Fonte: ONU (2016, p. 15)

É natural que um país busque referências para suas regulamentações em países desenvolvidos, entretanto, as práticas incorporadas devem ser adaptadas a sua realidade, trazendo benefícios internos reais, não apenas adequando seu sistema produtivo à demanda internacional (PELICIONI et al., 2013). Ao olhar para a realidade interna do país, é necessário também alinhar as ferramentas utilizadas para o estímulo ao beneficiário e o resultado esperado da ação. Para tal, deve ser considerada a heterogeneidade do setor, que é muito presente na agricultura brasileira, pois ela engloba propriedades que diferem nos mais diversos aspectos, como: porte, produção, gestão da força de trabalho, entre outros. É papel fundamental das políticas públicas trabalharem com a desigualdade presente no ambiente rural brasileiro (BELIK, 2015). Propriedades de diferentes portes e perfis demandam estímulos diferentes para seu desenvolvimento, destacando-se a necessidade de planejamento para efetividade das políticas aplicadas (RADA; HELFAND; MAGALHÃES, 2018).

Diferenciar as propriedades por porte também pode trazer impactos relevantes no contexto do estímulo à conservação ambiental. Grandes propriedades têm maior chance de conter nascentes e porções relevantes de biomas nativos, por isso, apresentam grande potencial para conservação ambiental e, ao mesmo tempo, para danificação ou degradação da vegetação nativa (STEFANES et al., 2018). O processo de certificação representa uma alternativa para o desenvolvimento sustentável, uma vez que estimula o produtor a adequar-se às exigências internacionais de produção (SOZINHO et al., 2018), ao mesmo tempo que estimula a proteção

da fauna e flora, porém a burocracia envolvida em seu processo, por vezes, é um fator limitante para que os grandes proprietários busquem a adequação (STEFANES et al., 2018).

As propriedades de pequeno porte, por sua vez, também devem, se demandadas, adequar-se às exigências de conservação. Entretanto, os pequenos produtores estão muito expostos a riscos que frequentemente comprometem sua capacidade de investimento e de obtenção de lucro com sua produção. Programas devem ser direcionados às necessidades dos pequenos produtores, fomentando seu desenvolvimento econômico, valorizando, principalmente, aqueles que estão comprometidos em cumprir as exigências de conservação ambiental dentro de suas respectivas áreas (STEFANES et al., 2018). Campos e Bacha (2016) destacam a necessidade de discriminação dos produtores, não somente em relação a seu porte, mas conforme o custo de manutenção de sua reserva legal, o que acarretará no ganho de efetividade das ações de contenção e desmatamento. Silva et al. (2018) destacam o relevante papel da complementaridade entre as políticas de foco ambiental e de suporte às fazendas. Para isso, incentivos econômicos e medidas de comando e controle devem ser balanceadas, de modo a promover, no longo prazo, benefícios econômicos, ecológicos e de bem-estar social (STEFANES et al., 2018).

A favor de políticas específicas para produtores em realidades diversas, Belik (2015) destaca a heterogeneidade presente na agricultura brasileira e, considerando-a fator-chave na promoção do desenvolvimento rural do país, propõe quatro ações públicas que poderiam impactar o setor de forma imediata, permitindo seu fortalecimento. Primeiramente, o autor sugere a implementação de programas de assistência técnica que busquem democratizar o acesso à tecnologias que possam oferecer informações estratégicas para a gestão da propriedade. Programas de extensão rural viriam na sequência, com o objetivo de oferecer capacitação e treinamento ao agricultor e sua família, permitindo assim a utilização de técnicas que propiciem a ampliação de sua capacidade produtiva. Em terceiro lugar, viriam a flexibilização de instrumentos de financiamento e crédito, para diminuir a burocracia e viabilizar a realização de investimentos nas propriedades. Por fim, a influência na comercialização da produção auxiliaria os produtores em questões como acesso e competitividade.

Para efetividade das políticas propostas, é de suma importância que haja integração entre instituições governamentais que, historicamente, sempre atuaram de forma isolada. O Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário devem dialogar e atuar de forma coordenada com os agentes responsáveis pela conservação, restauração e produção agrícola no Brasil. Vale ressaltar também que os

resultados só serão obtidos caso haja cooperação dos proprietários de terra de todo o Brasil, independentemente de seu respectivo porte (STEFANES et al., 2018).

Outro fator crítico para que as políticas públicas maximizem sua assertividade é o estímulo ao posicionamento ativo do cidadão. A partir de um processo de comunicação efetivo e de engajamento social, é possível um refinamento das políticas a partir da troca de informações e do exercício da cidadania. Um cenário com informações manipuladas ou inacessíveis é ideal para que o poder tome decisões pautadas em interesses específicos ao invés do interesse da população. Sendo assim, para garantir o amadurecimento da responsabilidade e do engajamento social, é necessário existir transparência nos processos públicos e dar voz a grupos formadores de opinião pública para que a sociedade possa debater e tomar decisões, atuando de maneira ativa junto aos órgãos públicos (PELICIONI et al., 2013).

O processo de engajamento social, por sua vez, é altamente complexo; por exemplo, o consumidor da zona urbana desconhece a realidade do campo e da indústria, sendo incapaz de opinar a respeito de questões como formas de produção injustas ou insalubres, tampouco sobre seus potenciais impactos ambientais, sociais e econômicos. Tal dificuldade reforça a necessidade da máxima exposição de informações, para que a população em geral esteja mais apta a influenciar o processo de tomada de decisão do Estado (GOMES, 2011 apud MATUK, 2015). Para ilustrar como seria essa relação próxima entre o poder público e a sociedade, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) em 2006, no qual a sociedade civil atua de forma organizada, contribuindo diretamente para a formulação e implementação de diversos tipos de políticas e ações que visem garantir o acesso da população a alimentos saudáveis produzidos a partir de práticas sustentáveis (BRASIL, 2006). O guia alimentar para a população brasileira foi lançado em 2006 com o intuito de oferecer à população acesso à informações e recomendações sobre uma alimentação saudável, reforçando assim o compromisso do Ministério da Saúde de promover e valorizar o direito à alimentação adequada (BRASIL, 2014).

As iniciativas citadas são interessantes para a disseminação de informações e estímulo à participação social, porém, para obtenção de resultados consistentes, elas devem ser acompanhadas por um conjunto de ações. Rogge e Reichardt (2016) destacam que um *mix* de políticas públicas é necessário e diretamente responsável pela evolução tecnológica de um país, principalmente quando se trata do contexto com foco em sustentabilidade. O *mix* citado no texto é resultado de um planejamento complexo que objetiva o fomento desse desenvolvimento, que é composto não somente pelo plano de metas que direciona a estratégia, como também pelos

instrumentos que serão utilizados para viabilizar os projetos e, por fim, fatores como geografia, tempo e nível de governança existente.

Para potencializar os resultados de um *mix* de políticas públicas, o trabalho de acompanhamento deve gerar novas interações que, realizadas ao longo da evolução da estratégia, sejam capazes de equalizar os elementos fundamentais do desenvolvimento sustentável. Ou seja, o trabalho deve ser de longo prazo, e o monitoramento deve gerar intervenções que estimulem ainda mais o processo, causando um *stress* positivo, que acaba por incentivar a inovação (ROGGE; REICHARDT, 2016). Rao (2009) destaca que a Índia, apesar da grande quantidade de adversidades, conseguiu apresentar um progresso representativo após a implementação de seus programas governamentais. O autor também destaca a importância do olhar de longo prazo e do planejamento realizado com total alinhamento aos ODM.

Até mesmo as políticas públicas mais eficientes para o desenvolvimento sustentável podem falhar em sua missão, caso a sociedade civil e os líderes organizacionais não vejam valor nessa transformação. Miranda e Feix (2010) citam o *trade-off* entre o rigor da regulamentação ambiental e a competitividade, destacando que existe a linha de pensamento da economia neoclássica, que afirma que a regulamentação ambiental impacta negativamente nos custos organizacionais, prejudicando sua competitividade. Ou seja, líderes organizacionais que compartilhem dessa filosofia tenderão a apresentar resistência à implementação de práticas alinhadas às políticas propostas.

O estudo de Kelly et al. (2018) destaca a crescente demanda por acesso à informação que permite a tangibilização dos impactos do desenvolvimento sustentável na agricultura. Quanto maior a disponibilidade de informações e indicadores confiáveis, maior será a possibilidade de implementação de políticas efetivas para o atingimento dos objetivos sustentáveis desafiadores que são colocados para o setor. Schwantes e Bacha (2017) exemplificam como a disponibilidade de informações e resultados de políticas previamente aplicadas pode auxiliar no refinamento e na adaptação de novas políticas que visem à otimização de seus resultados. Ao desenvolverem um modelo capaz de estimar custos sociais e orçamentários da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), os autores compararam três instrumentos de operacionalização, identificando as situações e os públicos nos quais cada uma delas seria mais efetiva e destacando ainda que a Política de Preço-Subsídio (PPS) é a opção menos onerosa aos cofres públicos.

A relação, previamente destacada, entre o acesso à informação, o engajamento social e a efetividade das políticas públicas é reforçada pelo trabalho de Knickel e Maréchal (2018). Os

autores destacam que as políticas públicas, por si sós, não são suficientes para sustentar o ancoramento de ações sustentáveis no setor agrícola e florestal. Apesar de representarem papéis centrais, essas políticas necessitam do apoio do setor privado e da sociedade civil para que as ações possam ser implementadas de forma consistente. Ações geradas por múltiplos agentes tendem a promover soluções mais criativas e sustentáveis, além de fortalecerem os benefícios gerados devido ao sentimento de pertencimento à causa proposta e empatia com ela. Por isso, políticas efetivas são aquelas que não apresentam sinais conflituosos, permitindo o engajamento e o suporte de diversos agentes, sejam eles da iniciativa privada ou da sociedade civil. Celata e Coletti (2018) corroboram a tese de que a intensificação do diálogo entre os legisladores e a comunidade é de suma importância para a maximização do potencial de implementação das políticas, permitindo que ocorram transições de caráter sustentável.

Bacha e Rodriguez (2007) destacam um caso no qual o engajamento da sociedade local é planejado e incentivado. Visando principalmente à redução da exploração de madeira e desmatamentos irregulares na Floresta Nacional de Tapajós, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em conjunto com a comunidade local, realizou um experimento em que treinou e capacitou os membros da comunidade para se tornarem agentes ativos no processo de manutenção e preservação da área. O projeto mostrou resultados positivos, permitindo maior eficiência no controle da exploração ilegal com menos investimentos.

De acordo com o que foi discutido, as políticas públicas têm papel de promover desenvolvimento econômico e social, entretanto é possível constatar que ao longo do tempo os governos nem sempre conseguem garantir que as políticas implementadas alcancem de fato os objetivos inicialmente propostos. Essa falha no processo foi a inspiração para que o Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2017, produzido pelo World Bank, focasse em evidenciar as questões que promovem o insucesso das políticas, assim como indicar alternativas para que fosse possível obter resultados sólidos, como sociedades mais equitativas e crescimento econômico sustentado. Um fator decisivo para a eficácia das políticas é a composição dos atores que estão atuando na arena de discussão: existem atores estatais (representados pelos formuladores de políticas e burocratas) e atores não estatais (grupos do setor privado e da sociedade civil). As decisões devem ser tomadas minimizando a assimetria de poder, ou seja, permitindo que representantes de diferentes frentes defendam sua posição, desse modo, os interesses coletivos serão valorizados, aumentando as chances de êxito das políticas desenvolvidas e implementadas (WORLD BANK, 2017).

De forma geral, o poder é distribuído de modo desigual nas sociedades, mas o verdadeiro desafio está em não permitir que essa desigualdade promova tomadas de decisão tendenciosas. Em muitos casos, os atores com maior poder tomam decisões visando à manutenção do *status quo* e prejudicam aqueles que apresentam poder de barganha limitado. A manifestação negativa da assimetria de poder prejudica as funções das instituições de três maneiras: por exclusão, captura e clientelismo (WORLD BANK, 2017).

O Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2017, além de listar as principais limitações para a eficácia das políticas públicas, também evidencia as três funções centrais que corroboram para os bons resultados. O comprometimento, primeiro fator citado, tem valor estratégico, pois garante que as políticas serão aplicadas de acordo com um planejamento inicial, sendo resilientes mesmo em cenários de mudança, tornando-se assim consistentes e de longo prazo e aumentando suas chances de êxito. Em seguida, vem a coordenação, necessária para que todos os atores envolvidos ajam de maneira coordenada, visando aos objetivos da política. A ausência de coordenação pode inviabilizar o programa, seja devido a entraves financeiros, físicos ou até mesmo de tomada de decisão. O terceiro ponto citado é a cooperação, que tem seu fator estratégico devido ao estímulo do pensamento coletivo e, portanto, limitador do comportamento oportunista. Promover a cooperação é essencial para que todos os atores realizem de fato sua contribuição, evitando tanto falhas quanto corrupção nos processos (WORLD BANK, 2017).

Um ótimo exemplo de cooperação e empoderamento da população na construção das políticas públicas foi exposto no trabalho de Rexhepi, Filiposka e Trajkovik (2018), que, por meio de uma metodologia de *design thinking* e uma plataforma interativa *online*, estimularam o envolvimento e a contribuição de jovens na validação e construção de serviços públicos locais. Tal plataforma interativa permitiu que o governo testasse a aceitação de seus projetos com antecedência, além de estabelecer um canal de comunicação direto que permitia a contribuição da população nos projetos, garantindo que as propostas de políticas finais fossem mais factíveis, sustentáveis e efetivas (REXHEPI; FILIPOSKA; TRAJKOVIK, 2018).

Todas as variáveis citadas anteriormente, tanto as que minam as políticas públicas, quanto as que são capazes de fortalecê-las, são diretamente impactadas pela distribuição de poder existente na sociedade em questão. O Relatório de Desenvolvimento Mundial destaca que a governança é peça-chave para evitar que a assimetria de poder se manifeste de maneira prejudicial para implementação das políticas. O World Bank sugere que barganhas entre as elites, assim como maior engajamento da sociedade e influência de órgãos internacionais são os possíveis caminhos para que coalizões internas sejam formadas e capaz de influenciar as

decisões, minimizando assim a assimetria de poder inicialmente observada. Para atingir esse objetivo, novamente são listados três aspectos que, se bem trabalhados, podem gerar impactos positivos (WORLD BANK, 2017).

Os incentivos são estratégicos para a fluidez das negociações públicas. Se bem utilizados, podem trazer benefícios não somente para a gestão atual como para todas as subsequentes. Quanto maior a concorrência entre grupos de poder, maiores serão os incentivos para restrições de poder; propostas de maior transparência e acesso à informação, por exemplo, terão grande aderência em cenários de forte oposição ou de grande rotatividade nos cargos. Outra forma de mudar o *status quo* é a partir da influência sobre preferências e crenças; apesar de ser um processo mais lento, os tomadores de decisão estarão mais suscetíveis a ouvir os atores com menos influência caso haja mudança de preferências a partir de maior aceitação sobre determinado tema. O terceiro e último elemento de influência é a contestabilidade, que tem poder de fomentar o envolvimento: uma vez que a criação de uma política é contestada e percebida como justa, o engajamento de todos os atores é reforçado, por exemplo, caso uma política tenha sido criada a partir de debates entre governo e representantes de um setor, após a implementação da política, os membros do setor em questão terão maior propensão a cumprir as regras determinadas (WORLD BANK, 2017).

É válido destacar que não necessariamente existem “melhores políticas públicas” para serem adotadas, pois aspectos políticos, institucionais e sociais podem impactar diretamente na eficiência de tais práticas e, conseqüentemente, no desenvolvimento promovido por elas. Entende-se que aspectos relacionados à governança podem influenciar positivamente a divisão de poder e a tomada de decisão, aumentando as chances de efetividade das políticas adotadas. Para promover o progresso, os líderes deverão ter à disposição análises e evidências de abordagens e projetos de sucesso para orientar-se, levando em consideração o contexto para que suas futuras decisões possam apresentar resultados consistentes (WORLD BANK, 2017).

Finalizadas as discussões acerca da literatura, no tópico seguinte, de metodologia, serão descritas as principais etapas para alcance dos objetivos propostos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente tópico expõe, além de características da pesquisa proposta, quais serão os procedimentos utilizados para que o produto final deste trabalho seja capaz de responder a sua pergunta de pesquisa: como a ONU e as políticas públicas podem influenciar na criação e desdobramento do desenvolvimento sustentável na realidade dos pequenos agricultores?

3.1 Tipo de pesquisa

Segundo Hair et al. (2005), uma pesquisa deve ser considerada de cunho qualitativo quando utiliza descrições de dados que não necessariamente estão atribuídas a números. Quando busca, por meio de um conjunto de técnicas interpretativas, criar entendimento a partir de detalhada descrição do fenômeno estudado (COOPER; SCHINDLER, 2011). Normalmente esse processo ocorre a partir da imersão do pesquisador, que busca obter alto nível de profundidade e detalhe sobre os fatos, situações e interações diretamente relacionadas ao fenômeno estudado (COOPER; SCHINDLER, 2011). Portanto, a presente pesquisa pode ser classificada como qualitativa.

Os planos de pesquisas básicas podem ser classificados em categorias: (1) exploratória; (2) descritiva; (3) causal; (4) explicativa (HAIR JR. et al., 2005). Esta pesquisa foi classificada como exploratória, pois o valor desse tipo de estudo se deve ao fato de que não apresentou um fim em si mesma, já que pretende apresentar tendências, expectativas e possíveis relações, sendo assim um potencial ponto de partida para pesquisas futuras com diferentes profundidades ou diferentes contextos (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

No tocante ao tipo de pesquisa, trata-se de um estudo de campo, cuja principal vantagem é que apresenta maior validade externa, visto que é conduzida em um ambiente natural, aumentando assim as chances de que sejam obtidos resultados representativos (HAIR JR. et al., 2005).

O projeto utilizou um modelo não experimental, uma vez que lidou com variáveis que não podem ser controladas pelo pesquisador, pois trabalhou com análise de um fenômeno ou contexto em determinado momento, ou seja, trouxe como resultados informações como a presença, a influência e a relação de algumas variáveis de estudo em um momento (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Conclui-se, assim, que o presente estudo é uma pesquisa de campo qualitativa exploratória, que utilizou um modelo não experimental, sendo necessário ainda definir qual a estratégia de pesquisa, tema abordado na seção seguinte.

3.2 Estratégia de pesquisa

Há três condições fundamentais para a opção por um método de pesquisa, são elas: (i) o tipo de questão de pesquisa, (ii) o controle sobre os eventos comportamentais por parte do investigador e (iii) o grau de enfoque, relacionado a eventos contemporâneos ou históricos (YIN, 2010). No Quadro 7, ilustra-se a relação entre as condições apresentadas e o método ideal para cada situação.

Quadro 7 – Situações relevantes para diversos tipos de pesquisa

Métodos	(i) Forma de questão de pesquisa	(ii) Exige controle dos eventos comportamentais?	(iii) Enfoca eventos contemporâneos?
Experimento	Como, por quê?	Sim	Sim
Levantamento (<i>survey</i>)	Quem, o quê, onde, quantos, quanto?	Não	Sim
Análise de arquivos	Quem, o quê, onde, quantos, quanto?	Não	Sim/não
Pesquisa histórica	Como, por quê?	Não	Não
Estudo de caso	Como, por quê?	Não	Sim

Fonte: Yin, 2010, p. 29

Considerando-se que este estudo não exige controle das variáveis comportamentais, tem seu foco em eventos contemporâneos e sua pergunta de pesquisa foi baseada em “como?” (YIN, 2010), a estratégia implementada foi a de estudo de caso, poderosa metodologia que coleta, analisa e compara informações extraídas de diversas fontes. Normalmente, o pesquisador insere-se no ambiente “natural” do fenômeno estudado e, desse modo, captura informações tanto em materiais físicos quanto através da observação (COOPER; SCHINDLER, 2011).

Todo esse insumo pode ser combinado com as entrevistas individuais e em grupo realizadas *in loco*, permitindo assim a realização de análises com alto grau de profundidade (COOPER; SCHINDLER, 2011). De forma geral, o estudo de caso é uma investigação empírica focada no entendimento profundo de um fenômeno dentro de seu contexto natural, principalmente quando a relação entre o fenômeno e seu contexto não está clara (YIN, 2010).

Algumas técnicas ainda são utilizadas com o propósito de maximizar a profundidade e a confiabilidade das informações levantadas, a seleção criteriosa dos entrevistados é um exemplo. São escolhidos representantes de diferentes níveis da organização e/ou de diferentes perspectivas de uma mesma situação, para que seja capturado o maior número de experiências e percepções (COOPER; SCHINDLER, 2011).

Esse processo ocorre a partir do estímulo aos entrevistados, para que compartilhem sua história e sua experiência em relação ao objeto de estudo. Tal ênfase no entendimento do contexto permitiu que o pesquisador desenvolvesse denso detalhamento do fenômeno (COOPER; SCHINDLER, 2011). Todas essas atividades podem ser beneficiadas, e gerar melhores resultados, caso estejam orientadas sob a luz das proposições teóricas previamente desenvolvidas (YIN, 2010).

Importante destacar que há preferência pela opção por sujeitos múltiplos, pois, desse modo, viabilizam-se análises entre casos, possibilidade que aumenta a complexidade, o entendimento e o conhecimento gerado sobre os objetos de estudo (COOPER; SCHINDLER, 2011). A extração de um conjunto de conclusões a partir da análise de casos múltiplos é conhecida como *cross case* (YIN, 2010). Com o intuito de enriquecer o estudo, o pesquisador buscou realizar mais de um estudo de caso para ampliar a complexidade e a relevância da pesquisa, que pode ser classificada como estudo de casos múltiplos.

3.3 Seleção dos casos

Pesquisas qualitativas naturalmente envolvem amostragens não probabilísticas, que diferem, na maior parte dos casos, em três tipos: amostragem intencional, amostragem “bola de neve” e amostragem por conveniência (COOPER; SCHINDLER, 2011). Entretanto é importante que um estudo de caso seja significativo e, para isso, deve ser composto por casos incomuns ou que sejam de interesse público; possui relevância ou destaque em nível nacional; e/ou preencher ambas as condições iniciais (YIN, 2010).

Além disso, o estudo deve ser completo, evidenciando que o pesquisador não poupou esforços para a coleta e a análise de informações, priorizando sempre as informações de maior relevância para o estudo (YIN, 2010). Dessa forma, fica evidente que o critério de seleção para os casos se deve a sua singularidade, no sentido de que os selecionados representam casos críticos, extremos ou incomuns (COOPER; SCHINDLER, 2011; YIN, 2010).

Portanto, o presente trabalho utilizou amostragem intencional para a seleção dos casos, seus elementos foram escolhidos devido a suas características únicas e seu destaque em nível nacional (COOPER; SCHINDLER, 2011; YIN, 2010). Desse modo, visando atender à singularidade dos casos e respeitando os limites orçamentários do projeto, elegeram-se alguns critérios para sua seleção: (i) ter sido contemplado pelo Prêmio ODM Brasil; (ii) ter pelo menos um caso de instituição pública e outro de organização social em uma região ou localidade que

permita uma única visita a campo; (iii) estar relacionado com um ou mais ODM selecionado de acordo com o enfoque da pesquisa.

A edição de 2013 do prêmio condecorou 30 projetos, sendo eles 23 de organizações e sete de prefeituras, a distribuição dos projetos por estado está exposta na Tabela 2.

Tabela 2 – Quantidade de projetos premiados no Prêmio ODM Brasil 2013 por Estado

Estado	Prefeituras	Organizações
AC	2	1
AL	0	1
AM	0	1
BA	1	1
CE	1	6
ES	1	0
MG	1	2
MT	0	1
PA	0	1
PB	0	1
PE	0	2
PR	0	3
RJ	0	1
RS	1	0
SC	0	2

Fonte: elaborada pelo autor com base no Prêmio ODM Brasil 2013

Dentre os estados que atendem a esse critério, o Ceará destaca-se pela quantidade de projetos organizacionais, sendo assim o estado selecionado para o desenvolvimento da pesquisa em questão.

Portanto, atendendo aos pré-requisitos definidos, por apresentarem características pertinentes à pesquisa, os projetos pré-selecionados como potenciais objetos de estudo foram:

- Programa Jovem Empreendedor Rural (PJER): realizado na cidade de Pentecoste (92 km de Fortaleza), tem destaque em relação ao ODM 1. Erradicar a pobreza e a fome. Tem o objetivo de oferecer capacitação a jovens para que possam, a partir da utilização de técnicas e habilidades gerenciais, iniciar ou melhorar empreendimentos rurais, aumentando assim a renda familiar na região;
- Rede de Agricultores(as) Agroecológicos(as) do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiçu: realizado na cidade de Fortaleza, tem destaque em relação ao ODM 1. Erradicar a pobreza e a fome. Tem foco em promover, com base na agroecologia e na

socioeconomia solidária, mudanças no modelo de produção agrícola, tornando-o mais sustentável;

- Projeto no Clima da Caatinga: realizado pela Associação da Caatinga, sediada na cidade de Fortaleza, tem destaque em relação ao ODM 7. Garantir a sustentabilidade ambiental. A partir da redução da emissão de CO₂, o projeto tem o objetivo de preservar e promover mudanças positivas no bioma da Caatinga, a partir da capacitação de educadores, envolvimento de famílias e uso de tecnologias sustentáveis.

Já no tocante à premiação da prefeitura do Ceará, ela ocorreu na cidade de Maracanaú, situada a aproximadamente 20 km da capital, Fortaleza. O projeto, que novamente se relaciona com o ODM 1. Erradicar a pobreza e a fome, é intitulado Rede de Segurança Alimentar e Nutricional: A Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada em Maracanaú. Trata-se da formulação de uma rede que pretende aproximar os Sistemas de Segurança Alimentar e Nutricional do Sistema Único de Assistência Social, promovendo assim a entrega de um serviço mais completo e capaz de minimizar a fome e a pobreza no município.

De acordo com o levantamento dos potenciais objetos de pesquisa, foram enviados convites para todos eles. O Programa Jovem Empreendedor Rural (PJER) respondeu, mas não tinha disponibilidade para participar do estudo devido à agenda comprometida com organização e participação de eventos. A Rede de Agricultores(as) Agroecológicos(as) do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu não respondeu às tentativas de contato. O Projeto No Clima da Caatinga respondeu prontamente e contribuiu para a pesquisa. A Rede de Segurança Alimentar e Nutricional respondeu e solicitou que fossem enviados o projeto do trabalho que seria executado e o termo de compromisso do pesquisador, tendo aceitado o convite logo após o recebimento desses documentos.

3.4 Protocolo de Pesquisa

O protocolo é um instrumento de pesquisa que contém procedimentos e regras gerais, essencial para estudos de casos múltiplos. É uma maneira de aumentar a confiabilidade do estudo de caso, orientando o investigador na coleta de dados (YIN, 2010). O núcleo do protocolo são questões substantivas que revelam a linha de investigação da pesquisa, já que elas são elaboradas para o pesquisador e não para o entrevistado.

As questões representam um lembrete ao entrevistador sobre as informações que devem ser coletadas (YIN, 2010). Um protocolo de estudo de caso deve abordar os direcionamentos da

coleta de dados, sendo assim, segundo Yin (2010), um estudo de caso deve conter os seguintes tópicos: (i) introdução ao estudo de caso e finalidade do protocolo; (ii) procedimentos de coleta de dados.

Seguindo as orientações de Yin (2010), foi elaborado o protocolo de pesquisa para os estudos de caso em questão. Segundo o autor, a introdução ao estudo de caso e a finalidade do protocolo devem conter os objetivos de pesquisa, questões de pesquisa e proposições (YIN, 2010). No Quadro 8, apresenta-se a primeira seção do protocolo desta pesquisa. Importante ressaltar que as questões do estudo de caso foram apresentadas ao final do trabalho nos Apêndices A e B.

Quadro 8 – Descrição do problema de pesquisa e objetivos do trabalho

Introdução ao estudo de caso e finalidade do protocolo	
Problema de Pesquisa	Como a ONU e as políticas públicas podem influenciar na criação e desdobramento do desenvolvimento sustentável na realidade dos pequenos agricultores?
Objetivo geral	Verificar a influência da ONU e das políticas públicas nacionais na criação e no desdobramento de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável sob a ótica dos pequenos agricultores.
Objetivo Específico 1 (OE1)	Verificar como as agendas sustentáveis propostas pela ONU (ODM) podem contribuir para consolidação de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável de pequenos agricultores.
Proposições relacionadas ao OE1	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os ODM foram determinantes para a criação de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável da agricultura regional. 2. Projetos de desenvolvimento sustentável no setor agroalimentar impactam na saúde e na qualidade de vida das comunidades locais. 3. A agenda proposta pela ONU (ODM) está alinhada com o contexto de vulnerabilidade do pequeno agricultor brasileiro.
Autores correlacionados às proposições do OE1	Onu (2016); Onu (2015); Brasil (2016); Ramcilovic-suominen e Pülzl (2018); Murakami et al. (2015); Mouysset (2014); Njoh e Akiwumi (2012); Rao (2009); Pedersen (2018); Reyes; Xavier e Naveiro (2017); Costanza et al. (1997); Elkington (1997); Costanza et al. (2016); Vergragt et al. (2016); Barbosa (2008); Jonkute e Staniškis (2015); Aligleri (2011); Xiao et al. (2017); Belik (2015); Bizikova (2016); Fao (2013); Ipea (2014); Feix, Miranda e Barros (2010); Stefanos et al. (2018); Sozinho et al. (2018), Azevedo e Pelicioni (2012); Mcmichael (2005); Foresight (2011); Capra (2002); Campos e Bacha (2016); Petersen (2015); Pelaez et al. (2016); Carneiro et al. (2015); Sizer e Whitney (2011); Silva (2006); Grisa e Schneider (2015); Feix e Vasconcelos (2005); Carson (1962); Schutel e Giordani (2011); Almeida (2002); Sachs (2007); Gould, Missimer e Mesquita (2016); Kourula, Pisani e Kolk (2017); Slade e Carter (2017), Malheiros, Junior e Coutinho (2008); Mcarthur e Rasmussen (2018); Stédile e Loconte (1997); Buainain e Garcia (2013); Uecker, Uecker e Braun (2005); Zuin e Zuin (2006); World Bank (2017)
Objetivo Específico 2 (OE2)	Compreender como as políticas públicas podem fomentar projetos voltados ao desenvolvimento sustentável de pequenos agricultores.
Proposições relacionadas ao OE2	<ol style="list-style-type: none"> 1. O desdobramento de projetos voltados para a sustentabilidade recebe apoio/incentivo de políticas públicas. 2. Normas ambientais têm impacto negativo na capacidade de sobrevivência dos pequenos agricultores. <p>As políticas públicas são capazes de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores.</p>

Continua

Continuação

Introdução ao estudo de caso e finalidade do protocolo	
Autores correlacionados	Schutel e Giordani (2011); Almeida (2002); Sachs (2007); Barbosa (2008); Malheiros, Junior e Coutinho (2008); Ramcilovic-suominen e Pülzl (2018); Paixão e Bacha (2015); Kawaichi e Miranda (2008); Seroa da Motta, Ruitenbeek e Huber (1996); Slade e Carter (2017); Hart (2005); Kelly et al. (2018); Cheng et al. (2017); Smith et al. (2016); Costa, Machado e Amaral (2017); Rogge e Reichardt (2016); Kourula, Pisani e Kolk (2017); Xiao et al. (2017); Gould, Missimer e Mesquita (2016); Celata e Coletti (2018); Azevedo e Pelicioni (2012); Brasil (2006); World Bank (2017); Feix, Miranda e Barros (2010); Aligleri (2011); Murakami et al. (2015); Silva et al. (2018); Stefanos et al. (2018); Campos e Bacha (2016); Rosales et al. (2015); Belik (2015); Pelaez et al. (2016); Grisa e Schneider (2015); Buainain e Garcia (2013); Uecker, Uecker e Braun (2005); Capra (2002); Zuin e Zuin (2006); Sabes e Filho (2010); Schwantes e Bacha (2017); Rao (2009); Knickel e Maréchal (2018); Miranda e Feix (2010)
Objetivo Específico 3 (OE3)	Identificar fatores críticos de sucesso para o melhor aproveitamento da nova agenda internacional da ONU (ODS) no que tange ao desenvolvimento sustentável para pequenos agricultores.
Proposições relacionadas ao OE3	<ol style="list-style-type: none"> 3. O engajamento da comunidade beneficiária é determinante para o sucesso do projeto. 4. O cumprimento e o alinhamento dos projetos com a agenda de objetivos global são fatores críticos de sucesso. 5. O engajamento de múltiplos agentes é uma variável essencial para o êxito dos projetos.
Autores correlacionados	Miranda e Feix (2010); Almeida (2002); Elkington (1997); World Bank (2017); Ramcilovic-suominen e Pülzl (2018); Azevedo e Pelicioni (2012); Kawaichi e Miranda (2008); Matuk (2015); Bacha e Rodriguez (2007); Xiao et al. (2017); Gould, Missimer e Mesquita (2016); Meiselman (2016); Onu (2016); Onu (2015); Pedersen (2018); Brasil (2016); Grisa e Schneider (2015); Rao (2009); Costanza et al. (2016); Vergragt et al. (2016); Knickel e Maréchal (2018); Celata e Coletti (2018); Pelicioni et al. (2013)

Fonte: elaborado pelo autor

Seguindo a metodologia apresentada, foram criados dois roteiros, um específico para a organização social e outro para a prefeitura, os mesmos podem ser encontrados nos Apêndices A e B. Ambos roteiros visam responder as proposições criadas e, através dessas respostas, permitir contribuições que atendam os objetivos específicos e o objetivo geral proposto.

3.5 Método de coleta

O principal método de coleta de dados selecionado para o desenvolvimento do presente trabalho foi a entrevista. Técnica básica de metodologias qualitativas, as entrevistas podem diferir no formato das interações e/ou no formato das questões utilizadas pelo entrevistador, dependendo dos objetivos propostos. No primeiro caso, as diferentes interações mais utilizadas são: (a) entrevista individual em profundidade, (b) entrevista em grupo e (c) grupos de discussão. Já a abordagem das questões, pode ser classificada como (a) não estruturada, (b) semiestruturada e (c) estruturada (COOPER; SCHINDLER, 2011).

Dentro da perspectiva do modo de interação, a entrevista individual em profundidade pode ser configurada pela interação entre entrevistador e um único participante. Normalmente os participantes são selecionados devido a suas experiências que podem gerar vasto conhecimento sobre o escopo da questão estudada. Visando ao máximo aproveitamento das informações levantadas e ao dinamismo do diálogo, as entrevistas em profundidade são geralmente gravadas para que possam ser futuramente transcritas, garantindo assim que o pesquisador tenha material disponível para a produção de análises consistentes (COOPER; SCHINDLER, 2011).

Diferentemente da anterior, a entrevista em grupo apresenta um formato no qual o entrevistador interage simultaneamente com mais de um participante. A composição dos grupos pode variar dependendo do propósito da entrevista e do perfil dos participantes. Normalmente, quando a pesquisa exige maior grau de intimidade, os grupos tendem a ser menores e, quando exige maior profundidade de detalhes, tendem a ser compostos por especialistas (COOPER; SCHINDLER, 2011).

Devido ao caráter investigativo do presente trabalho, o formato mais adequado são as entrevistas em profundidade e as entrevistas em grupo. Para realizá-las, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, que tem por característica a elaboração de um roteiro de questões iniciais e, na sequência, segue o curso de pensamento do respondente, permitindo que o entrevistador insira novas perguntas que possam levar a uma compreensão mais profunda em relação ao fenômeno estudado (COOPER; SCHINDLER, 2011).

Para um estudo de caso, ainda é recomendado que sejam seguidos três princípios: (i) uso de múltiplas fontes de evidência, (ii) criação de uma base de dados e (iii) manutenção do encadeamento das evidências. O primeiro, como detalhado anteriormente, permite que diferentes perspectivas sejam cruzadas, aumentando a confiabilidade das constatações. A base de dados consiste na armazenagem organizada das respostas e das diversas informações levantadas nas etapas anteriores, com o propósito de subsidiar a composição do relatório final. Por fim, o encadeamento das evidências, realizado por meio de uma exposição lógica e bem estruturada do caso, deve permitir a fácil identificação da relação entre as questões iniciais de pesquisa, o protocolo de estudo de caso, as citações das fontes comprobatórias, o banco de dados e o relatório final (YIN, 2010).

Também foi utilizado neste trabalho a observação do pesquisador. Uma observação não estruturada, que se trata de uma técnica de medição não-obstrutivas, não influenciando no comportamento dos indivíduos. Além disso, permite trabalhar com um grande volume de dados (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Portanto, os métodos de coleta definidos, a partir do protocolo de pesquisa, foram:

- entrevista em profundidade com roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndices A e B);
- entrevista em grupo com roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndices A e B);
- documentos de fontes primárias e secundárias;
- observação não estruturada.

Os respondentes – fundadores ou responsáveis pela gestão dos projetos em questão – foram escolhidos devido a sua capacidade de responder perguntas complexas a respeito do tema. Esse formato caracteriza-se por ser uma sessão individual em que há uma sondagem visando obter respostas e razões para determinado comportamento ou realidade. A técnica de “por quê, por quê, por quê” pode ser uma boa ferramenta para se obterem possíveis relações ou esclarecimentos que inicialmente não estavam bem definidos (HAIR JR. et al., 2005). Sendo assim, também foi utilizada como método de coleta de dados durante as entrevistas.

Para maximizar a quantidade e a qualidade de informações geradas no processo, o entrevistador deve colocar-se no papel de ouvinte, apenas estimulando o entrevistado a responder em detalhes as questões e intervindo apenas caso haja alguma dúvida ou a indicação de potenciais informações relevantes ainda não explanadas (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

3.6 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada do dia 27 de novembro de 2017 a 01 de dezembro de 2017, nos dois projetos que aceitaram o convite para participar da pesquisa:

- Projeto No Clima da Caatinga;
- Rede de Segurança Alimentar e Nutricional.

O procedimento de coleta de dados tem como objetivo definir quem serão os entrevistados e os locais a serem visitados, plano de coleta e preparação de pré-visitas (YIN, 2010). No Quadro 9, apresentam-se as informações para o presente estudo.

Quadro 9 – Descrição do protocolo de pesquisa

Etapa	Descrição das atividades
Preparativos pré-visita	Elaboração do cronograma de atividades Contato inicial e agendamento das visitas Submissão do projeto para aprovação da Secretaria Termo de compromisso do pesquisador Levantamento de dados secundários a respeito dos projetos Impressão do protocolo de pesquisa
Projeto Rede de Segurança Alimentar e Nutricional	
Entrevistados	Os principais gestores dos projetos e a população impactada por ele
Cidades visitadas	Maracanaú e comunidades indígenas parceiras da rede
Projeto No Clima da Caatinga	
Entrevistados	Os principais gestores dos projetos e a população impactada por ele.
Cidades visitadas	Crateús, Reserva Serra das Almas e comunidades da região.

Fonte: elaborado pelo autor

A pesquisa de campo teve duração de cinco dias, passando principalmente por três cidades – Fortaleza, Maracanaú e Crateús –, seis comunidades no entorno das cidades citadas e a Reserva Serra das Almas. Assim como destacado na Figura 7, foi necessário percorrer mais de 800 quilômetros, considerando-se o aeroporto de Fortaleza como o ponto inicial e final do trajeto.

Figura 7 – Trajeto para realização dos estudos de caso

Fonte: elaborada pelo autor

As entrevistas foram realizadas em diversos ambientes e com representantes de diferentes níveis de envolvimento nos projetos, permitindo, assim, entendimento sob perspectivas complementares. A lista de entrevistados de cada projeto, assim como a descrição de suas respectivas funções estão relacionadas nos Quadro 10 e 11.

Quadro 10 - Lista de entrevistados do Projeto Rede de Segurança Alimentar e Nutricional

Cargo	Descrição das atividades
Assistente social da Secretaria de Assistência Social e Cidadania	Mestre em Planejamento de Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Líder do projeto, atuando desde o início, em 2005. Ponto focal da visita, responsável pela coordenação de projetos que promovam o bem-estar social e garantam o atendimento às necessidades básicas e aos direitos dos cidadãos.
Coordenador de ações complementares	Responsável por programas complementares que visam oferecer programas e projetos complementares que gerem oportunidades para que os cidadãos beneficiados sejam capacitados e se afastem de condições de vulnerabilidade.
Gerente do restaurante popular	Nutricionista, responsável pela gestão, cardápio, estoque, produção, higiene e execução das atividades do restaurante central.
Gerente do banco de alimentos	Responsável pelo recebimento, estocagem e distribuição dos alimentos que serão destinados às cozinhas comunitárias e ao restaurante central.
Técnica da cozinha de Mucunã	Mestranda em nutrição, responsável pela gestão, cardápio, estoque, produção e higiene das cozinhas comunitárias.
Coordenador de técnicas agroecológicas	Pós-graduado em engenharia agrônoma, é responsável pelo relacionamento com os agricultores familiares parceiros do projeto, visa oferecer soluções técnicas e operacionais para atender às necessidades dos produtores.
Agricultores 1 e 2	Membros de comunidades indígenas, produtores parceiros do projeto e beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

Fonte: elaborado pelo autor

Já no trabalho de dois dias de campo, realizado junto à Associação Caatinga, na cidade de Crateús e região, as entrevistas de campo foram conduzidas com oito pessoas diretamente envolvidas com o projeto: coordenador de tecnologias sustentáveis, técnica em educação ambiental, supervisor de produção de mudas, administrador do meliponário, guarda-parque e moradores de quatro comunidades atendidas pelo projeto. Conforme exposto no Quadro 11.

Quadro 11 – Lista de entrevistados do Projeto No Clima da Caatinga

Cargo	Descrição das atividades
Coordenador de tecnologias sustentáveis	Líder do Programa de Tecnologias Sustentáveis, responsável por prover acesso à tecnologias que possam promover, ao mesmo tempo, a redução de impactos negativos gerados ao meio ambiente e o ganho de qualidade de vida por parte dos membros das comunidades atendidas.
Coordenadora de educação ambiental	Responsável por conduzir atividades de educação ambiental. Atua principalmente em parceria com a rede pública de educação, leva conhecimento sobre o bioma da caatinga para dentro do núcleo escolar, estimulando a conscientização sobre as potencialidades e a necessidade de cuidados com o bioma.
Supervisor de produção de mudas	Biólogo, responsável pela disseminação de conhecimento através de cursos, oficinas, capacitações e pela frente de recomposição da floresta nativa. O foco principal é a revitalização de nascentes e matas ciliares.
Administrador do meliponário	Jovem membro de uma comunidade beneficiada pelo programa, participou de programas de capacitação oferecidos pela Associação Caatinga, tornou-se guarda-parque e, participando de novas capacitações, transformou-se em instrutor e administrador do meliponário, sendo o multiplicador das técnicas de meliponicultura, uma das frentes do Programa de Tecnologias Sustentáveis.
Guarda-parque	Membro de uma comunidade beneficiada pelo programa, responsável pela fiscalização, proteção e manutenção da reserva. Atua também como guia dos visitantes.
Moradores de quatro comunidades atendidas pelo projeto	Moradores de diferentes comunidades que foram beneficiados com tecnologias sustentáveis: cisternas, fornos solares, fogões sustentáveis e composteiras, além de cursos e treinamentos, como o de recomposição florestal.

Fonte: elaborado pelo autor

O cronograma da coleta de dados está detalhado no Quadro 12, que contém uma breve descrição das atividades realizadas em cada etapa dos estudos de caso, assim como a lista dos entrevistados que contribuíram com o desenvolvimento da pesquisa.

Quadro 12 – Cronograma da Pesquisa de Campo

Data	Período	Local	Atividade	Entrevistados
27/11/2017	Manhã	Maracanaú – Ceará	Visita à Secretaria de Assistência Social	Assistente Social e Coordenador de Ações Complementares
27/11/2017	Tarde	Maracanaú – Ceará	Visita aos equipamentos do projeto: cozinha, restaurante central e centro de distribuição	Gerentes do Restaurante Popular e do Banco de Alimento e Técnica da Cozinha de Mucunã
28/11/2017	Manhã	Comunidades indígenas da região de Maracanaú – Ceará	Visita a comunidades indígenas, interação com pequenos produtores	Dois pequenos proprietários de terra, produtores de alimentos e parceiros do Programa de Segurança Alimentar
28/11/2017	Tarde	Maracanaú – Ceará	Entrevistas na Secretaria de Bem-estar Social	Assistente Social e Gerente da Unidade de Recebimento
29/11/2017	Manhã	Pentecoste – Ceará	Visita a Adel, tentativa de contato	Não houve entrevista, apenas uma pequena explanação sobre o projeto
29/11/2017	Tarde	Crateús – Ceará	Deslocamento de Pentecoste a Crateús	Não foram realizadas entrevistas nesse período
30/11/2017	Manhã	Crateús – Ceará	Visita à Associação Caatinga	Coordenador do Projeto, Líder de educação ambiental e Supervisor da equipe de restauração
30/11/2017	Tarde	Crateús – Ceará	Visita à Associação Caatinga	Coordenador do Projeto, Líder de educação ambiental e Supervisor da equipe de restauração
01/12/2017	Manhã	Comunidades da região de Crateús – Ceará	Visita a quatro comunidades assistidas pelo projeto No Clima da Caatinga	Cinco moradores de diferentes comunidades beneficiárias do projeto
01/12/2017	Tarde	Reserva Natural Serra das Almas	Visita à Reserva Natural Serra das Almas	Coordenador do Projeto, Administrador do Meliponário e Guarda-Parque

Fonte: elaborado pelo autor

Além das informações capturadas durante as entrevistas e das observações em campo, as organizações também contribuíram fornecendo materiais complementares em diversos formatos, variando desde apresentações em formato digital a panfletos e *checklists* físicos utilizados em sua operação. Tais evidências permitem que seja reforçada a credibilidade do conteúdo das entrevistas, além de possibilitar alto grau de detalhamento dos casos (Yin, 2010).

3.7 Análise de dados

Um plano de análise de dados, mesmo em uma pesquisa qualitativa, se faz necessário para que sejam evitadas conclusões fracas ou até mesmo tendenciosas (SAMPLERI; COLLADO;

LUCIO, 2006). Os autores destacam que uma análise qualitativa não deve ser meramente uma descrição, deve respeitar um plano de trabalho sem que restrinja a flexibilidade das análises.

Dentre as quatro estratégias para orientação da análise dos dados propostas por Yin (2010), a mais comumente utilizada é orientada pelas proposições teóricas que levaram à construção do estudo de caso. As proposições são derivadas diretamente do objetivo geral e questão de pesquisa, por isso, estão diretamente alinhadas com toda a proposta do trabalho, sendo assim, um ótimo fio condutor para a elaboração das análises (Yin, 2010).

Para analisar o material coletado de maneira sistêmica e objetiva, foi utilizada a análise de conteúdo, uma metodologia que busca detalhes das informações, dados e evidências, por meio de procedimentos sistemáticos de descrição dos dados coletados (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). Dessa forma, neste trabalho fez-se uso da análise de conteúdo para validar as proposições teóricas desenvolvidas (MARTINS; THEÓPHILO, 2007; YIN, 2010).

Após a avaliação sistemática dos dados, foi realizada uma etapa de descrição dos casos, em que inicialmente é desenvolvida uma avaliação exclusiva de cada caso. O processo de organização dos dados para apresentação inicia-se com a codificação das respostas e informações levantadas nas etapas anteriores. A codificação busca atribuir números ou símbolos às respostas, possibilitando que sejam agrupadas em classes ou categorias, facilitando, assim, a realização de uma análise eficiente (COOPER; SCHINDLER, 2011).

As categorias podem ser antecipadas, no sentido de serem criadas antes mesmo da coleta de dados, podendo ser alteradas, no momento pós-coleta, caso a variedade das respostas obtidas demande uma nova classificação. Independentemente do momento de criação, as categorias devem respeitar quatro regras: estarem alinhadas apropriadamente ao problema e objetivo da pesquisa; serem exaustivas, no sentido de que todas as informações devem ser devidamente alocadas nas categorias criadas; mutuamente exclusivas, permitindo que as informações sejam alocadas em apenas uma categoria; e, por fim, derivadas de uma dimensão de classificação, ou seja, todas as categorias são definidas a partir de um único conceito (COOPER; SCHINDLER, 2011). No presente trabalho, as categorias foram estabelecidas no momento pré-coleta e estão diretamente alinhadas com os objetivos específicos da pesquisa e suas respectivas proposições.

Na sequência, foram elaboradas análises comparativas entre os casos estudados. Neste segundo momento, destacaram-se as semelhanças e as diferenças, assim como seus motivos e impactos. Por fim, foram realizadas inferências, de cunho especulativo, a respeito das melhores práticas identificadas como diferenciais para o destaque dos fenômenos selecionados (COOPER;

SCHINDLER, 2011). Além disso, nessa etapa houve uma preparação para o planejamento das conclusões, por meio da verificação de padrões e potenciais explicações, configurações e fluxos de causa e efeito (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

Quanto aos dados secundários cedidos pelas organizações estudadas, foi utilizada a análise documental, que segundo Bardin (2011) se trata de “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original” (BARDIN, 2011, p. 51)

Desse modo a análise de dados do presente trabalho respeitou os passos descritos na Figura 8, a seguir.

Figura 8 – Modelo de análise de dados

Fonte: elaborada pelo autor

4 RESULTADOS

4.1 Apresentação dos Casos

Na presente seção estão descritos, em detalhes, os dois estudos de caso abordados pela pesquisa de campo: Rede de Segurança Alimentar e Nutricional e No Clima da Caatinga. Os resultados apresentados são fruto da compilação das seis horas e quarenta e dois minutos de áudio das entrevistas, transcritas em noventa e seis páginas, além da análise de materiais e relatórios compartilhados e da observação do pesquisador. À vista disso, será explanado de modo geral, o contexto que possibilitou a criação e o desenvolvimento dos projetos até o atual estágio de maturidade, permitindo que resultados consistentes fossem alcançados.

4.1.1 Caso 1: Rede de Segurança Alimentar e Nutricional

O projeto Rede de Segurança Alimentar e Nutricional que impacta a cidade de Maracanaú, no Ceará, é resultado de um trabalho iniciado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania da mesma cidade no ano de 2005. Porém, sua criação foi em grande parte estimulada pela Política Nacional de Assistência Social, que teve início em 2004. O principal fator motivador para sua criação foi o alto índice de vulnerabilidade social, “principalmente com problemas relacionados a renda, qualificação profissional e alimentação”, ao qual estava exposta grande parte da população local, fato identificado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade, instituição diversas vezes destacada nas entrevistas e que foi definida nas palavras da Assistente Social como “a porta de entrada pra política de assistência social”.

O principal objetivo do CRAS, que tem a responsabilidade de identificar vulnerabilidades e riscos sociais, é fortalecer os vínculos familiares, os vínculos protetivos e de convivência. Maracanaú, de acordo com a assistente social, é uma cidade com considerável contraste social e alta concentração de renda, detém o segundo maior parque industrial do Ceará, porém cerca de 70% da população está em situação vulnerável e cadastrada no instrumento Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), que o governo federal define como um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País. Devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa.

Outro ponto-chave da atuação do CRAS, que contribuiu para a criação do projeto estudado, é a identificação de potencialidades que o território atendido possa apresentar e que não estejam sendo desenvolvidas. No caso do município de Maracanaú, foi detectado alto potencial para atividades como agricultura e artesanato, devido à forte presença de reservas e comunidades indígenas no entorno da cidade.

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania, ciente das principais dificuldades e potencialidades da cidade apontadas pelo CRAS, notou a necessidade de articulação com políticas públicas para buscar soluções. De acordo com a Assistente Social,

“então começou, buscou-se verificar territórios que têm uma alta concentração de vulnerabilidade, que têm a alimentação altamente fragilizada e como solucionar. Havia editais abertos de cozinha comunitária e de restaurante popular. Foi uma época muito propícia pro desenvolvimento de políticas públicas, de 2005 até uns anos atrás foi muito fomentada a questão de equipamentos sociais [...] então, tinha edital aberto para o restaurante popular, para o banco de alimentos, para as cozinhas comunitárias e para o PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos. Quando abria edital, o município buscava captar. E dentro dessa captação, foram instaladas as cozinhas comunitárias, o restaurante popular, o banco de alimentos. Foi uma construção, não de uma hora para outra.”

Tal construção gradual resultou na criação do projeto Rede de Segurança Alimentar e Nutricional, que visa fomentar o desenvolvimento social local atuando principalmente em duas frentes: alimentação de qualidade, garantindo acesso a alimentos saudáveis para as comunidades atendidas, e desenvolvimento da agricultura familiar, a partir de capacitação e estímulos financeiros direcionados ao pequeno produtor. Para o êxito do projeto, foi necessário um acompanhamento constante por parte da Secretaria para identificação de obstáculos e resistências, além de rápida reação para solucionar e superar as dificuldades mapeadas.

Sérios gargalos para efetividade do projeto foram identificados inicialmente: o baixo número de produtores familiares que demonstraram interesse em engajar-se na rede e sua baixa capacidade produtiva, pois até então não haviam tido estímulo para crescimento devido à ausência de demanda para sua produção. Como alternativa, a Secretaria buscou maximizar a utilização de programas governamentais que solucionassem tais problemas, fomentando o desenvolvimento a partir de capacitações ou de programas que visassem estimular o desenvolvimento local, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nas palavras da Assistente social: “(...) o desenvolvimento dessa política da segurança alimentar começou a também ser aprimorada. Por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, que compra dos agricultores e repassa aquele produto para entidades da rede socioassistencial”.

Apesar da tentativa de estimular a adesão aos programas, muitos produtores ainda eram resistentes a parcerias e/ou a participação em projetos públicos, posicionamento justificado pela insegurança gerada devido à participação da prefeitura em função nunca antes vista. Para superar tal dificuldade, a Secretaria iniciou um trabalho de fortalecimento da credibilidade da máquina pública, posicionando-se como facilitadora e iniciando um trabalho de conscientização acerca dos benefícios do programa. Outra forma encontrada para estimular a adesão foi a diminuição da burocracia. Quando possível, o formato do vínculo era alterado de edital para termo de adesão. Conforme explanado pela Assistente social, *“antes ele era por convênio. Tinha que abrir edital. Você tinha que submeter ao edital, depois você tinha que prestar conta. E de tanto reclamarmos na execução, ele não é mais edital, agora é via termo de adesão”*.

Com o tempo, o projeto gerou resultados visíveis e, por consequência, sua credibilidade foi fortalecida, o que levou muitos agricultores familiares a aderirem ao programa. O programa se iniciou com a adesão de 25 agricultores, passando rapidamente para 181 e, no momento do estudo de caso, contava com aproximadamente 300 parceiros para o fornecimento dos alimentos. Porém, ao estimular o aumento da produção, surgiu uma nova dificuldade: garantir demanda para comercialização de todos os produtos frescos.

“Só que quando se começou a produzir, surgiu outro degrau que a gente tinha que subir: toda essa produção será comercializada pra quem? Então, começou-se a buscar os canais de comercialização desses agricultores. O Programa de Aquisição de Alimentos, as feiras comunitárias e populares, também provenientes de edital. E o ônibus itinerante, que passa vendendo em locais que não tem feira”, afirmou a Assistente social.

No caso da outra potencialidade, o artesanato, também foram tomadas diversas medidas para que pudesse ser estimulado, gerando desenvolvimento. Nas palavras da Assistente social,

“Abria um edital de inclusão produtiva, a Secretaria já buscava potencializar. Há uma reserva indígena no município, que também não eram reconhecidos. Passaram a ser reconhecidos a partir de 2005, eles têm o potencial do artesanato muito intenso, mas esbarravam nessa mesma condição de não conseguir o fomento inicial, para quem estar vendendo”.

A constante identificação de novas necessidades e potencialidades, fez com que a prefeitura buscasse cada vez mais integrar estruturas para aumentar o raio de impacto do projeto. Tais estruturas são conhecidas internamente como “equipamentos” e estão relacionadas na Figura 9.

Figura 9 – Equipamentos da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional (nov/17)

Fonte: elaborada pelo autor

Atualmente, a Rede de Segurança Alimentar e Nutricional conta com uma robusta estrutura para viabilizar sua operação. Seus respectivos equipamentos serão descritos a seguir.

O Restaurante Central é um dos principais equipamentos da rede devido a sua alta capacidade de impacto. Inaugurado em 07/07/2008, tem capacidade para 600 refeições por dia e está aberto ao público das 10h30 às 12h30, de segunda a sexta-feira. O cardápio é definido pela Nutricionista chefe, que também gerencia e coordena as atividades do restaurante, que conta com 20 funcionários e três estagiários do curso de nutrição. A Nutricionista chefe e os demais funcionários consomem o alimento com meia hora de antecedência, “*tempo necessário para que os primeiros sintomas de intoxicação alimentar se manifestem*”, diz ela em relação a verificar se o alimento está adequado para ser servido à população. O cardápio do dia seguinte está sempre disponível na saída do restaurante para que os usuários possam consultar, além disso, na saída também há uma urna na qual eles podem manifestar seu nível de aprovação em relação ao cardápio do dia. Apesar de existir uma oscilação do público de acordo com o cardápio, no mínimo, 500 refeições são servidas diariamente.

O equipamento conta com diversos ambientes para recebimento e benefício dos alimentos, tais como câmara fria (-14 °C), câmara de resfriamento (para transição gradual de temperatura), câmara fria para alocação dos resíduos, além de câmaras separadas para beneficiamento de proteínas e vegetais.

Em relação ao público, idosos e crianças de até sete anos de idade não pagam, os demais passam por avaliação do Cadastro Único, que define se o usuário apto à utilização será isento, ou não, de pagar a taxa simbólica de 1 real. Essa avaliação está diretamente relacionada com o Cadastro Único, por isso é renovada caso haja mudanças na situação familiar ou a cada dois anos, ou seja, com a mesma frequência do sistema nacional.

Outros fatores que se destacam são o alto nível de higiene e de cuidado no ambiente de preparo dos alimentos, o alto nível de engajamento e a baixa rotatividade dos funcionários e a relação

amigável entre os trabalhadores e os beneficiários do equipamento. Além das refeições, o Restaurante também é utilizado para oferecer oficinas de capacitação, cursos de gastronomia, noites de cinema e eventos especiais em datas comemorativas, como Páscoa, Dia das Mães e Natal. Algumas fotos do Restaurante estão apresentadas na Figura 10.

Figura 10 – Restaurante Central da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional de Maracanaú

Fonte: elaborada pelo autor

Na Figura 10, apresentam-se fotos capturadas no dia 27/11/2017. A foto 1 apresenta a fachada do Restaurante, já a foto 2 é de um cartaz, posicionado no interior do restaurante e visível a todos os beneficiários, que destaca a existência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a premiação da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional pelo ODM Brasil. A foto assinalada com o número 3 apresenta a câmara fria para alocação dos resíduos até o momento de sua coleta para destinação adequada.

As cozinhas comunitárias têm papel importantíssimo dentro da Rede, visto que aumentam a capilaridade do projeto e possibilitam que sejam atendidas pessoas de comunidades mais distantes que teriam dificuldade de deslocar-se até o Restaurante Central. Abertas ao público das 10h30 às 11h30, as cozinhas comunitárias não oferecem refeições no local, o serviço é prestado por meio do oferecimento de marmitas, ou “quentinhas”, no vocabulário local. O custo

por refeição é o mesmo, 1 real, e o benefício é oferecido por família, também respeitando os critérios e o vínculo com o Cadastro Único, como definido pela Assistente Social: *“No caso das cozinhas, a carteira é da família e não individual, e também tem que ter o documento de identificação do responsável”*. Para atualização dos beneficiários, existe um processo de quatro em quatro meses para validação e reavaliação das necessidades familiares.

Atualmente, a rede conta com seis Cozinhas Comunitárias, localizadas nas comunidades Acaracuzinho, Luzardo Viana, Mucunã, Pajuçara, Timbó e Alto Alegre II. Tais equipamentos, contam com a coordenação de três nutricionistas, que se responsabilizam pelo cardápio, estoque, higiene e gestão. A cada visita, a nutricionista encarregada deve preencher um *check-list* como procedimento padrão. As cozinhas contam também com equipes de cozinheiras e auxiliares, sempre compostas por moradores das respectivas comunidades atendidas. Em média, cada unidade tem capacidade para oferecer 200 refeições, totalizando assim uma média de 1.200 refeições diárias.

Os cardápios são desenvolvidos semanalmente, levando em consideração a disponibilidade de produtos, a época do ano e a capacidade de entrega dos produtores rurais. Segundo a Técnica responsável pela unidade visitada, *“algumas nutricionistas preparavam o cardápio do mês inteiro, mas mudava a realidade da entrega dos produtores e isso tinha impacto direto no que poderia ser ofertado, fazendo com que as nutricionistas refletissem isso no cardápio da semana”*. Outro ponto de preocupação é o diálogo, a cada quatro meses são realizadas reuniões com o objetivo de ouvir a população e destacar que os serviços oferecidos por cada equipamento devem ser considerados um direito da população e não um simples ato de caridade. O objetivo é trazer conforto e bem-estar para os usuários.

O Banco de Alimentos é um equipamento acoplado ao Restaurante Central, portanto localizado estrategicamente no centro da cidade. Trata-se do “pulmão” da operação, uma vez que atua como centro de armazenagem e distribuição dos alimentos. Esse equipamento também conta com câmaras climatizadas e separadas para armazenagem de diferentes tipos de alimentos. Gerenciado por uma engenheira de alimentos, busca atender aos demais equipamentos respeitando, além das necessidades locais, as características dos alimentos, priorizando a distribuição ou armazenagem de forma a garantir a segurança alimentar de seus consumidores. Outra responsabilidade desse equipamento é a destinação dos resíduos para instituições que possam fazer tratamento adequado. Atualmente, há grande foco na negociação de parcerias para reutilização de resíduos.

As hortas populares, feiras populares e o ônibus itinerante são mecanismos facilitadores do acesso ao alimento de qualidade. O primeiro tem como protagonista os próprios membros da comunidade, enquanto os demais harmonizam a produção dos agricultores familiares com a demanda da população da região. As hortas e as feiras, apesar de muito eficientes na popularização do acesso, têm atuação estática, no sentido de que estão sempre disponíveis na mesma localidade. Já o ônibus itinerante apresenta característica dinâmica, permitindo que os agricultores tenham mais facilidades no acesso e na logística de sua distribuição. Desse modo, esses três equipamentos funcionam como a interface entre a produção e o consumo de alimentos saudáveis.

A expressiva maioria dos produtos disponibilizados pelas estruturas descritas vem da produção dos agricultores familiares. Durante a pesquisa de campo, o Coordenador de técnicas agroecológicas conduziu visitas a propriedades pertencentes a duas comunidades indígenas participantes da Rede, o que permitiu que fossem vistos casos de agricultores, parceiros do Programa, que se capacitaram e obtiveram ótimos resultados ao longo do tempo. De acordo com o Coordenador,

“(...) no início, quando foi instalado esse projeto na agricultura aqui em Maracanaú, foram realizados cursos de capacitação para os agricultores, destacando a importância de passar conhecimentos pra eles, principalmente visando à produção agroecológica, que não é uma produção de qualquer forma, mas na visão de uma produção que seja sustentável e que não utilizasse esses produtos da agricultura convencional, já que é uma agricultura de pequeno porte e a gente sabe que os princípios orgânicos agroecológicos são bastante aplicados em pequenas áreas, assim como a deles”.

Algumas das técnicas utilizadas pelos produtores locais podem ser visualizadas na Figura 11 e na Figura 12.

Figura 11 – Pé de manga com enxerto e estrutura para plantio de uma propriedade de agricultores familiares

Fonte: elaborada pelo autor

A Figura 11 apresenta fotos capturadas na propriedade do senhor Manoel, da comunidade de Santo Antônio do Pitaguary. A foto assinalada com o número 1 mostra uma muda de pé de manga que, através da utilização da técnica de enxerto, pode gerar frutos de quatro espécies diferentes de manga, ótima fonte alternativa de renda para Manoel, que recebe diversas encomendas de muda com esse tipo de tratamento. Na Foto 2, está exposta a estrutura que o agricultor utiliza para evitar competição entre as espécies plantadas. Por fim, na Foto 3, da esquerda para a direita encontram-se o Coordenador de técnicas agroecológicas, o senhor Manoel e o autor do presente trabalho.

Durante a visita, tanto o proprietário quando o coordenador destacou a importância das capacitações e do acompanhamento técnico para o desenvolvimento dos agricultores e a diminuição do risco de produção. Nas palavras do Coordenador,

“(...) em nossos acompanhamentos técnicos, a gente fica estimulando essa parte da rotação de cultura e da aplicação destes tipos de adubos, porque a planta consegue produzir. A importância da capacitação é muito grande, porque, se não for a capacitação, fica difícil pra eles conseguirem ter uma maior produtividade, principalmente considerando o objetivo de plantar orgânico”.

Figura 12 – Açude e sistema de irrigação de uma propriedade de agricultores familiares

Fonte: elaborada pelo autor

Todas as fotos Figura 12 foram capturadas na mesma propriedade, dentro de outra comunidade indígena da região. A partir de alto engajamento junto às cooperativas e participação em diversas capacitações, alguns agricultores foram contemplados com a instalação de um açude (Foto 1), alternativa muito interessante para minimizar os impactos da seca. Para maximizar a eficiência do benefício, o açude também é utilizado para a piscicultura, desse modo, a água se enriquece em matéria orgânica, o que aumenta o impacto positivo do sistema de irrigação. Em torno dessa estrutura, os cultivos estão dispostos em formato de mandala, e há um sistema de irrigação que percorre todo o perímetro (Foto 2). Na Foto 3, destaca-se a improvisação de um palito de pirulito adaptado como aspersor, técnica disseminada na região. Novamente um destaque para os impactos positivos do processo de capacitação do agricultor. *“Em 2013 foram duas semanas de curso, focado em práticas orgânicas e agroecológicas, então, realmente, se eles não tivessem capacitação e conhecimento, eles não teriam como aplicar essas técnicas, iriam achar que o correto é a aplicação de agrotóxicos”*, disse o Coordenador.

Esses casos de sucesso representam bem o amadurecimento do projeto, tornando-se exemplo para outros agricultores da região que tenham iniciativa e desejo de engajar-se à Rede e buscar desenvolver-se. É consenso entre os entrevistados que o grande trunfo do projeto é a relação

harmoniosa que se construiu dentro do objetivo de desenvolvimento social, conciliando a valorização das potencialidades regionais (agricultura familiar) e a necessidade do oferecimento de uma alimentação saudável à população. Os benefícios gerados para esses dois grandes grupos beneficiários estão resumidamente descritos na Figura 13.

Figura 13 – Benefícios gerados para os dois perfis de beneficiários do projeto: agricultores familiares e população

<u>Para os agricultores familiares</u>		<u>Para a população com direito ao benefício</u>	
Capacitações e suporte técnico para o manejo correto		Acesso a alimentação adequada
Garantia de mercado consumidor		1 Restaurante Central (600 refeições/dia)
Suporte para parcerias e novos benefícios		6 cozinhas comunitárias (200 refeições/dia em cada)
Ônibus Itinerante (Feira móvel)		Cursos / oficinas de capacitação
		Eventos em datas comemorativas

Fonte: elaborada pelo autor

De modo geral, a Secretaria de Assistência Social despense esforços com o intuito de promover impactos sociais que vão além do assistencialismo, fomentando o desenvolvimento econômico e social a partir de capacitações e da utilização consciente dos equipamentos disponíveis, de modo que tanto a sociedade urbana quanto a rural sejam beneficiadas. É a partir dessa integração que projetos, inicialmente pontuais, de suporte a situações de risco social se desenvolveram e se tornaram a Rede de Segurança Alimentar e Nutricional. Na visão do Coordenador, Maracanaú apresenta um diferencial justamente na sinergia entre programa e estrutura disponível: “(...) temos um diferencial porque nem todos os municípios conseguem o programa e nem todos têm a estrutura de uma cozinha comunitária, um restaurante que vai receber esses produtos. Então, não é só ter o programa, mas ter os equipamentos”.

Para atingir o patamar atual, o projeto teve de apresentar diferenciais que permitiram tal evolução. Fatores como alta qualificação técnica da equipe de trabalho (muitos com pós-graduação em áreas relacionadas a serviço social e políticas públicas), baixa rotatividade dos funcionários, engajamento de membros das comunidades como funcionários dos equipamentos, intensa troca de informação com os usuários e alto nível de planejamento (com acompanhamentos e indicadores bem definidos) são exemplos que justificam a capacidade de o projeto ter se sustentado e ter amadurecido tanto ao longo de sua trajetória. Ressalte-se que

esse projeto não é o único da Secretaria e que o objetivo final é o atendimento e o desenvolvimento da sociedade local, acima de tudo.

Também foi necessária a superação de diversos obstáculos ao longo do tempo, considerando-se as dificuldades apresentadas ao longo da descrição do caso, que podem ser classificadas em três grandes grupos: resistência da população beneficiária, resistência dos agricultores familiares e limitações da máquina pública. No primeiro caso, houve problemas com desconfiança em relação ao projeto, dificuldade de inserir novos hábitos alimentares na sociedade, muitas críticas ao longo do tempo, mas que foram superadas pelo bom trabalho realizado, pela aproximação junto à comunidade e por melhorias contínuas. A resistência dos agricultores familiares surgiu por conta da desconfiança a respeito de promessas por parte de uma instituição pública, além das limitações técnicas e financeiras dos produtores, fatores solucionados no decorrer do projeto com o apoio de programas governamentais, treinamentos e capacitações. Por fim, as limitações da máquina pública estão relacionadas à burocracia e, muitas vezes, à dificuldade de obtenção de verba para expansão ou para solução de problemas que possam surgir, essa é a dificuldade mais crítica, visto que a Secretaria depende muito do apoio governamental. Porém a apresentação e a repercussão dos bons resultados e o alinhamento do projeto com as metas globais propostas pela ONU auxiliam na valorização do projeto e, por consequência, na negociação para que os recursos necessários sejam obtidos.

Na Figura 14, apresentam-se, de maneira sucinta, os grandes marcos do projeto desde sua criação até o momento do estudo de caso realizado no presente trabalho. O projeto passou por um processo de amadurecimento até atingir resultados expressivos e ganhar visibilidade em nível nacional.

Figura 14 – Marcos da trajetória da Rede de segurança alimentar e nutricional

Fonte: elaborada pelo autor

Como descrito durante a presente seção, o projeto Rede de Segurança Alimentar e Nutricional originou-se em 2005, com o propósito específico de suprir as necessidades da população local que se encontrava em extremo estado de vulnerabilidade, principalmente nos aspectos nutricionais. Entretanto, com o tempo e o conhecimento adquirido, foi identificada a necessidade de ampliação dos propósitos de atuação da Secretaria. Através de estudos, do mapeamento das potencialidades da região e da aproximação com a sociedade local, a expansão de atuação do projeto começou a ser vislumbrada. Entretanto, os recursos inicialmente disponíveis não eram capazes de suprir a demanda de investimentos para que os novos objetivos fossem alcançados, dessa forma, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania buscou, através de licitações e intensificação das participações junto a programas dos governos federal e estadual, desenvolver competências e capturar recursos que pudessem viabilizar o projeto.

Com o sucesso na etapa de captação de recursos, o projeto passou a apresentar resultados muito representativos para o desenvolvimento da região, fazendo com que obtivesse destaque, ganhasse prêmios e, por fim, visibilidade em nível nacional. Através da visibilidade alcançada, o projeto foi identificado pelo autor do presente trabalho como objeto de estudo como caso de sucesso de um projeto que visa promover o desenvolvimento sustentável.

4.1.2 Caso 2: No Clima da Caatinga

O projeto No Clima da Caatinga tem sua atuação focada, principalmente, na Reserva Natural Serra das Almas e em 21 comunidades em seu entorno, no interior do Ceará. É resultado de um trabalho iniciado pela Associação Caatinga (criada em 1998) que, desde 2000, está atuando junto à reserva. Tanto a associação quanto a reserva tiveram como propósito de criação a relação do empresário americano Herbert Fisk Johnson e a carnaúba, planta típica da caatinga que, de acordo com o Coordenador de tecnologias sustentáveis, “(...) *produz uma cera de boa qualidade e alta maleabilidade, utilizada para diversos fins, o que a credenciava como excelente matéria-prima para a produção fabril*”.

Em 1935, o empresário americano realizou uma expedição ao Brasil em busca de matéria-prima para abastecer suas fábricas, evento que ficou conhecido como “expedição carnaúba”. Ao ser bem-sucedido em sua busca, Herbert Fisk Johnson tomou a decisão de abrir uma unidade fabril em Maracanaú, iniciando, assim, seus trabalhos de exploração da carnaúba no Brasil. Na década de 1990, a pedido do pai, Samuel Johnson (filho de Herbert) realizou uma nova expedição, seguindo o mesmo roteiro da original, com o objetivo de recompensar, através de um projeto em prol da natureza, o país e a região que tanto contribuíram para o desenvolvimento dos negócios da família.

A proposta inicial consistia na criação de um parque que visasse à proteção da palmeira e, para auxiliar no processo, Samuel criou em 1998 a Associação Caatinga, tornando-se patrono da instituição que seria responsável pela manutenção e preservação da futura área de proteção ambiental. A instituição recém-criada iniciou estudos para mapeamento e definição da área ideal para as finalidades propostas, porém tais estudos levaram à idealização de um projeto que fosse além da preservação da carnaúba, contemplando não só a palmeira como toda a biodiversidade da caatinga. Com o novo foco, buscou-se junto ao Ibama o mapeamento das áreas prioritárias de conservação; nesse processo, foi selecionada uma área, de aproximadamente 6 mil hectares, localizada a cerca de cinquenta quilômetros da cidade de Crateús onde, em 2000, foi criada a Reserva Natural Serra das Almas.

Logo após a criação da reserva, o foco da Associação Caatinga se restringia à proteção e conservação da área, de maneira concomitante ao estímulo de pesquisas científicas e ecoturismo. Entretanto, com o amadurecimento do projeto e com o conhecimento do bioma, notou-se a necessidade de expandir a atuação para as comunidades que viviam no entorno da

área da sub-bacia do rio Poti, afluente do rio Parnaíba, atingindo assim uma área superior a 36 mil hectares.

Ao expandir a atuação, a associação iniciou o processo que resultaria na criação do complexo projeto No Clima da Caatinga que, por definição, tem o “objetivo impactar positivamente a mitigação de efeitos do aquecimento global, promovendo a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais da Caatinga no sertão de Crateús”. Para atingir tal objetivo, o projeto aloca esforços em três principais frentes: conservação da Reserva Natural Serra das Almas, disseminação de tecnologias sustentáveis e educação ambiental. Os três pilares fundamentais do projeto estão destacados na Figura 15.

Figura 15 – Pilares centrais do projeto No Clima da Caatinga

Fonte: elaborada pelo autor

O primeiro pilar corresponde ao propósito original da associação e de seu patrono: a manutenção e a proteção de uma área significativa da caatinga, visando preservar e valorizar a riqueza do bioma a partir do estímulo à educação ambiental, pesquisa e sustentabilidade local. Para tal, a Associação Caatinga, além de atuar dentro da Reserva Natural Serra das Almas, que conta com uma área de 6.146 hectares, atua também nas comunidades em seu entorno, impactando assim uma área de cerca de 36.000 hectares.

Devido ao trabalho de destaque na preservação de parte significativa do bioma, de três nascentes e de espécies ameaçadas, a reserva foi reconhecida pela Unesco como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Caatinga. Dentre as conquistas dentro do perímetro da reserva, destacam-se alguns números: 26,5 quilômetros de trilhas de fiscalização recuperadas; 5,44 quilômetros de cercas limítrofes recuperadas; 36 quilômetros de áreas sinalizadas para alertar contra caça e crimes ambientais; duas estruturas de atendimento a visitantes, com

alojamento, refeitório, viveiro de mudas, laboratórios; e quatro trilhas para intensificação do contato com a natureza. Toda essa estrutura é amparada por quatro guarda-parques equipados para fiscalizar e garantir a proteção da reserva. Parte da estrutura citada está apresentada na Figura 16.

Figura 16 – Painéis e recepção da reserva Serra das Almas

Fonte: elaborada pelo autor

As fotos destacadas com 1 e 2 na Figura 16 apresentam painéis que, dentre muitos expostos na reserva, descrevem as mudanças climáticas enfrentadas pela caatinga, alertando para a necessidade dos cuidados com o bioma, e destacam os objetivos, a área de atuação, as conquistas e a história do projeto. Já a foto número 3 foi capturada em frente à estrutura Centro de Interpretação Ambiental Prof.^a Maria Angélica Figueiredo, com o pesquisador do presente trabalho juntamente com a equipe que conduziu toda a visita à reserva.

Por toda a estrutura, é possível encontrar painéis que destacam o excelente trabalho realizado e o impacto positivo que a reserva gera ao meio ambiente, porém os impactos que ultrapassam seu limite geográfico elevam o projeto a outro patamar. Nos 36 mil hectares de atuação, a associação realizou trabalhos que geraram um completo diagnóstico socioeconômico e zoneamento geoambiental detalhado, que possibilitaram melhor entendimento da área e

aproximação com a sociedade local, permitindo a criação de planos participativos de conservação e planos de ação emergencial de combate a incêndios florestais.

O intenso contato com as comunidades locais permitiu o bom resultado das ações propostas. Dentro do contexto de recomposição florestal, foram cerca de 73,8 hectares de áreas de preservação permanentes e reserva legal recuperadas, 14 nascentes protegidas e/ou recuperadas, 86,2 mil mudas de espécies nativas replantadas no bioma, 61,8 hectares de recursos hídricos restaurados, além da preservação de cinco bacias hidrográficas. Tais resultados só foram atingidos devido ao engajamento e apoio da população que, através das ações da associação, se conscientizou em relação aos cuidados com o meio ambiente e passou a adotar práticas sustentáveis, como relatado no depoimento do morador de uma das comunidades atendidas:

“(...) a seca estava acabando com a produção, ao ver a mata verde próxima ao rio, tive a ideia de plantar naquele local e fiz o desmatamento. No ano seguinte, a chuva veio e levou a terra, parecia que o rio tinha se zangado. Depois da Associação Caatinga, nós reflorestamos e até os animais voltaram a aparecer”.

O trabalho de recomposição florestal obteve expressivos resultados através da pesquisa integrada com a parceria entre associação e comunidade local. O estudo das características das plantas e do ambiente foi determinante para o êxito do processo de reflorestamento como destacado pelo Supervisor de produção de mudas,

“(...) para se produzir as espécies nativas, principalmente as da caatinga, ou que envolvam qualquer outro bioma, você precisa conhecer essas espécies. Saber qual o processo de germinação delas, como é a forma de coleta, então, pra isso inicialmente é necessário fazer uma pesquisa dessas espécies, e então montar o protocolo informando toda sua característica, tipo das espécies, onde ocorrem essas espécies e seus locais específicos. É necessário mapear essas espécies pra que você tenha um calendário e saiba a época certa de fazer as coletas e o reflorestamento”.

Após a realização dos estudos e a multiplicação das mudas no viveiro da reserva, a associação busca identificar e priorizar os locais para o reflorestamento. Esse processo é realizado utilizando o zoneamento geoambiental. O Supervisor de produção de mudas assim descreve o processo: *“Dependendo da ação, por exemplo, levando um pouco para a abordagem de restauração, a gente já tem um mapeamento de todo o entorno, então isso facilita pra você já ter um conhecimento, saber quais são as áreas mais críticas e fazer a priorização”.*

De modo semelhante, outros trabalhos desenvolvidos auxiliaram muito no desenvolvimento social e econômico da região. Esses trabalhos foram desenvolvidos dentro da frente de trabalho Disseminação da Tecnologias Sustentáveis, que visa implementar a utilização de tecnologias

sustentáveis junto às comunidades da região, esse processo é realizado através do oferecimento de diversas capacitações aliadas ao acesso às tecnologias. Alguns exemplos são apresentados na Figura 17.

Figura 17 – Tecnologias sustentáveis do projeto No Clima da Caatinga (nov/2018)

Produção de mudas nativas		Meliponicultura
Manejo do solo		Gestão de resíduos sólidos
Queimadas controladas		Composteiras
Fogão ecoeficiente		Cisternas
Forno solar

Fonte: elaborada pelo autor

No caso da produção de mudas nativas, manejo do solo e queimadas controladas, as interações foram articuladas no formato de capacitações. Atuando junto com a comunidade, membros da Associação Caatinga levaram conhecimento, técnicas e soluções para que os moradores pudessem lidar de forma mais harmoniosa com o meio ambiente. Isso permitiu que os pequenos produtores pudessem aumentar sua produtividade sem que fossem gerados danos à qualidade do solo, da água ou do ar, multiplicando e expandindo assim os cuidados com o bioma para uma fronteira além da Reserva Serra das Almas. Algumas aplicações das demais tecnologias junto às comunidades estão retratadas nas imagens da Figura 18.

Figura 18 – Meliponário e sistema de compostagem em propriedades de beneficiários do projeto

Fonte: elaborada pelo autor

Na Figura 18, as fotos 1 e 2 apresentam estruturas do meliponário dentro da propriedade de um beneficiário do programa. A meliponicultura é a atividade de criação de abelhas jandaíra, uma espécie sem ferrão típica da Caatinga. Através de capacitações e da doação da primeira caixa de criação, a associação promove o desenvolvimento da atividade na região. A criação dessa espécie gera diversos tipos de benefícios: contribui para a conservação do bioma devido a sua capacidade de polinização, produz mel orgânico que tem bom valor agregado e pode ser uma alternativa de negócio para seus criadores. As fotos 3 e 4 apresentam estruturas do sistema integrado de compostagem e irrigação, ambos instalados nas casas de moradores de comunidades atendidas pelo projeto. O sistema usa uma versão de composteira que filtra parte da água utilizada pela rotina da casa, para que ela possa ser reaproveitada na irrigação da lavoura, ao mesmo tempo que gera húmus, que pode ser vendido ou também aplicado na lavoura da família.

Figura 19 – Fogão sustentável, forno solar e cisterna instalados em comunidades atendidas pelo projeto

Fonte: elaborada pelo autor

As fotos destacadas com os números 1 e 2 da Figura 19 são partes complementares da mesma estrutura, trata-se do fogão ecoeficiente. Essa tecnologia conta com plaquetas refratárias revestidas por isolante térmico que, por isso, é capaz de apresentar ótimo desempenho mesmo utilizando menos lenha que um fogão convencional. Além disso, conta com a chaminé (estrutura que não estava presente na maioria das casas da região), que leva a fumaça para fora da casa, preservando a qualidade do ar interno. A foto número 3 destaca o forno solar, tecnologia equipada com tampa de vidro e abas refletoras, que utiliza os raios solares para atingir temperatura de até 150°C, permitindo que seja realizada a cocção de alimentos ou até mesmo esterilização de água, sem utilização de qualquer tipo de combustível. Já a foto 4 expõe uma cisterna para coletar e armazenar água da chuva, instalada na casa de uma família beneficiária, essa tecnologia é muito valorizada pela população local, que sofre muito com a escassez de recursos hídricos, conforme destaca o Coordenador das tecnologias sustentáveis:

“No caso das políticas públicas, naturalmente elas ocorrem em todo o Brasil e mesmo no local onde trabalhamos, porém não é capaz de atender a todos. Na questão da água, por exemplo, nós construímos várias cisternas nas

comunidades, porque lá não tinha água de qualidade. Aqui nós temos alguns problemas com o solo, como as questões de recarga e a decomposição, que deixa a água muito salgada. (...) e, então, durante muitos anos as famílias não tinham água pra beber e só tiveram essa água de qualidade através dos esforços da Associação Caatinga pra levar”.

Em todos os casos a associação foi capaz de superar as metas estipuladas de capacitação e distribuição das tecnologias. Algumas conquistas de destaque do programa foram: capacitação de cerca de 1.280 pessoas para o uso das tecnologias sustentáveis dentro da área de intervenção do projeto, implantação do maior meliponário de abelhas do tipo jandaíra do estado do Ceará (estrutura responsável pela recuperação e multiplicação da espécie), implementação de coleta seletiva de resíduos sólidos em 18 comunidades, quando anteriormente apenas duas contavam com coleta via caminhão público.

Parte crítica para o desenvolvimento do projeto, como citado anteriormente, é a aproximação da Associação Caatinga com as comunidades beneficiárias. O processo de priorização das comunidades atendidas leva em consideração diversos fatores como as características da tecnologia disponibilizada e as necessidades da comunidade em questão. O processo desenvolveu-se após um intenso número de interações e mapeamento das lideranças locais, conforme explica o Coordenador de tecnologias sustentáveis:

“(...) então um exemplo, fogão ecoeficiente e cisterna, nós conversamos com a agente de saúde comunitária para tentar mapear as famílias que têm maior necessidade e que estão num maior grau de vulnerabilidade. Mesmo assim apresentamos o projeto às comunidades, depois voltamos falando qual a tecnologia que iremos trabalhar no momento, pra começar a fazer o levantamento socioambiental de toda a comunidade, aí demora um pouco (...) quando você vai retornar lá talvez já se passaram uns três ou quatro meses, aí uma dificuldade...”

O terceiro e último pilar do projeto consiste na educação ambiental. A associação realiza grandes esforços para que todo o conhecimento gerado por suas pesquisas e demais atividades sejam divulgados e, dessa forma, possam maximizar a quantidade de pessoas impactadas e estimular o desenvolvimento de novos projetos sustentáveis. Muitos benefícios desse esforço educacional já foram percebidos pela associação, como destacada o Coordenador de tecnologias sustentáveis: “A Caatinga é a única floresta exclusivamente brasileira, eu acredito que antes do início desse projeto, isso não era tão difundido, por isso acredito que nós somos reconhecidos também por esse lado de ter gerado tanto conhecimento em torno da floresta”.

A primeira ação da associação nessa frente de trabalho foi o estabelecimento de parcerias com as escolas da rede municipal de Crateús. Tais interações foram muito bem-sucedidas, fazendo com que 100% dos professores da rede pública do município fossem capacitados para utilização

em suas atividades docentes dos materiais didáticos produzidos pela associação. O depoimento da Coordenadora de educação ambiental ilustra o processo desde o início:

“(...) a gente apresentou essa proposta educativa pra Secretaria de Educação do município, então, o contato da Associação Caatinga com os professores foi diretamente com eles. Para isso, sensibilizamos e mobilizamos primeiro os gestores das escolas apresentando a proposta educativa, depois a gente teve também um momento de conversa e sensibilização com os professores, já abrindo o processo de adesão para aqueles que tivessem interesse de trabalhar esse contexto em sala de aula, de participar de um curso de capacitação, então nesse contato a gente já teve adesão deles (...) Então, as formações que eram voltadas para a temática ambiental foram inseridas no calendário dentro da Secretaria de Educação do município e foi colocado para as escolas, então, foi estabelecido aquele curso”.

Foram distribuídos mais de 1.000 kits de material didático para os educadores interessados em inserir o conteúdo em suas atividades didáticas. Ao todo, foram 409 professores capacitados para utilização do material, atingindo mais de 18.000 alunos entre os municípios de Crateús e Fortaleza. Outro ponto de destaque é que as práticas educacionais mais criativas e eficazes desenvolvidas pelos educadores foram compiladas, gerando o material “Conheça & Conserve a Caatinga – Atividades de Educação Ambiental”, que passou a ser uma referência para os educadores da região. Esse e outros materiais de divulgação do conhecimento gerado pelo projeto, referentes ao bioma e às tecnologias sustentáveis, estão destacados na Figura 20.

Figura 20 – Cartilhas e materiais utilizados para educação ambiental

Fonte: elaborada pelo autor

Os materiais desenvolvidos pela Frente de Educação Ambiental impactaram diversos públicos, desde os moradores das comunidades atendidas pelo projeto, aos professores e alunos da rede pública e demais camadas da população da região. Além dos materiais didáticos, eventos também foram realizados para disseminar o conhecimento sobre o tema. Um exemplo de evento é a exposição interativa “Caatinga um novo olhar – entre nesse clima”, que atingiu mais de 42 mil pessoas. “Essa tenda foi pensada e planejada justamente para trazer essa aproximação das pessoas que estão mais distantes da Caatinga, que estão na zona urbana, trazer essa aproximação sobre a Caatinga de uma forma bem lúdica”, disse a Coordenadora, destacando que a tenda consistia em uma estrutura na qual a sociedade podia ter uma experiência de imersão dentro do contexto da Caatinga. Outro canal para aumentar o público atingido foram os cinemas e teatros, conforme citado pela Coordenadora:

“Nesse processo educativo, uma das ações foi a parte do cinema e teatro, a gente proporcionava um espaço de contextualização, de diálogo e exibição do vídeo, trazendo essa contextualização mais pra nossa realidade, sabendo mais dessa convivência com a Caatinga. Nós tivemos uma adesão muito boa das escolas, dos professores, dos alunos e tivemos resultados surpreendentes dentro desse trabalho”.

Para viabilizar a execução de todo o trabalho descrito, a Associação Caatinga buscou recursos através de parcerias e patrocínios. O trabalho na reserva é mantido até hoje por recursos da empresa de seu patrono, Samuel Johnson; no caso das tecnologias sustentáveis e educação ambiental tem como principal parceira a Petrobras, mas conta também com outros investimentos, provenientes de editais de empresas voltadas à responsabilidade social e ambiental. O depoimento do Coordenador de tecnologias sustentáveis descreve a relação da associação com as empresas parceiras:

“Tudo isso também mediante um patrocínio, com nosso grande parceiro, que é a Petrobras/Programa Petrobras Socioambiental, que proporcionou a realização desse projeto que já recebeu várias premiações [...] no caso das demais parcerias, toda grande empresa tem a sua parte de responsabilidade social, então busca desenvolver trabalhos voltados pro ambiental e o social. Então, dentro das possibilidades da empresa (...) são abertos esses editais e nós participamos. Nós estamos sempre mandando nossos projetos pra que a gente possa executá-los”.

Para atingir o patamar atual, o projeto teve de apresentar diferenciais que permitiram tal evolução. Fatores como a alta qualificação técnica da equipe de trabalho, baixa rotatividade dos funcionários, engajamento de membros das comunidades multiplicadores das tecnologias, intensa troca de informação com os beneficiários e alto nível de planejamento (com

acompanhamentos e indicadores bem definidos) são exemplos que justificam a capacidade de o projeto ter se sustentado e ter amadurecido tanto ao longo de sua trajetória.

Também foi necessária a superação de diversos obstáculos ao longo do tempo, considerando-se as dificuldades apresentadas ao longo da descrição do caso, que podem ser classificadas em três grandes grupos: resistência da população beneficiária, resistência dos agricultores familiares e limitações de recursos financeiros. No primeiro caso, houve problemas com a desconfiança em relação ao projeto e a dificuldade de aceitação por parte da sociedade, mas que foram superados pelo bom trabalho realizado, pela aproximação junto à comunidade e pelo ganho de credibilidade conforme as entregas e os resultados iam sendo alcançados. A resistência dos agricultores familiares justificava-se pela dificuldade de aceitar que as técnicas e os cuidados que estavam sendo propostos pela Associação poderiam gerar resultados melhores do que as práticas produtivas historicamente utilizadas. Por fim, as limitações de recursos financeiros foram superadas a partir da busca por parcerias estratégicas e patrocinadores. A participação em editais de grandes empresas buscando fomentar projetos de responsabilidade social e ambiental tem sido foco da Associação Caatinga como estratégia de captação de recursos. Fatores como organização, estrutura, resultados e alinhamento com os objetivos globais propostos pela ONU permitem que a Associação seja comumente contemplada ao final do processo.

Na Figura 21, apresenta-se, de maneira sucinta, os grandes marcos do projeto desde sua criação até o momento do estudo de caso realizado no presente trabalho. De forma similar ao projeto Rede de Segurança Alimentar e Nutricional, o projeto passou por um processo até atingir resultados expressivos e ganhar visibilidade em nível nacional.

Figura 21 – Marcas da trajetória do projeto “No clima da caatinga”

Fonte: elaborada pelo autor

Como descrito durante a presente seção, o projeto No Clima da Caatinga originou-se em 1998, com o propósito específico de preservação da Reserva Serra das Almas, entretanto, com o tempo e o conhecimento adquirido, foi identificada a necessidade de ampliação dos propósitos de atuação da Associação. Através de estudos, do mapeamento das características da região e da aproximação com a sociedade local, a expansão de atuação do projeto começou a ser vislumbrada. Entretanto, os recursos inicialmente disponíveis não eram capazes de suprir a demanda de investimentos para que os novos objetivos fossem alcançados, dessa forma, a Associação Caatinga buscou, através de parcerias, desenvolver competências e capturar recursos que pudessem viabilizar o projeto.

Com sucesso na etapa de captação de recursos, o projeto passou a apresentar resultados muito representativos para o desenvolvimento da região, fazendo com que obtivesse destaque, ganhasse prêmios e, por fim, visibilidade em nível nacional. Através da visibilidade alcançada, o projeto foi identificado pelo autor do presente trabalho como objeto de estudo como caso de sucesso de um projeto que visa promover o desenvolvimento sustentável.

4.2 Análise e Discussão

Nesta seção serão discutidas as proposições construídas a partir do referencial teórico. Para tal, as evidências coletadas junto aos estudos de caso serão confrontadas com os argumentos dos

autores, permitindo que esse diálogo promova a validação ou invalidação de cada uma das proposições.

Visando à maior organização das evidências coletadas e, por consequência, o enriquecimento das discussões, foram criadas três categorias: “Influência dos ODM na consolidação dos projetos”, “Influência das políticas públicas na consolidação dos projetos” e “Fatores críticos de sucesso”. Inicialmente as evidências coletadas em campo foram tabuladas de acordo com a estrutura dos roteiros de entrevista, que estavam alinhados com os tópicos do referencial teórico. Entretanto, a complexidade dos casos deixou claro que as evidências não poderiam ser analisadas de forma independente e segmentada, por isso, uma nova categorização foi proposta, de maneira a buscar o entendimento das influências entre os principais tópicos discutidos. Na Figura 22, ilustram-se as duas etapas da categorização das evidências coletadas.

Figura 22 – Categorização das evidências coletadas nos estudos de caso

Fonte: elaborada pelo autor

Já as proposições foram construídas a partir das evidências provenientes do referencial teórico, estando também alinhadas aos objetivos específicos do presente trabalho. Para que as discussões sejam estruturadas de forma lógica e consistente, as proposições e evidências dos estudos de caso devem estar categorizadas de acordo com os mesmos critérios. Em vista disso, na Figura 23, apresenta-se o detalhamento do processo de análise e discussão, ilustrando-se que as proposições, inicialmente alinhadas aos objetivos de pesquisa (etapa 1), serão realocadas de acordo com a “categorização do conteúdo” (etapa 2) e, desse modo, passarão pelo processo de análise e validação. Por fim, as contribuições da pesquisa serão geradas a partir do resultado

das análises e discussões das evidências levantadas durante todo o desenvolvimento do presente trabalho.

Figura 23 – Detalhamento do processo de análise e discussão

Fonte: elaborada pelo autor

4.2.1 Influência dos ODM na consolidação dos projetos

A presente seção pretende desenvolver discussões com o propósito de encontrar conclusões consistentes alinhadas com o objetivo específico “Verificar como as agendas sustentáveis propostas pela ONU (ODM) podem contribuir para a consolidação de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável de pequenos agricultores”. Para tal, serão confrontados os argumentos encontrados na literatura com as evidências levantadas junto aos estudos de caso e, desse modo, buscar a validação ou invalidação das proposições expostas no Quadro 13.

Quadro 13 – Proposições referentes à categoria 1

Proposições	Autores correlacionados
<ol style="list-style-type: none"> Os ODM foram determinantes para a criação de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável da agricultura regional. Projetos de desenvolvimento sustentável no setor agroalimentar impactam na saúde e na qualidade de vida das comunidades locais. A agenda proposta pela ONU (ODM) está alinhada com o contexto de vulnerabilidade do pequeno agricultor brasileiro. 	<p>Onu (2016); Onu (2015); Brasil (2016); Ramcilovic-suominen e Pülzl (2018); Murakami et al. (2015); Mouysset (2014); Njoh e Akiwumi (2012); Rao (2009); Pedersen (2018); Reyes, Xavier e Naveiro (2017); Costanza et al. (1997); Elkington (1997); Costanza et al. (2016); Vergragt et al. (2016); Barbosa (2008); Jonkute e Staniškis (2015); Aligleri (2011); Xiao et al. (2017); Belik (2015); Bizikova (2016); Fao (2013); Ipea (2014); Feix, Miranda e Barros (2010); Stefanos et al. (2018); Sozinho et al. (2018), Azevedo e Pelicioni (2012); Mcmichael (2005); Foresight (2011); Capra (2002); Campos e Bacha (2016); Petersen (2015); Pelaez et al. (2016); Carneiro et al. (2015); Sizer e Whitney (2011); Silva (2006); Grisa e Schneider (2015); Feix e Vasconcelos (2005); Carson (1962); Schutel e Giordani (2011); Almeida (2002); Sachs (2007); Gould, Missimer e Mesquita (2016); Kourula, Pisani e Kolk (2017); Slade e Carter (2017), Malheiros, Junior e Coutinho (2008); Mcarthur e Rasmussen (2018); Stédile e Loconte (1997); Buainain e Garcia (2013); Uecker, Uecker e Braun (2005); Zuin e Zuin (2006); World Bank (2017)</p>

Fonte: elaborado pelo autor

4.2.1.1 Proposição 1

O tópico 4.2.1.1 promove o diálogo entre a literatura e as evidências identificadas durante os estudos de caso com o propósito de esclarecer a validade da proposição 1: “Os ODM foram determinantes para a criação de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável da agricultura regional”.

O Brasil foi um dos países a oficializarem seu comprometimento com o cumprimento do plano de metas global proposto pela ONU, conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM (ONU, 2015). Tal compromisso estimulou a criação de diversos programas e políticas com o propósito de fomentar a evolução do país frente aos objetivos propostos (BRASIL, 2016). As políticas públicas destacam-se como instrumento governamental no tocante à proposição de diretrizes que possam estimular a implementação de práticas sustentáveis (BELIK, 2015; MOUYSET, 2014; Murakami et al., 2015, NJOH; AKIWUMI, 2012; RAMCILOVIC-SUOMINEN; PÜLZL, 2018; RAO, 2009).

A efetividade das ações propostas está diretamente relacionada a dois fatores: o planejamento de longo prazo e o engajamento de múltiplos agentes. No primeiro caso, tanto o planejamento quanto a utilização dos recursos disponíveis podem ser otimizados pela utilização do plano de metas global como um macro direcionador estratégico (PEDERSEN, 2018). No segundo caso,

parcerias estratégicas entre organizações sociais, comunidade acadêmica, instituições públicas e empresas são críticas para a criação de uma rede de esforços capaz de resultar no atingimento dos objetivos propostos (BRASIL, 2016; COSTANZA et al., 2016; JONKUTE; STANIŠKIS, 2016; PEDERSEN, 2018; REYES; XAVIER; NAVEIRO, 2017; VERGRAGT et al., 2016).

A mesma lógica aplica-se dentro do setor agrícola (BELIK, 2015; MOUYSET, 2014; NJOH; AKIWUMI, 2012; RAO, 2009); correlacionando-se o mesmo com o plano de metas global, destaca-se que as atividades de uso da terra assumem um papel de protagonismo em relação ao cumprimento dos objetivos propostos (BIZIKOVA, 2016; NJOH; AKIWUMI, 2012). Fatores como mudanças climáticas, degradação ambiental, pobreza, fome e saúde estão diretamente relacionados às práticas do setor (FAO, 2013; FEIX; MIRANDA; BARROS, 2010; IPEA, 2014). Desse modo, o estímulo ao desenvolvimento sustentável fomentado pelas políticas públicas, estrategicamente alinhadas aos ODM, fatalmente estarão vinculados à criação de ações e projetos direcionados ao desenvolvimento sustentável da realidade dos pequenos produtores rurais.

O diálogo entre os autores citados sugere a relação direta entre o comprometimento do país com os ODM, a criação de políticas públicas e a implementação de projetos alinhados aos objetivos propostos. Entretanto, tal relação não foi detectada durante a realização dos estudos de caso. No caso da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional, as evidências coletadas sinalizam que sua criação, em 2005, foi diretamente relacionada à política de assistência social vigente à época e ao trabalho do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que identificou o alto índice de vulnerabilidade social ao qual estava exposta a comunidade local. Tais fatores estimularam a Secretaria de Assistência Social e Cidadania a articular-se e criar ações que, posteriormente, se consolidariam no formato atual do projeto.

Já no caso do projeto No Clima da Caatinga, criado em 1998, as motivações para sua concepção foram provenientes do sentimento de gratidão, por parte do empresário Samuel Johnson, em relação à carnaúba, planta de alta maleabilidade que, desde 1935, é a principal matéria-prima utilizada nas fábricas do empresário americano. A história da família com a carnaúba iniciou-se quando Herbert Fisk Johnson, pai de Samuel, fez uma expedição pelo Brasil (futuramente conhecida como “Expedição Carnaúba”) em busca de uma planta que pudesse oferecer cera necessária para sua produção fabril, foi quando encontrou essa palmeira típica da região Nordeste do país. Na década de 90, Samuel encontrou o diário de bordo de seu pai com uma dedicatória para o filho, pedindo-lhe reproduzisse a expedição. Ao término da viagem, Samuel decidiu que deveria, de alguma forma, recompensar o Brasil e sua natureza e, assim, criou a

Associação Caatinga que assumiria a responsabilidade pela manutenção e preservação da futura área de proteção ambiental que seria mantida pela empresa da família Johnson.

Conforme exposto, ambos os objetos de estudo fundamentaram sua concepção em motivações situacionais, seja pelo ímpeto de promover melhores condições de vida à população, em alto nível de vulnerabilidade, seja para preservar o bioma natural da planta que permitiu grande geração de valor para uma empresa internacional. Apesar da forte harmonia entre os ODM e os objetivos dos projetos estudados, as evidências levantadas na pesquisa de campo indicam que não houve influência do plano de metas internacional, especificamente, no processo de criação. Entretanto, esse plano apresenta alto impacto em etapas de maior maturidade dos projetos estudados, fator que será aprofundado nas discussões de fatores críticos de sucesso, mais precisamente nas argumentações referentes à proposição 8.

A partir dos argumentos propostos na presente seção, considera-se que, apesar da grande importância da agenda internacional proposta pelos ODM, não há evidências de uma relação direta entre o lançamento da agenda e a concepção dos projetos voltados ao desenvolvimento sustentável na realidade dos pequenos agricultores. Dessa forma, a “Proposição 1”, dentro do contexto e da realidade dos casos estudados no presente trabalho, foi considerada inválida.

4.2.1.2 Proposição 2

O tópico 4.2.1.2 promove o diálogo entre a literatura e as evidências identificadas durante os estudos de caso com o propósito de esclarecer a validade da proposição 2: “Projetos de desenvolvimento sustentável no setor agroalimentar impactam na saúde e na qualidade de vida das comunidades locais”.

A agricultura é considerada importante pilar na jornada rumo ao desenvolvimento sustentável. As atividades de uso da terra estão diretamente relacionadas a fatores de alto impacto social, econômico e ambiental (AZEVEDO; PELICIONI, 2012; BIZIKOVA, 2016; FAO, 2013; MIRANDA; FEIX, 2010; SOZINHO et al., 2018; STEFANES et al., 2018). Tal associação, evidencia o protagonismo do setor junto ao cumprimento das agendas internacionais propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015; 2016).

Tamanha relevância é acompanhada de muita responsabilidade, pois, da mesma forma que as atividades do setor podem conduzir ao desenvolvimento sustentável, também podem proporcionar desastrosos impactos ambientais (FAO, 2013; FEIX; MIRANDA; BARROS, 2010; IPEA, 2014). Tais impactos acabam refletindo sobre a qualidade de vida das

comunidades próximas às áreas de produção agrícola, que ficam expostas a potenciais consequências da utilização de práticas indevidas, como degradação do solo, contaminação dos rios, poluição da água e do ar e diminuição da diversidade genética (FAO, 2013; FEIX; MIRANDA; BARROS, 2010; IPEA, 2014; McMICHAEL, 2005). O uso indevido dos recursos naturais tende a comprometer sua utilização no longo prazo, cerca de 30% da emissão mundial de gases do efeito estufa é proveniente das atividades do sistema agroalimentar, que também é responsável por utilizar recursos hídricos em ritmo que supera as taxas de reposição do sistema (FORESIGHT, 2011). Normalmente as comunidades mais carentes apresentam relação mais íntima com a natureza, sendo assim, estão mais vulneráveis a impactos oriundos da degradação ambiental (ONU, 2015).

Além de atingir as comunidades por meio dos impactos ambientais, as atividades agrícolas também influenciam diretamente indicadores sociais, questões como escassez de alimento, condições de trabalho e acesso à água potável são dificuldades comumente enfrentadas na área rural (ONU, 2015; 2016). Como principal fator a ser combatido, destaca-se a fome, que é causada pela ineficiência do sistema que, por vezes, tem dificuldades de garantir altos índices de produtividade (BELIK, 2015; CAPRA, 2002). Entretanto, na busca pelo aumento de produtividade, intensifica-se a utilização de agrotóxicos e de práticas ambientalmente incorretas, como a utilização da área de reserva legal para produção (CAMPOS; BACHA, 2016; PETERSEN, 2015). Dessa forma, os impactos no meio ambiente e na saúde são agravados devido ao intenso uso de agrotóxicos que visa ao aumento da produtividade das propriedades rurais (CARNEIRO et al., 2015; SIZER e WHITNEY, 2011 *apud* MATUK, 2015; PELAEZ et al., 2016; SILVA, 2006).

A dificuldade de acesso à capacitação e tecnologias, somada à desigualdade socioeconômica, promove a exposição dos pequenos produtores a um sistema de renovação do ciclo da pobreza (BELIK, 2015; CAPRA, 2002). Desse modo, destaca-se a necessidade de intervenção, por meio de políticas públicas eficazes, para que sejam implementadas ações que estimulem a produção local, de modo a gerar benefícios ambientais, sociais e econômicos de longo prazo (CAMPOS; BACHA, 2016; GRISA; SCHNEIDER, 2015; STEFANES et al., 2018).

Considerando a grande relevância do setor para a promoção do desenvolvimento sustentável e seu forte relacionamento com as metas internacionais propostas pela ONU, o governo brasileiro tem buscado lançar programas direcionados à implementação de ações sustentáveis no sistema agroalimentar (GRISA; SCHNEIDER, 2015; ONU, 2015; 2016; FEIX; VASCONCELOS, 2005). Algumas ações têm obtido êxito, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),

destacado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) como exemplo de política pública para a promoção do desenvolvimento regional e da segurança alimentar (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A literatura aponta a forte relação entre a agricultura e o desenvolvimento local no tocante aos três pilares da sustentabilidade. Destaca-se, entretanto, a sensibilidade dessa relação, que pode ser positiva ou negativa, dependendo principalmente dos modos de produção e de utilização dos recursos naturais. As evidências coletadas nos estudos de caso corroboram a lógica apresentada pelos autores, a Rede de Segurança Alimentar e Nutricional promove o acesso à alimentação de qualidade através da aproximação e gestão da oferta e demanda de alimentos da região. Por meio de parcerias e estímulos à produção familiar, a Secretaria incentiva a utilização de técnicas sustentáveis na produção de alimentos e garante a compra da produção com o propósito de prover alimentação de qualidade para a população que se encontra em condições de vulnerabilidade social. Desse modo, o projeto promove desenvolvimento sustentável para os pequenos agricultores da região, ao mesmo tempo em que permite ganhos consistentes na qualidade de vida e na saúde da população.

A relação entre o desenvolvimento sustentável do sistema agroalimentar e a qualidade de vida das comunidades locais também é evidenciada no projeto No Clima da Caatinga. A preservação da Reserva Serra das Almas impacta diretamente a biodiversidade da região, assim como a qualidade da água e do ar. Tangibilizando em números, as ações de restauração florestal promoveram a recuperação de 73,8 hectares de reserva legal, 61,8 hectares de recursos hídricos e 14 nascentes. Tais ações ainda permitiram o sequestro de cerca de 12 mil toneladas de CO₂.

O trabalho da associação capacitou 1.280 pessoas com o objetivo de estimular a adoção de práticas sustentáveis, o que possibilitou: recomposição florestal por meio da utilização de mudas nativas, manejo adequado do solo, técnicas de queimadas controladas (minimizando o risco de queimadas acidentais), implantação de gestão participativa de resíduos sólidos e do uso de composteiras por parte das comunidades rurais. Todas essas atividades foram incorporadas pelos pequenos agricultores e permitiram, além do desenvolvimento econômico devido ao aumento da produção e da qualidade dos produtos, o ganho de qualidade de vida por parte das comunidades, assim como evidentes ganhos ambientais.

Considerando os argumentos propostos na presente seção, percebe-se que a agricultura desempenha papel fundamental na proposição do desenvolvimento sustentável. Tanto na literatura quanto nas evidências levantadas, identificou-se que fatores como planejamento, políticas públicas, capacitação, suporte, boas práticas e uso adequado dos recursos naturais

podem impactar positivamente a qualidade de vida das comunidades contempladas com projetos focados no desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a “Proposição 2”, dentro do contexto e realidade dos casos estudados no presente trabalho, foi considerada válida.

4.2.1.3 *Proposição 3*

Neste tópico, promove-se o diálogo entre a literatura e as evidências identificadas durante os estudos de caso com o propósito de esclarecer a validade da proposição 3: “A agenda proposta pela ONU (ODM) está alinhada com o contexto de vulnerabilidade do pequeno agricultor brasileiro”.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram lançados em 2000, propondo uma agenda de oito objetivos direcionados ao desenvolvimento social, que deveriam ser alcançados em 15 anos. Líderes globais comprometeram-se a atingir as metas propostas dentro de seus respectivos territórios, iniciando assim esforços para a minimização das desigualdades, promovendo dignidade e perspectiva para mais de um bilhão de pessoas que se encontravam em condições desumanas de extrema pobreza. Para tal, foram propostos os seguintes objetivos (ONU, 2015):

1. erradicar a extrema pobreza e a fome;
2. universalizar a educação primária;
3. igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. reduzir mortalidade na infância;
5. melhorar a saúde materna;
6. combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
7. garantir a sustentabilidade ambiental;
8. estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

A agenda proposta tangibilizou em metas questões historicamente discutidas na literatura e nas marcantes conferências propostas pela própria ONU. Trata-se, portanto, de um processo de longo prazo que culminou na criação dos ODM, sendo que os mesmos estão conceitualmente alinhados com as discussões acerca da temática da sustentabilidade. Carson (1962), de forma pioneira, surge como um marco da década de 1960, alertando para o fato de que os modos de produção poderiam gerar impactos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Na década de 1970, a possibilidade de finitude dos recursos naturais passou a ser evidenciada e discutida, tornando-se tópico cada vez mais presente na pauta de discussões das lideranças globais (ALMEIDA,

2002; SACHS, 2007; SCHUTEL; GIORDANI, 2011). Nos anos subsequentes, devido à intensificação das relações comerciais, a pressão sobre os recursos naturais tornou-se cada vez mais evidente, alertando sobre os riscos dos impactos ambientais (FEIX; MIRANDA; BARROS, 2010; GOULD; MISSIMER; MESQUITA, 2017).

O conceito de sustentabilidade que enfatiza a harmonia entre os três pilares (econômico, social e ambiental) consolidou-se na década de 1990 (COSTANZA et al., 1997; ELKINGTON, 1997). No modelo conhecido como *Triple Bottom Line*, é destacado que podem ser percebidos benefícios sinérgicos entre os esforços de fortalecimento dos três aspectos centrais (BARBOSA, 2008; JONKUTE; STANIŠKIS, 2015). Entretanto, os modos de produção que, historicamente, prestigiaram o desenvolvimento econômico de forma inconsequente, promoveram graves impactos em aspectos ambientais e sociais (ALIGLERI, 2011). Aspectos da sustentabilidade social foram os últimos a receber a devida atenção, as relações comerciais entre os grandes agentes econômicos promoveram, ao longo do tempo, alto custo social aos países produtores (GOULD; MISSIMER; MESQUITA, 2017; XIAO et al., 2017).

A prioridade por indicadores econômicos faz com que aspectos como equidade, justiça social, inclusão social, qualidade de vida e capital social estejam frequentemente fora da lista de prioridades governamentais (KOURULA; PISANI; KOLK, 2017). Como consequência, o desenvolvimento social, comumente caminha mais lentamente que o desejável (SLADE; CARTER, 2017).

O contexto apresentado ressalta a importância do engajamento dos líderes globais na busca pela implementação de ações que visem à redução dos contrastes gerados pelo desenvolvimento que, na ótica sustentável, ocorreu de forma desequilibrada. Compreendendo tal necessidade, a ONU lançou sua primeira agenda de compromissos em 1992, a qual obteve grande adesão e comprometimento das nações na conhecida “Agenda 21”, proposta na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD (MALHEIROS; PHILIPPI JUNIOR; COUTINHO, 2008). De forma análoga, o lançamento dos ODM buscou o engajamento das nações para a proposição de soluções às críticas condições de pobreza e vulnerabilidade social.

Os resultados apresentados no relatório dos objetivos de desenvolvimento sustentável, publicado pela ONU em 2015, sugerem que os esforços em nível mundial, nacional e local focados na redução das desigualdades promoveram consistente evolução nos indicadores sociais (ONU, 2015). Também foi destacado que os países correspondem de maneira diferente aos estímulos e direcionamentos propostos, fatores como modelo de colonização impactam

diretamente nos indicadores sociais e ambientais, fazendo com que intervenções políticas sejam essenciais para obtenção de resultados representativos, principalmente no tocante a aspectos de necessidades básicas (McARTHUR; RASMUSSEN, 2018; NJOH; AKIWUMI, 2012; STÉDILE; LOCONTE, 1997).

As políticas públicas também aparecem como fator de destaque no trabalho de Campos e Bacha (2016) que, ao observarem o contexto apresentado sob a ótica do pequeno agricultor, destacam que ele também está exposto às duras realidades sociais e ambientais previamente apresentadas. Dificuldades como a qualidade do solo, imprevisibilidade do clima, condições logísticas, acesso à capacitações, tecnologias e crédito restringem as possibilidades do pequeno agricultor, que acaba por apresentar rendimentos muito limitados, o que expõe os pequenos produtores a um sistema de renovação do ciclo da pobreza (BELIK, 2015; BUAINAIN; GARCIA, 2013; CAMPOS; BACHA, 2016; CAPRA, 2002; UECKER; UECKER; BRAUN, 2005; ZUIN; ZUIN, 2006).

Conforme proposto na agenda global dos ODM, mais precisamente no oitavo objetivo, a formação de parcerias tem papel estratégico para a aceleração do desenvolvimento (BRASIL, 2016; KNICKEL; MARÉCHAL, 2018; WORLD BANK, 2017). O grande nível de colaboração entre os países, além do envolvimento de instituições públicas, privadas e da sociedade civil permitiram que grandes resultados fossem alcançados dentro dos objetivos propostos em 2000 (BRASIL, 2016; ONU, 2015).

A literatura destaca o alto nível de diálogo entre os ODM e a evolução dos debates sobre a sustentabilidade. O contexto do pequeno agricultor adéqua-se à realidade discutida e apresenta carências muito alinhadas com aquelas que os ODM pretendem solucionar e, desse modo, está alinhado com as propostas da agenda sugerida pela ONU.

As ações da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional tinham por objetivo minimizar o nível de vulnerabilidade social ao qual estava exposta a população da cidade da Maracanaú. Para tal, buscou fortalecer o potencial da agricultura familiar da região, ao mesmo tempo em que provia alimentação de qualidade para a população em condições de insegurança alimentar. A partir da utilização estratégica de recursos provenientes de programas governamentais, a secretaria desenvolveu uma robusta estrutura que, aliando boas práticas de planejamento e gestão com equipamentos de funções complementares, permitiu que os objetivos fossem alcançados.

Os resultados obtidos pelo projeto, em seu alto nível de maturidade, permitiram forte alinhamento com diversos ODM. Apesar de o projeto ter sido contemplado com o prêmio ODM

Brasil com destaque para o cumprimento do ODM 1 (erradicar a pobreza e a fome), os impactos do trabalho claramente suportam resultados em diversas outras frentes, como ODM 4 redução da mortalidade infantil, ODM 5 melhorar a saúde das gestantes, ODM 7 garantir a sustentabilidade ambiental e, por fim, ODM 8 todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

De forma similar, o projeto No Clima da Caatinga apresenta resultados que extrapolam a abrangência do objetivo pelo qual foi contemplado no prêmio ODM Brasil, mais precisamente, o ODM 7 garantir a sustentabilidade ambiental. Inicialmente o projeto tinha claramente o alinhamento com o ODM citado, entretanto, conforme sua evolução, a atuação transcendeu os limites da Reserva Serra das Almas e passou a atuar muito próximo das comunidades locais.

Ao identificar a vulnerabilidade social à qual estavam expostos os moradores da região, a Associação Caatinga ampliou suas atividades. Foram iniciados trabalhos junto às comunidades visando a: capacitação no manejo dos recursos naturais, recomposição florestal, educação ambiental e acesso à tecnologias sustentáveis. Tais esforços impulsionaram a qualidade de vida da população beneficiária, principalmente por meio do acesso à água potável, mesmo em épocas de seca, e do ganho de produtividade dos agricultores familiares. Por conseguinte, o projeto proporcionou consistente evolução em indicadores de desenvolvimento social e ambiental, dialogando com diversos objetivos listados na agenda da ONU, mais precisamente com os ODM 1, 4, 5 e 8.

A partir dos argumentos propostos na presente seção, considera-se que a agenda proposta pela ONU (ODM) está alinhada com o contexto de vulnerabilidade do pequeno agricultor brasileiro. Tanto na literatura quanto nas evidências levantadas, foi identificado que existe um amplo espectro de dificuldades sociais e ambientais às quais o Brasil e o mundo estão expostos e, por isso, o engajamento dos países pelo comprometimento com os ODM tem caráter crítico para a implementação do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a “Proposição 3”, dentro do contexto e realidade dos casos estudados no presente trabalho, foi considerada válida.

4.2.1.4 Ponderações sobre a influência dos ODM

O presente tópico pretende consolidar as principais ponderações acerca das discussões referentes à categoria 1: Influência dos ODM na consolidação dos projetos. As evidências coletadas, por meio da literatura e dos dois estudos de caso, subsidiaram a construção de argumentos para a validação ou invalidação das proposições 1, 2 e 3. Os resultados foram consolidados na Figura 24.

Figura 24 – Resumo das discussões acerca da categoria 1

Proposições	Fontes de evidência		
	Literatura	Caso 1	Caso 2
1. Os ODM foram determinantes para a criação de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável da agricultura regional.
2. Projetos de desenvolvimento sustentável no setor agroalimentar impactam na saúde e na qualidade de vida das comunidades locais.
3. A agenda proposta pela ONU (ODM) está alinhada com o contexto de vulnerabilidade do pequeno agricultor brasileiro.
Legenda: Validam a proposição. Invalidam a proposição. Não há um consenso na literatura.			

Fonte: elaborada pelo autor

Apenas a proposição 1 apresentou divergências entre as observações da literatura e da pesquisa de campo e, por consequência, foi considerada inválida. Tal desalinhamento justifica-se devido a nenhum dos projetos ter considerado os ODM como fator motivacional para sua criação. Apesar da discordância nesse aspecto específico, há evidências de que os ODM influenciaram positivamente a consolidação dos projetos no médio e longo prazo.

No caso das proposições 2 e 3, houve grande sintonia entre as evidências identificadas nas três fontes estudadas. Esse alinhamento indica que os ODM apresentam grande aderência à realidade na qual foram desenvolvidos os projetos, permitindo que resultados consistentes sejam atingidos e que, portanto, podem representar ótimas diretrizes para promoção de ações que visem ao desenvolvimento sustentável na região. Dessa forma, ambas as proposições foram validadas.

As discussões permitem concluir que os ODM geraram influência positiva na consolidação dos projetos. Os benefícios para o desenvolvimento dos projetos foram identificados, principalmente, em três aspectos: a visibilidade proporcionada, a facilitação na prospecção de parcerias estratégicas e a orientação para o planejamento de longo prazo. Cada um dos impactos percebidos, mesmo que em diferentes proporções, resultou em vantagens que permitiram o êxito dos casos estudados. Desse modo, considera-se que os ODM cumpriram um papel relevante para o sucesso dos projetos voltados ao desenvolvimento sustentável.

4.2.2 *Influência das políticas públicas na consolidação dos projetos*

A presente seção pretende desenvolver discussões com o propósito de encontrar conclusões consistentes alinhadas com o objetivo específico “Compreender como as políticas públicas podem fomentar projetos voltados ao desenvolvimento sustentável de pequenos agricultores”. Para tal, serão confrontados os argumentos encontrados na literatura com as evidências levantadas nos estudos de caso e, desse modo, buscar a validação ou invalidação das proposições expostas no Quadro 14.

Quadro 14 – Proposições referentes à categoria 2

Proposições	Autores correlacionados
4. O desdobramento de projetos voltados para a sustentabilidade recebe apoio/incentivo de políticas públicas.	Schutel e Giordani (2011); Almeida (2002); Sachs (2007); Barbosa (2008); Malheiros, Junior e Coutinho (2008); Ramcilovic-suominen e Pülzl (2018); Paixão e Bacha (2015); Kawaichi e Miranda (2008); Seroa da Motta, Ruitenbeek e Huber (1996); Slade e Carter (2017); Hart (2005); Kelly et al. (2018); Cheng et al. (2017); Smith et al. (2016); Costa, Machado e Amaral (2017); Rogge e Reichardt (2016); Kourula, Pisani e Kolk (2017); Xiao et al. (2017); Gould, Missimer e Mesquita (2016); Celata e Coletti (2018); Azevedo e Pelicioni (2012); Brasil (2006); World Bank (2017); Feix, Miranda e Barros (2010); Aligleri (2011); Murakami et al. (2015); Silva et al. (2018); Stefanos et al. (2018); Campos e Bacha (2016); Rosales et al. (2015); Belik (2015); Pelaez et al. (2016); Grisa e Schneider (2015); Buainain e Garcia (2013); Uecker, Uecker e Braun (2005); Capra (2002); Zuin e Zuin (2006); Sabes e Filho (2010); Schwantes e Bacha (2017); Rao (2009); Knickel e Maréchal (2018); Miranda e Feix (2010).
5. Normas ambientais têm impacto negativo na capacidade de sobrevivência dos pequenos agricultores.	
6. As políticas públicas são capazes de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores.	

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2.2.1 *Proposição 4*

Neste tópico, promove-se o diálogo entre a literatura e as evidências identificadas durante os estudos de caso com o propósito de esclarecer a validade da proposição 4: “O desdobramento de projetos voltados para a sustentabilidade recebe apoio/incentivo de políticas públicas”.

Devido às acaloradas discussões acerca da sustentabilidade, a temática passou a compor, constantemente, a pauta de relevantes reuniões com os líderes internacionais (ALMEIDA, 2002; SACHS, 2007; SCHUTEL; GIORDANI, 2011). Em 1992, a CNUMAD formalizou os compromissos a serem firmados pelos países na renomada Agenda 21. Tal comprometimento estimulou que 113 países realizassem atividades alinhadas com os objetivos definidos na conferência (BARBOSA, 2008; MALHEIROS; JUNIOR; COUTINHO, 2008).

O sucesso obtido pela Agenda 21 evidencia que as pressões internacionais cumprem relevante papel no estímulo à iniciativa por parte dos países em relação a questões sociais e ambientais

(ALMEIDA, 2002; KAWAICHI; MIRANDA, 2008; PAIXÃO; BACHA, 2015; RAMCILOVIC-SUOMINEN; PÜLZL, 2018; SEROA DA MOTTA; RUITENBEEK; HUBER, 1996). Tais iniciativas comumente utilizam as políticas públicas como principal mecanismo para estimular, dentro do território nacional, o comprometimento com a responsabilidade social e ambiental (ALMEIDA, 2002; HART, 2005; SLADE; CARTER, 2017).

Pode-se considerar, portanto, que o governo tem papel articulador na implementação de ações que promovam a consolidação de práticas sustentáveis no longo prazo (SEROA DA MOTTA; RUITENBEEK; HUBER, 1996; STEFANES et al., 2018). Para o sucesso desse processo, é necessário estudo e planejamento por parte do governo, análises devem ser realizadas com o propósito de identificar os mecanismos mais adequados para promover o desenvolvimento almejado. O alinhamento à realidade e à necessidade local é destacado como fator crítico na busca pelo refinamento das políticas, visando à maximização de sua aderência e eficiência (ALMEIDA, 2002; CHENG et al., 2017; COSTA; MACHADO; AMARAL, 2017; KELLY et al., 2018; RADA; HELFAND; MAGALHÃES, 2018; ROGGE; REICHARDT, 2016; SCHWANTES; BACHA, 2017;

SMITH et al., 2016).

Dentro do contexto brasileiro, a mesma lógica se aplica, o Estado tem direcionado esforços objetivando a preservação ambiental e a produção sustentável. Os programas ABC, PAA e PNAE⁷ são exemplos práticos desse posicionamento e refletem o comprometimento do país com as agendas internacionais de cunho sustentável (PAIXÃO; BACHA, 2015). Tal comprometimento deve buscar fortalecer-se em termos de consistência e longevidade; a sustentabilidade social, por exemplo, é pauta de extrema relevância, porém nem sempre está presente na lista das prioridades governamentais (KOURULA; PISANI; KOLK, 2017). A relação harmônica entre os três pilares da sustentabilidade é vital para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado, de forma análoga, Almeida (2002) apresenta o conceito de mundo tripolar, destacando a necessidade de colaboração e sinergia entre três agentes-chave: governo, sociedade e empresa.

Historicamente, as políticas públicas foram utilizadas como mecanismo para que o governo fosse capaz de impactar a realidade e a responsabilidade das empresas, porém, nessa relação

⁷ Trata-se de uma política pública, instituída no Brasil, que visa prover alimentos para os alunos da rede de escolas públicas. Busca atingir seu objetivo primário ao mesmo tempo em que estimula a agricultura familiar, principal fonte de alimentos utilizada no programa (OLIVEIRA; BATALHA; PETTAN, 2015).

bilateral, o engajamento da sociedade foi deixado de lado (GOULD; MISSIMER; MESQUITA, 2016; XIAO et al., 2017). Recentemente, o envolvimento da sociedade e o posicionamento ativo do cidadão são vistos como fatores críticos para a assertividade das políticas públicas. A transparência das informações e dos processos públicos pode motivar o envolvimento por parte da sociedade, fomentando, assim, o diálogo entre as partes envolvidas, permitindo, portanto, que as políticas sejam refinadas a fim de maximizar sua aderência e efetividade frente à promoção do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2006; CELATA; COLETTI, 2018; KNICKEL; MARÉCHAL, 2018; PELICIONI et al., 2013). O aumento das interações entre os agentes permite que representantes de diferentes frentes se posicionem, minimizando a assimetria de poder no processo decisório e permitindo que os interesses coletivos sejam mais valorizados, o que aumenta as chances de êxito das políticas implementadas (WORLD BANK, 2017).

A literatura evidencia a relevância do comprometimento governamental e da aplicação de políticas públicas eficientes para o fomento ao desenvolvimento sustentável. Dessa forma, considera-se que as políticas públicas consistem em um fator estratégico na motivação de ações alinhadas com aspectos da sustentabilidade. Apesar da destacada importância, os instrumentos utilizados pelo governo têm seu efeito reduzido quando não contam com o engajamento da sociedade e do setor privado. A harmonia entre esses três agentes é essencial para que os objetivos propostos sejam atingidos.

As evidências identificadas no caso Rede de Segurança Alimentar e Nutricional corroboram a literatura ao destacar a relevância das políticas públicas para o desenvolvimento e o amadurecimento do projeto. Como o projeto foi concebido por uma instituição pública, sua relação com as políticas públicas sempre apresentou caráter simbiótico. A Política Nacional de Assistência Social foi citada como fator motivador da criação do projeto que, por toda sua evolução, contou com a utilização de programas governamentais para seu desenvolvimento, seja em questões estruturais (como na consolidação de seus equipamentos), seja em questões de desenvolvimento local (como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)).

Já no caso do No Clima da Caatinga, há maior emancipação em relação às políticas públicas. Por ser desenvolvido por uma organização social em parceria com instituições privadas, o projeto não se relaciona diretamente com as ações governamentais. Apesar de desenvolver suas atividades de maneira independente dos estímulos públicos, os líderes do projeto reconhecem que as políticas têm sua importância para o desenvolvimento local. Entretanto, assim como citado na literatura, foi evidenciado que as políticas nem sempre são efetivas, em grande parte

devido a seu distanciamento e desconhecimento da realidade local, fazendo com que os recursos nem sempre cheguem aos mais necessitados ou atendam parcialmente às necessidades das comunidades.

A Associação Caatinga, devido seu alto nível de interação com as comunidades atendidas, tem acesso à informações mais precisas em relação às demandas locais, o que permite a definição de critérios mais adequados para a alocação dos recursos. Consequentemente, a associação consegue atuar de forma complementar às políticas, suprimindo potenciais deficiências apresentadas por elas e, dessa forma, promovendo o desenvolvimento sustentável.

A partir dos argumentos propostos na presente seção, considera-se que o desdobramento de projetos voltados para a sustentabilidade recebe apoio/incentivo de políticas públicas. Tanto na literatura quanto nas evidências levantadas nos casos, foi identificado que as políticas públicas cumprem um relevante papel no direcionamento e estímulo de ações que visem ao desenvolvimento sustentável. Apesar das possíveis limitações dos impactos promovidos, as políticas continuam representando importante parcela na proposição do desenvolvimento, porém é válido ressaltar que, para obtenção de resultados mais expressivos, deve-se promover harmonia e sinergia entre os órgãos governamentais, a população e as instituições privadas. Dessa forma, a “Proposição 4”, dentro do contexto e da realidade dos casos estudados no presente trabalho, foi considerada válida.

4.2.2.2 *Proposição 5*

Neste tópico, promove-se o diálogo entre a literatura e as evidências identificadas durante os estudos de caso com o propósito de esclarecer a validade da proposição 5: “Normas ambientais têm impacto negativo na capacidade de sobrevivência dos pequenos agricultores”.

Até a década de 1960, os impactos ambientais causados pelo crescimento da produção industrial eram considerados apenas um pequeno custo pelo progresso econômico dos países industrializados (HART, 2005). Com o avanço das relações comerciais internacionais, houve o processo de intensificação da produção industrial, fato que reforçou a pressão sobre os recursos naturais (FEIX; MIRANDA; BARROS, 2010). Os potenciais efeitos negativos dessa pressão estimularam discussões a respeito da sustentabilidade ambiental, que ganharam expressiva visibilidade dentro do contexto internacional em razão do envolvimento das lideranças globais em eventos sobre o tema (GOULD; MISSIMER; MESQUITA, 2016; XIAO et al., 2017).

O aumento da conscientização e engajamento dos representantes políticos em relação aos conceitos de sustentabilidade geraram, por consequência, a criação de políticas públicas que visassem impactar os sistemas de produção a fim de reduzir os danos ambientais causados por eles (HART, 2005). Entretanto, as exigências ambientais eram identificadas como entraves do ponto de vista das organizações, visto que as mudanças requisitadas acabavam alterando processos internos, diminuindo o dinamismo da operação e gerando custos extras (ALIGLERI, 2011; ALMEIDA, 2002; HART, 2005).

Tal visão é considerada proveniente de uma perspectiva mais tradicional, que considera o impacto das normas ambientais como prejudicial para a competitividade das organizações. Em contrapartida, há uma corrente de pensamento oposto, que destaca a potencialidade de sinergias entre as variáveis “regulação/proteção ambiental” e “competitividade”, permitindo que vantagens competitivas sejam alcançadas a partir da diferenciação da companhia frente às questões ambientais (MIRANDA; FEIX, 2010).

A transição para o modelo de produção sustentável está comumente relacionada à intervenção do Estado. O estímulo para adoção de novas práticas e hábitos, como a economia circular, a diminuição de desperdício e o consumo responsável, tem fator crítico para a promoção do desenvolvimento sustentável e, muitas vezes, ocorre pela implementação estratégica de políticas públicas (MURAKAMI et al., 2015; RAMCILOVIC-SUOMINEN; PÜLZL, 2018).

Dentro do contexto da agricultura brasileira, o processo de transição entre modelos de produção ocorre da mesma forma e, assim como em qualquer outro setor da economia, deve ser conduzido por políticas públicas alinhadas com as necessidades e a realidade local. Visando fomentar a velocidade e a consistência do processo de transição, fatores como tamanho da propriedade, conformidade com a manutenção da reserva legal, localização geográfica, acesso à tecnologia, limitações logísticas, capacidade de gestão e de investimentos devem ser considerados no momento de construção e refinamento do instrumento de intervenção utilizado pelo governo (BELIK, 2015; CAMPOS; BACHA, 2016; ROSALES et al., 2015; SILVA et al., 2018; STEFANES et al., 2018).

A adequação a todos os fatores citados deve permitir maior aderência da política e, desse modo, viabilizar a efetivação dos resultados esperados. O produtor está naturalmente exposto a diversos fatores que dificultam sua produtividade e, portanto, seu resultado. Por isso, as políticas devem ser implementadas com o objetivo de transformar positivamente a realidade que, por vezes, desafia a capacidade do agricultor de conciliar produtividade, resultados e

desenvolvimento sustentável (BUAINAIN; GARCIA, 2013; GRISA; SCHNEIDER, 2015; PELAEZ et al., 2016; UECKER; UECKER; BRAUN, 2005).

As dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor, quando não mitigadas, podem resultar em questões de extrema gravidade, como a fome (CAPRA, 2002). Tal contexto pode induzir o agricultor a comprometer sua área de reserva legal na tentativa de incrementar sua capacidade produtiva e sua qualidade de vida (CAMPOS; BACHA, 2016). Zuin e Zuin (2006) reforçam que a valorização da produção local pode ser uma alternativa para amenizar os desafios enfrentados pelo pequeno produtor, fato que pode ser proporcionado através de programas de desenvolvimento direcionados para a região (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A literatura, apesar de citar a linha de pensamento que considera as normas ambientais como fator opositor à competitividade, destaca também que as maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores são provenientes de fatores contextuais aos quais estão opostos. Nessa segunda linha de pensamento, a intervenção governamental cumpre papel fundamental na promoção da transformação da realidade adversa e, por consequência, no estímulo ao desenvolvimento. De forma geral, a literatura sugere que a aplicação bem estruturada de políticas públicas é fator estratégico no auxílio aos produtores para superação de suas dificuldades e na construção de um modelo de produção que permita o desenvolvimento local.

O caso Rede de Segurança Alimentar e Nutricional corrobora a visão salientada pela literatura. Em sua implementação, o projeto contou com políticas que, apesar de serem rigorosas em relação aos modelos de produção que deveriam ser utilizados, promoveram evolução significativa na produtividade e na qualidade de vida dos pequenos produtores da região. Para serem aceitos como produtores parceiros do projeto, os agricultores tiveram de adequar-se às exigências impostas pela prefeitura e pelos mecanismos de fomento, as quais demandavam o alinhamento do modelo de produção a aspectos do desenvolvimento sustentável. Desse modo, o caso apresenta evidências de que é factível a conciliação entre a adequação das normas ambientais e fatores de competitividade dentro do contexto estudado.

O projeto No Clima da Caatinga também traz evidências alinhadas à linha de pensamento destacada. Queimadas irregulares, plantio em áreas de preservação ambiental e manejo inadequado do solo eram práticas comumente utilizadas na região e que acabavam por prejudicar a capacidade produtiva do sistema ao longo do tempo. As intervenções da associação promoveram forte conscientização em relação a aspectos ambientais que, somadas à utilização de técnicas adequadas, transformaram o modelo produtivo local e permitiram a obtenção de excelentes resultados, como revitalização do bioma da caatinga, fortalecimento do solo,

revitalização de nascentes, aumento da produtividade e ganho de qualidade de vida. Como visto, as mudanças conduzidas levaram o produtor a adequar-se às exigências ambientais e, concomitantemente, promover desenvolvimento econômico e social.

A partir dos argumentos propostos na presente seção, considera-se que a adequação às normas ambientais pode refletir positivamente na competitividade e na capacidade de sobrevivência dos agricultores. Tanto na literatura quanto nas evidências levantadas nos casos, identificou-se que as normas ambientais têm o propósito de estimular os sistemas de produção a se adequarem ao modelo sustentável e que, se tal transformação for bem conduzida, resultados consistentes podem ser alcançados também no âmbito econômico e social. Dessa forma, a “Proposição 5”, dentro do contexto e da realidade dos casos estudados no presente trabalho, foi considerada inválida.

4.2.2.3 *Proposição 6*

Neste tópico, promove-se o diálogo entre a literatura e as evidências identificadas durante os estudos de caso com o propósito de esclarecer a validade da proposição 6: “As políticas públicas são capazes de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores”.

Conforme bastante elucidado nos tópicos anteriores, as políticas públicas cumprem papel fundamental na articulação de mudanças nos modelos de produção que visem à proposição do desenvolvimento sustentável. No tocante ao contexto da agricultura nacional, tal relação se mantém, pois o ambiente institucional (político e organizacional) é capaz de estimular a implementação de novas práticas e, assim, promover ganhos de competitividade e gerar desenvolvimento local (SABES; SOUZA FILHO, 2010; PELAEZ et al., 2016).

Os pequenos agricultores enfrentam diversas dificuldades, que vão desde fatores ambientais como condições climáticas e de solo a acesso à recursos como crédito, insumos, abastecimento, tecnologias e capacitações (AZEVEDO et al., 2014; AZEVEDO e RIGON, 2014; BELIK, 2015; CAMPOS; BACHA, 2016; ROSALES et al., 2015; SILVA et al., 2018; STEFANES et al., 2018). Tais desafios acabam por expor os agricultores, principalmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade, a adversidades severas, que comprometem suas condições de produção, comercialização e, por consequência, de qualidade de vida (CAPRA, 2002; CAMPOS; BACHA, 2016; ROSALES et al., 2015; ZUIN; ZUIN, 2006).

Como visto, as dificuldades apresentam alto grau de complexidade, representando desafios que muitos produtores são incapazes de superar apenas com seus esforços individuais. Por isso, a

intervenção do Estado se faz necessária. Políticas que estimulem o acesso ao crédito, fortaleçam os canais de acesso ao consumidor final e, desse modo, estimulem a valorização do comércio e da produção local são primordiais para a transformação do contexto adverso em uma realidade de prosperidade (BELIK, 2015; GRISA; SCHNEIDER, 2015; CAMPOS; BACHA, 2016; STEFANES et al., 2018; ZUIN; ZUIN, 2006).

O governo brasileiro tem demonstrado maior engajamento em relação a questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável (PAIXÃO; BACHA, 2015). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um exemplo de política transformadora que pretende fomentar a agricultura familiar e promover a segurança alimentar. Devido a seu sucesso, esse instrumento tem sido reproduzido em países africanos (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Para que os resultados de um programa de sucesso (como o PAA) sejam realmente consolidados, há a necessidade de que o projeto seja estruturado visando ao longo prazo, dessa forma, os impactos positivos poderão mudar a realidade de fato ao invés de reduzir momentaneamente os riscos e as adversidades aos quais estão expostos os beneficiários da ação. Outro fator relevante é o monitoramento, informações devem ser colhidas de forma a retroalimentar o sistema, permitindo que ajustes finos sejam executados e que a eficiência do programa possa ser maximizada (KELLY et al., 2018; KNICKEL; MARÉCHAL, 2018; RAO, 2009; ROGGE; REICHARDT, 2016; SCHWANTES; BACHA, 2017).

Outro ponto complementar para a efetividade da implementação das políticas é o envolvimento e o engajamento da sociedade, do setor privado e das organizações sociais. Tais agentes encontram-se na ponta do processo, no sentido de que são eles os impactados pelas políticas públicas e, desse modo, são protagonistas no processo de execução das ações propostas. Por esse motivo, esse engajamento é primordial para aderência e viabilidade das políticas (CELATA; COLETTI, 2018; KNICKEL; MARÉCHAL, 2018; MIRANDA; FEIX, 2010).

A literatura identifica as políticas públicas como uma poderosa ferramenta para viabilizar o processo de transformação da realidade na direção do desenvolvimento sustentável. É papel do Estado ter sensibilidade para identificação de situações críticas que demandem intervenção por meio de programas de fomento ao desenvolvimento e, a partir disso, optar pela utilização de instrumentos que viabilizem tal objetivo. O contexto dos pequenos agricultores é um ótimo exemplo desse processo, pois eles estão constantemente expostos a riscos e dificuldades que serão mais facilmente superados caso haja uma intervenção efetiva.

A Rede de Segurança Alimentar e Nutricional ilustra com precisão o processo citado. Ao identificar as potencialidades e vulnerabilidades da região, a secretaria articulou ações de fomento ao desenvolvimento em todos os pontos da cadeia, seja para o produtor, seja para o consumidor final. Ao mapear minuciosamente as dificuldades e necessidades do agricultor, a secretaria ofereceu suporte tanto sob a perspectiva de capacitações quanto de estrutura, permitindo que o potencial inicialmente mapeado fosse efetivamente explorado. Dessa forma, a produção ecologicamente correta abasteceu o sistema de forma a prover alimentos de qualidade para a população que se encontrava exposta a condições de insegurança alimentar, promovendo, por meio do desenvolvimento sustentável, uma evolução consistente dos indicadores sociais do município.

No caso do projeto desenvolvido pela Associação Caatinga, as políticas públicas não apresentam o mesmo protagonismo. Devido às parcerias com instituições privadas, a associação conta com fonte de recursos que independe do apoio governamental, ademais as atividades são executadas diretamente pela equipe interna e, por isso, também não demandam apoio de políticas para execução de suas atividades. Entretanto, mesmo realizando sua operação de forma independente, os membros da associação reconhecem que as políticas públicas cumprem importante papel no desenvolvimento da região.

Devido ao grande número de comunidades expostas a situações extremas, os projetos governamentais acabam por cumprir um papel complementar ao do No Clima da Caatinga. Os líderes do projeto destacam que as políticas nem sempre têm a eficácia ideal devido ao distanciamento entre seus articuladores e as comunidades beneficiárias. Entretanto, o valor da intervenção governamental, mesmo que aquém de seu máximo potencial, não pode ser descartado, visto que tem efeitos transformadores relevantes, viabilizando, por exemplo, acesso à água potável por meio da instalação de cisternas na região.

A partir dos argumentos propostos na presente seção, considera-se que as políticas públicas são capazes de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores. Tanto na literatura quanto nas evidências levantadas nos casos, identificou-se que as políticas têm alto potencial de transformação, sendo capazes de impactar a realidade dos pequenos agricultores de modo a estimular a superação das dificuldades enfrentadas e, por consequência, fomentar o desenvolvimento local. Dessa forma, a “Proposição 6”, dentro do contexto e da realidade dos casos estudados no presente trabalho, foi considerada válida.

4.2.2.4 Ponderações sobre a influência das políticas públicas

O presente tópico pretende consolidar as principais ponderações acerca das discussões referentes à categoria 2: Influência das políticas públicas na consolidação dos projetos. As evidências coletadas, na literatura e nos dois estudos de caso, subsidiaram a construção de argumentos para validação ou invalidação das proposições 4, 5 e 6. Os resultados foram consolidados na Figura 25.

Figura 25 – Resumo das discussões acerca da categoria 2

Proposições	Fontes de evidência		
	Literatura	Caso 1	Caso 2
4. O desdobramento de projetos voltados para a sustentabilidade recebe apoio/incentivo de políticas públicas.
5. Normas ambientais têm impacto negativo na capacidade de sobrevivência dos pequenos agricultores.
6. As políticas públicas são capazes de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores.
Legenda: Validam a proposição. Invalidam a proposição. Não há um consenso na literatura.			

Fonte: elaborada pelo autor

A proposição 5 não apresentou consenso na literatura estudada, por isso, foi selecionada para validação junto às evidências observadas em campo. Conforme destacado na Figura 25, as observações realizadas em campo sinalizaram a inconformidade da proposição, resultando em sua invalidação. Através do processo de capacitação e de educação ambiental, os produtores foram conscientizados sobre as vantagens da adoção de práticas de produção sustentável e, desse modo, passaram compreender melhor e respeitar as normas ambientais impostas à sua realidade. Portanto, não foram identificadas evidências que corroborassem tal proposição.

As proposições 4 e 6 apresentaram alto nível de harmonização entre as evidências coletadas nas variadas fontes utilizadas. Desse modo, foi possível identificar uma relação positiva entre a implementação de políticas públicas eficazes e a promoção do desenvolvimento sustentável. O efeito identificado reforça o posicionamento da literatura, que define as políticas públicas como importante instrumento para a intervenção governamental em prol do desenvolvimento local. Devido à relação positiva ressaltada pelas evidências encontradas, as proposições 4 e 6 foram validadas.

As discussões acerca da categoria 2 permitem concluir que as políticas públicas desempenham papel relevante na consolidação dos projetos que visam ao desenvolvimento sustentável. O suporte oferecido pelos instrumentos públicos pode ser percebido de forma direta ou indireta pelos projetos. Entretanto, é evidente que, independentemente da intensidade, ambos os casos estudados identificaram que as políticas propoçionam impactos positivos para o atingimento de seus objetivos.

4.2.3 Fatores críticos de sucesso

Na presente seção, pretende-se desenvolver discussões com o propósito de encontrar conclusões consistentes alinhadas com o objetivo específico “Identificar fatores críticos de sucesso para o melhor aproveitamento da nova agenda internacional da ONU (ODS) no que tange ao desenvolvimento sustentável para pequenos agricultores”. Para tal, serão confrontados os argumentos encontrados na literatura com as evidências levantadas junto aos estudos de caso e, desse modo, buscar a validação ou invalidação das proposições expostas no Quadro 15.

Quadro 15 – Proposições referentes à categoria 3

Proposições	Autores correlacionados
7. O engajamento da comunidade beneficiária é determinante para o sucesso do projeto.	Miranda e Feix (2010); Almeida (2002); Elkington (1997); World Bank (2017);
8. O cumprimento e o alinhamento dos projetos com a agenda de objetivos global são fatores críticos de sucesso.	Ramcilovic-suominen e Pülzl (2018); Azevedo e Pelicioni (2012); Kawaichi e Miranda (2008); Matuk (2015); Bacha e Rodriguez (2007); Xiao et al. (2017); Gould, Missimer e Mesquita (2016); Meiselman (2016); Onu (2016); Onu (2015); Pedersen (2018); Brasil (2016); Grisa e Schneider (2015); Rao (2009); Costanza et al. (2016); Vergragt et al. (2016); Knickel e Maréchal (2018); Celata e Coletti (2018); Pelicioni et al. (2013).
9. O engajamento de múltiplos agentes é uma variável essencial para o êxito dos projetos.	

Fonte: elaborado pelo autor

4.2.3.1 Proposição 7

Neste tópico, promove-se o diálogo entre a literatura e as evidências identificadas durante os estudos de caso com o propósito de esclarecer a validade da proposição 7: “O engajamento da comunidade beneficiária é determinante para o sucesso do projeto”.

Na busca pelo desenvolvimento sustentável, é de suma importância que os agentes impactados pelos estímulos (sejam eles provenientes de intervenções públicas, privadas ou de organizações sociais) estejam dispostos a adotar ações alinhadas com os direcionamentos propostos (MIRANDA; FEIX, 2010). O diálogo entre os articuladores dos projetos de caráter

transformador e o público impactado permite a maximização da aderência das ações à realidade local e, portanto, a obtenção de resultados mais consistentes (CELATA; COLETTI, 2018).

Essa relação é destacada no conceito de mundo tripolar, ao evidenciar que o desenvolvimento sustentável só pode ser auferido por meio da colaboração sinérgica entre governo, sociedade e empresa (ALMEIDA, 2002). Portanto, a sociedade é considerada um pilar estratégico para o sucesso de qualquer projeto que vise à transformação da realidade para um formato mais harmônico entre os elementos do *Triple Bottom Line* (ELKINGTON, 1997).

O engajamento do público-alvo pode ser considerado fator crítico para a efetividade de qualquer ação que objetive transformar determinado contexto. Seu envolvimento permite maior alinhamento entre diferentes perspectivas e, portanto, que interesses coletivos sejam valorizados, fazendo com que potenciais resistências à implementação das ações sejam minimizadas (WORLD BANK, 2017). O Estado, principalmente no caso de países em desenvolvimento, deve estimular sua sociedade à conscientização sobre conceitos e práticas sustentáveis, de modo que se torne mais natural a aderência e o apoio a projetos associados a aspectos do desenvolvimento sustentável (AZEVEDO; PELICIONI, 2012; KAWAICHI; MIRANDA, 2008; RAMCILOVIC-SUOMINEN; PÜLZL, 2018).

O processo que visa ao envolvimento social deve ser estimulado, principalmente, por meio da transparência e da disponibilização de informações por parte da instituição e da abertura de um canal para que a população tenha a possibilidade de posicionar-se ativamente, de modo a gerar um ambiente de debate construtivo (AZEVEDO; PELICIONI, 2012; MATUK, 2015). Bacha e Rodriguez (2007) destacam que, caso o engajamento da sociedade seja planejado e incentivado, ela pode assumir o protagonismo na manutenção e até mesmo na multiplicação das ações que tiveram o objetivo de transformar positivamente a realidade local.

A participação ativa e colaborativa da população beneficiária do projeto também é identificada como fator crítico de sucesso pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania da cidade de Maracanaú. Tal aspecto é elemento consistentemente presente no discurso dos envolvidos no projeto. Desde sua concepção, todas as necessidades e potencialidades abordadas no projeto foram identificadas por meio de interações com a população local. O processo de engajamento social perpetua-se em todas as ações da secretaria: as equipes que trabalham nas cozinhas comunitárias, por exemplo, são compostas por moradores dos bairros atendidos por elas, gerando assim alto nível de envolvimento dos trabalhadores e de conhecimento em relação à realidade local.

Essa lógica aplica-se a todos os equipamentos da Rede, sempre com o objetivo de maximizar os pontos de contato entre o projeto e seu público-alvo, o que permite que melhorias sejam constantemente implementadas. Critérios de elegibilidade dos benefícios, por exemplo, são refinados de acordo com as demandas da sociedade atendida. Existem reuniões formais para que a sociedade tenha a possibilidade de posicionar-se em relação a qualquer ponto que julgue relevante. Além disso, os usuários do restaurante central têm a possibilidade de dar nota ao cardápio do dia, permitindo que a gestão do equipamento possa organizar-se com o objetivo de maximizar o nível de satisfação.

O mesmo ocorre em relação aos agricultores familiares, as constantes interações permitem que as dificuldades enfrentadas pelos produtores sejam rapidamente identificadas, agilizando a reação da secretaria na busca por soluções alternativas. As dificuldades logísticas, por exemplo, foram solucionadas com a disponibilização de um ônibus que transportaria os produtores até localidades de alto fluxo, permitindo a realização de feiras itinerantes. Da mesma forma, dificuldades técnicas são constantemente superadas por meio das constantes interações entre o coordenador de técnicas agroecológicas e os agricultores parceiros do projeto.

De forma análoga, o projeto No Clima da Caatinga associa o alto nível de efetividade de suas ações à proximidade com a comunidade local. O trabalho além da fronteira da Reserva Serra das Almas iniciou-se a partir do profundo entendimento da realidade da região, em relação tanto a aspectos ambientais quanto sociais. Como resultado desse mapeamento, a associação identificou as necessidades latentes da região e priorizou-as de acordo com o nível de exposição e vulnerabilidade que cada comunidade. Ou seja, caso fossem obtidos recursos a ser direcionados para a construção de cisternas, eles seriam alocados prioritariamente nas comunidades que apresentavam maior exposição em relação à dificuldade de acesso à água potável.

A cada ação bem-sucedida, a credibilidade da Associação Caatinga era fortalecida na região e, por consequência, aumentava a expectativa das comunidades de receberem o apoio da instituição. Tal efeito permitiu que o diálogo com os líderes comunitários fosse cada vez mais bem-vindo e transparente, e que o trabalho de mapeamento de necessidades se mantivesse constantemente ativo e eficaz. No caso dos produtores, o processo foi equivalente, cada região recebia capacitações alinhadas com seus principais desafios, o que permitiu que resultados mais expressivos fossem alcançados pela alocação de recursos de forma estratégica.

A partir dos argumentos propostos na presente seção, considera-se que o engajamento da comunidade beneficiária é determinante para o sucesso do projeto. Tanto na literatura quanto

nas evidências levantadas nos casos, identificou-se que o envolvimento da sociedade é estratégico tanto para adequação e priorização das ações propostas, quanto para que seja estimulada a participação ativa e colaborativa por parte dos beneficiários. Tal aderência permite que o projeto obtenha resultados mais consistentes e duradouros, visto que serão valorizados e reforçados pela própria comunidade. Dessa forma, a “Proposição 7”, dentro do contexto e da realidade dos casos estudados no presente trabalho, foi considerada válida.

4.2.3.2 *Proposição 8*

Neste tópico, promove-se o diálogo entre a literatura e as evidências identificadas durante os estudos de caso com o propósito de esclarecer a validade da proposição 8: “O cumprimento e o alinhamento dos projetos com a agenda de objetivos global é um fator crítico de sucesso”.

A Organização das Nações Unidas historicamente intermediou discussões acerca de aspectos da sustentabilidade. Ao longo do tempo, os modos de produção internacionais promoveram desenvolvimento econômico a um alto custo social e ambiental, fazendo com que a eficiência do modelo vigente passasse a ser contestada (GOULD; MISSIMER; MESQUITA, 2016; XIAO et al., 2017). Com o objetivo de promover a conscientização e a modificação de modelos produtivos desarmoniosos, a ONU vem envidando esforços para estimular os grandes líderes internacionais a priorizarem e executarem iniciativas que busquem a promoção do desenvolvimento sustentável. Para tal, a ONU promoveu conferências e propôs agendas internacionais na tentativa de angariar o comprometimento dos países frente à temática da sustentabilidade (MEISELMAN, 2016)

Os lançamentos das agendas de objetivos globais, em 2000 e em 2015, representam marcos relevantes na busca da conscientização e do compromisso de líderes globais. Inicialmente, foram lançados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, compostos por oito macro-objetivos que visavam à minimização dos contrastes sociais e dos agressivos impactos ambientais gerados pelo modelo histórico de produção (ONU, 2015). Na sequência, foram lançados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que, fundamentados nos pilares da sustentabilidade, pretendiam estimular o engajamento de todos os países, independentemente de seus indicadores sociais e ambientais, em esforços cooperativos em busca do desenvolvimento sustentável (ONU, 2016).

As agendas internacionais podem ser consideradas macrodirecionadores para o planejamento de governos, empresas e organizações sociais. Como traçam metas de longo prazo e exigem

envolvimento de agentes de diversos setores, os objetivos tendem a ser consistentes diretrizes para o desenvolvimento de ações e projetos que visem ao desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2016; PEDERSEN, 2018).

No contexto brasileiro, os ODM influenciaram a criação de diversos programas e políticas que visavam ao cumprimento da agenda proposta. Até mesmo decretos foram instituídos para formalização do comprometimento de alguns estados e cidades do país com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (BRASIL, 2016). Tais iniciativas permitiram expressivo avanço do país, principalmente frente a indicadores sociais, e alguns programas de sucesso até se tornaram referência no cenário internacional (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Rao (2009) reforça a importância dos ODM no processo de planejamento, destacando que a Índia foi capaz de superar inúmeras adversidades e alavancar o progresso social do país por meio do alinhamento com a agenda global.

Nota-se, portanto, que a literatura aponta os planos de metas globais, propostos pela ONU, como relevantes diretrizes para o planejamento e a implementação de ações que visem ao desenvolvimento sustentável. Apesar do compromisso dos líderes globais frente aos objetivos, sua influência não precisa necessariamente estar restrita ao contexto governamental. Instituições privadas e organizações sociais podem inspirar-se e utilizar as orientações das agendas em seus processos internos, principalmente para a estipulação de objetivos e planos de metas.

Para o projeto desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú, a agenda internacional não apresentou impactos em seu processo de concepção. Os fatores que estimularam sua criação e inspiraram seus objetivos foram provenientes do mapeamento das necessidades locais, e os recursos para implementação do projeto foram obtidos por meio de políticas e apoio governamental. Apesar de seu processo de evolução ter ocorrido de forma independente em relação à orientação internacional, o projeto apresentava alto nível de sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Tal alinhamento permitiu que o projeto fosse contemplado com o Premio ODM Brasil no ano de 2013, por seu alto impacto frente ao cumprimento do ODM 1: acabar com a fome e a miséria.

A visibilidade alcançada permitiu que o projeto fosse reconhecido em nível nacional e extremamente valorizado pela prefeitura e pelo governo do estado. Tamanha repercussão permitiu que o projeto fosse blindado, no sentido de que, em momentos adversos, como os de restrição de recursos, fosse priorizado devido a seu alto impacto e relevância. O efeito descrito permitiu que o projeto obtivesse recursos mesmo em momento de crise, fazendo com que sua

operação fosse sustentada, mesmo que, por vezes, fora das condições ideais. Dessa forma, foi possível que o projeto alcançasse a longevidade necessária para a obtenção de resultados consistentes e, por isso, o alinhamento com as diretrizes das agendas internacionais pode ser considerado um fator crítico de sucesso.

De forma similar, o projeto desenvolvido pela Associação Caatinga não foi influenciado pelos objetivos globais em seus anos iniciais. Seu processo de evolução também ocorreu de forma independente da agenda global, mas seus caminhos cruzaram-se justamente devido ao Prêmio ODM Brasil, que condecorou o projeto devido a seu alinhamento com o ODM 7: garantir a sustentabilidade ambiental. Como o ocorrido com a Rede de Segurança Alimentar e Nutricional, a repercussão em nível nacional permitiu que a associação obtivesse êxito na prospecção de parcerias estratégicas que pudessem fomentar a expansão do projeto.

Por conseguinte, o projeto No Clima da Caatinga pôde acelerar seu processo de evolução devido à disponibilidade de recursos oriundos das parcerias estabelecidas. Ou seja, o alinhamento com a agenda de objetivos global permitiu que o projeto obtivesse reconhecimento e visibilidade, fatores que repercutiram diretamente na disponibilidade de recursos e, portanto, na capacidade da associação de implementar ações e promover resultados cada vez mais consistentes.

A partir dos argumentos propostos na presente seção, considera-se que o cumprimento e o alinhamento dos projetos com a agenda de objetivos global é um fator crítico de sucesso. Tanto na literatura quanto nas evidências levantadas nos casos, identificou-se que a agenda de objetivos global pode ser utilizada de forma estratégica no processo de planejamento dos projetos, pois também tem o potencial de viabilizar parcerias entre agentes que compartilhem o alinhamento frente aos objetivos globais propostos. Dessa forma, a “Proposição 8”, dentro do contexto e da realidade dos casos estudados no presente trabalho, foi considerada válida.

4.2.3.3 Proposição 9

Neste tópico, promove-se o diálogo entre a literatura e as evidências identificadas durante os estudos de caso com o propósito de esclarecer a validade da proposição 9: “O engajamento de múltiplos agentes é uma variável essencial para o êxito dos projetos”.

As agendas propostas pela ONU são compostas por objetivos audaciosos que demandam expressivas mudanças no contexto atual para que sejam alcançados. Para promover tais mudanças, é necessário que haja esforços colaborativos entre os agentes envolvidos, passiva ou ativamente, nas ações implementadas. Tal envolvimento é tão relevante para a efetividade da

promoção do desenvolvimento sustentável que, em ambas as agendas propostas pela ONU, existem objetivos específicos para destacar a necessidade de cooperação. O ODM 8 “estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento” e o ODS 17 “parcerias e meios de implementação” ilustram a necessidade do engajamento coletivo para que haja êxito no cumprimento dos planos de metas globais (COSTANZA et al., 2016; ONU, 2016; 2015; VERGRAGT et al., 2016).

De acordo com o conceito de mundo tripolar, a promoção do desenvolvimento sustentável só pode ser alcançada por meio do alinhamento e da cooperação entre agentes do governo, sociedade e instituições privadas (ALMEIDA, 2002). A articulação entre diversos agentes permite que soluções mais criativas sejam encontradas, de forma a fortalecer os benefícios gerados para todos os envolvidos e, assim, maximizar a obtenção dos resultados propostos (CELATA; COLETTI, 2018; KNICKEL; MARÉCHAL, 2018).

Para que tal envolvimento seja estimulado, é necessário que seja criado um canal de comunicação muito transparente e acessível entre os diversos agentes em questão. A transparência na troca de informações e a abertura para interações construtivas são fatores-chave para estimular o engajamento dos envolvidos (GOMES, 2011 *apud* MATUK, 2015; PELICIONI et al., 2013). É possível verificar resultados mais expressivos em casos nos quais se estimula o alto engajamento das partes impactadas; decisões tomadas de forma a minimizar a assimetria de poder tendem a gerar consequências de interesse coletivo e, portanto, geram efeitos mais consistentes (BACHA; RODRIGUEZ, 2007; WORLD BANK, 2017).

A literatura evidencia que ações elaboradas e implementadas de modo unilateral tendem a enfrentar resistências, o que compromete sua probabilidade de êxito. Sendo assim, para promover o desenvolvimento sustentável, a articulação entre múltiplos agentes é fator determinante para que as decisões tomadas estejam fortemente alinhadas com as necessidades e expectativas daqueles que serão impactados, permitindo assim que as ações tenham maior aderência e efetividade.

O engajamento de múltiplos agentes também é identificado como fator crítico de sucesso para a efetividade do projeto Rede de Segurança Alimentar e Nutricional. Como visto, o projeto visa aproximar a produção dos agricultores familiares da região da população exposta a condições de insegurança alimentar. Para tal, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania precisa articular ações de diversos agentes, como membros de associações, líderes comunitários e produtores, além de prospectar parceiros para suporte logístico e para destinação adequada de resíduos da operação. Desse modo, para que os objetivos sejam alcançados de maneira

consistente, é necessário o envolvimento e a cooperação entre agentes do governo, sociedade e instituições privadas.

Na perspectiva do projeto No Clima da Caatinga, a mesma relação foi evidenciada. As ações da associação são constantemente impulsionadas por parcerias estratégicas. Os recursos financeiros são provenientes de parcerias com instituições privadas que compartilham dos mesmos valores do projeto. Já a disseminação de tecnologias sustentáveis ocorre de maneira complementar a projetos governamentais que também objetivam transformar positivamente a realidade das comunidades beneficiárias. No tocante à propagação da educação ambiental, ela é proporcionada por meio de parcerias com escolas da rede pública da região, que permite que o projeto multiplique a quantidade de pessoas diretamente atingidas pelas ações implementadas.

A partir dos argumentos propostos na presente seção, considera-se que o engajamento de múltiplos agentes é uma variável essencial para o êxito dos projetos. Tanto na literatura quanto nas evidências levantadas nos casos, identificou-se que o envolvimento de atores diversos permite que o projeto expanda seus impactos, de forma simultânea, nas perspectivas horizontal e vertical, no sentido de que os efeitos são multiplicados tanto em sua amplitude quanto em sua profundidade. Por consequência, os projetos acabam por maximizar seu impacto e suas chances de promover o desenvolvimento inicialmente proposto. Dessa forma, a “Proposição 9”, dentro do contexto e da realidade dos casos estudados no presente trabalho, foi considerada válida.

4.2.3.4 Ponderações sobre os fatores críticos

O presente tópico pretende consolidar as principais ponderações acerca das discussões referentes à categoria 3: Fatores críticos de sucesso. As evidências coletadas, na literatura e nos dois estudos de caso, subsidiaram a construção de argumentos para a validação ou invalidação das proposições 7, 8 e 9. Os resultados foram consolidados na Figura 26.

Figura 26 – Resumo das discussões acerca da categoria 3

Proposições	Fontes de evidência		
	Literatura	Caso 1	Caso 2
7. O engajamento da comunidade beneficiária é determinante para o sucesso do projeto.
8. O cumprimento e o alinhamento dos projetos com a agenda de objetivos global são fatores críticos de sucesso.
9. O engajamento de múltiplos agentes é uma variável essencial para o êxito dos projetos.
Legenda: Validam a proposição. Invalidam a proposição. Não há um consenso na literatura.			

Fonte: elaborada pelo autor

De forma indireta, todas as proposições da categoria “Fatores críticos de sucesso” foram mencionadas durante as discussões das duas categorias predecessoras. As evidências que permitiram a identificação dos fatores críticos de sucesso, por vezes, foram as mesmas que permitiram a identificação das relações discutidas nos tópicos anteriores. Identificou-se grande afinidade entre todas as fontes de evidências no tocante aos fatores críticos mapeados. Dessa forma, a categoria 3 encerra suas discussões validando todas as proposições que a compõem.

Apesar das notórias diferenças entre os casos estudados, as análises e discussões realizadas permitiram que fossem identificados padrões que pudessem justificar os consistentes resultados apresentados por ambos. Dessa forma, foi possível concluir que o engajamento da sociedade beneficiária, o alinhamento dos projetos com a agenda de objetivos global e o engajamento de múltiplos agentes são fatores-chave para efetividade de projetos que tenham seus objetivos alinhados à promoção do desenvolvimento sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo se propõe a elucidar as considerações sobre os resultados obtidos pela presente pesquisa. Ademais, serão expostas algumas limitações de pesquisa identificadas ao longo da elaboração da mesma, assim como sugestões de temas para trabalhos futuros.

Considerando a recente conclusão do prazo para atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em 2015, e o lançamento da nova agenda de objetivos globais (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), foi identificada a necessidade de maior compreensão sobre a influência entre os planos de metas internacionais e a criação e execução de projetos eficazes alinhados aos objetivos propostos.

Dessa forma, o objetivo geral do presente trabalho consistiu em: verificar a influência da ONU e das políticas públicas nacionais na criação e no desdobramento de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável sob a ótica dos pequenos agricultores. Para tal, foram propostos três objetivos específicos:

- Verificar como as agendas sustentáveis propostas pela ONU (ODM) podem contribuir para consolidação de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável de pequenos agricultores;
- Compreender como as políticas públicas podem fomentar projetos voltados ao desenvolvimento sustentável de pequenos agricultores;
- Identificar fatores críticos de sucesso para o melhor aproveitamento da nova agenda internacional da ONU (ODS) no que tange ao desenvolvimento sustentável para pequenos agricultores.

Visando atingir os objetivos propostos, foi elaborado um profundo estudo da literatura referente à temática, que permitiu o desenvolvimento de 9 proposições de pesquisa. Por meio da realização de dois estudos de caso (com projetos de repercussão nacional), no interior do Ceará. Assim, foram identificadas evidências capazes de validar ou invalidar tais proposições. Os resultados obtidos nas discussões estão resumidos na Figura 27.

Figura 27 – Resumo das discussões acerca das proposições de pesquisa

Proposições	Fontes de evidência			Validação final
	Literatura	Caso 1	Caso 2	
1. Os ODM foram determinantes para a criação de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável da agricultura regional.
2. Projetos de desenvolvimento sustentável no setor agroalimentar impactam na saúde e na qualidade de vida das comunidades locais.
3. A agenda proposta pela ONU (ODM) está alinhada com o contexto de vulnerabilidade do pequeno agricultor brasileiro.
4. O desdobramento de projetos voltados para a sustentabilidade recebe apoio/incentivo de políticas públicas.
5. Normas ambientais têm impacto negativo na capacidade de sobrevivência dos pequenos agricultores.
6. As políticas públicas são capazes de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores.
7. O engajamento da comunidade beneficiária é determinante para o sucesso do projeto.
8. O cumprimento e o alinhamento dos projetos com a agenda de objetivos global são fatores críticos de sucesso.
9. O engajamento de múltiplos agentes é uma variável essencial para o êxito dos projetos.
Legenda: Validam a proposição. Invalidam a proposição. Não há um consenso na literatura.				

Fonte: elaborada pelo autor

Apesar da invalidação da proposição 1, as evidências identificadas nos casos estudados e na literatura permitiram esclarecimentos acerca da relação das agendas propostas e o sucesso de projetos alinhados ao desenvolvimento sustentável. Apesar de não serem determinantes para a criação dos projetos, o lançamento do plano de metas global tende a apresentar potencial para o fortalecimento dos projetos que buscam se alinhar com a agenda proposta. Devido ao caráter sinérgico dos objetivos, esforços orientados à causas específicas tendem a multiplicar seus impactos e promover desenvolvimento em outras frentes relacionadas.

Tal característica justifica o investimento e estímulo ao desenvolvimento sustentável no setor agroalimentar, visto que o mesmo pode promover ganhos significativos para a saúde e qualidade de vida das comunidades locais. Devido ao seu profundo alinhamento com o contexto de vulnerabilidade do agricultor brasileiro, os planos de metas propostos pela ONU podem ser considerados excelentes direcionadores para o planejamento e priorização de ações voltadas à promoção do desenvolvimento. Desse modo, de acordo com os casos estudados, todo agente que tenha por objetivo promover o desenvolvimento sustentável pode utilizar a agenda

internacional como referência para seu planejamento de longo prazo e para a criação de indicadores de acompanhamento.

Ao alinhar suas atividades e objetivos internos à agenda internacional, as empresas, prefeituras e organizações sociais fortalecem seu propósito e sua visibilidade e, desse modo, maximizam a possibilidade da criação de parcerias estratégicas. Ao serem orientadas pelos mesmos objetivos, diferentes organizações tendem a identificar sinergias mais facilmente, permitindo que esforços sejam somados e que, por consequência, sejam potencializados os resultados obtidos. Dessa forma, considera-se que o primeiro objetivo específico foi alcançado, visto que ambos estudos de caso apresentaram evidências de que foram fortalecidos pelas agendas sustentáveis, considerando que as mesmas foram determinantes para o sucesso e consolidação dos projetos.

As políticas públicas, identificadas pela literatura como determinantes para a implementação do desenvolvimento sustentável, também apresentaram destaque positivo na ótica dos projetos estudados. Tal relação foi percebida em diferentes intensidades dentre os projetos, sendo menos acentuada para o No Clima da Caatinga e vigorosa para o projeto Rede de Segurança Alimentar e Nutricional, onde as políticas públicas tiveram papel de destaque para sua viabilidade e desenvolvimento. A disponibilidade de recursos, somada à capacidade de planejamento e execução da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, permitiu que fossem articuladas ações focadas tanto na construção dos equipamentos para viabilizar a operação do projeto quanto no suporte e fortalecimento da agricultura familiar da região, responsável pelo abastecimento do sistema.

Na perspectiva do projeto desenvolvido pela Associação Caatinga, as políticas públicas apresentaram impactos complementares aos esforços da organização social. Algumas das necessidades da população local já estavam sendo atendidas através dos instrumentos públicos, o que permitiu que a associação concentrasse seus esforços no oferecimento de recursos adicionais, permitindo que a alavancagem da qualidade de vida fosse acelerada, gerando resultados mais expressivos e consistentes.

Independente da intensidade, foi constatado que os instrumentos governamentais são peça fundamental para o desdobramento de projetos voltados ao desenvolvimento sustentável e que os mesmos apresentam grande potencial para intervir e transformar realidades de vulnerabilidade social, principalmente dentro do contexto dos pequenos agricultores.

No caso da proposição 5, foi constatada uma inconformidade, que resultou em sua invalidação. Apesar da constatação negativa, as discussões acerca dessa proposição permitiram que fosse fortalecida a corrente da literatura que considera a possibilidade de sinergias entre as normas ambientais e a produtividade e competitividade do produtor. Os estudos de caso indicaram que, através de capacitações e da promoção da educação ambiental, os agricultores foram capazes de adotar práticas que permitiam a harmonização entre o respeito às normas ambientais e o ganho de produtividade. Considera-se, portanto, que o segundo objetivo específico também foi concluído com sucesso, visto que o papel das políticas públicas no processo de implementação dos dois projetos estudados foi clarificado de forma a destacar sua relevância para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A participação coletiva e colaborativa, seja através do engajamento da comunidade beneficiária dos projetos ou de outros agentes é fundamental para que resultados consistentes sejam obtidos. A participação ativa da comunidade deve ser estimulada e, para tal, se faz necessária a aderência entre os objetivos das ações propostas e as necessidades e expectativas da população atingida. Desse modo, destaca-se novamente a importância do planejamento e do estudo refinado do ambiente antes da tomada de decisão do executor do projeto. Uma vez engajada, a comunidade passará a alimentar o sistema com informações que permitirão o refinamento do plano de ação, possibilitando a realização de melhorias que maximizarão as possibilidades de sucesso do projeto.

A relação positiva citada é reforçada quando se observa não somente a perspectiva do envolvimento da sociedade, mas também de outros agentes que possam trazer recursos e contribuições adicionais. Em ambos os casos estudados, a participação de agentes externos trouxe competências e recursos complementares aos disponíveis inicialmente, permitindo a aceleração do desenvolvimento do projeto e a ampliação dos resultados. Através de parcerias estratégicas, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania obteve suporte na capacitação dos agricultores parceiros do projeto, permitindo que os mesmos aumentassem sua capacidade produtiva e, por consequência, disponibilizassem alimentos em maior quantidade e melhor qualidade. O projeto No Clima da Caatinga, recebeu apoio de empresas focadas em apoiar projetos de responsabilidade social e contou com forte contribuição das escolas da rede pública para a promoção da educação ambiental.

O alinhamento dos projetos com os ODM também foi identificado como fator crítico de sucesso. A visibilidade obtida pelos projetos após a condecoração dos mesmos no Prêmio ODM

Brasil permitiu a aproximação de diversos parceiros potenciais. Nota-se, portanto, a complementariedade dos fatores críticos identificados: através do alinhamento com os planos de metas internacionais, os projetos podem melhorar sua capacidade de planejamento, fator que maximizará a possibilidade de engajamento da comunidade beneficiária e que, portanto, permite a obtenção de resultados mais representativos. De forma complementar, a visibilidade obtida e o alinhamento com os mesmos objetivos permitem a consolidação de parcerias estratégicas, o que promove a aceleração do desenvolvimento do projeto através da complementariedade de capacidades e da disponibilidade de recursos.

Os resultados das discussões apresentadas pelo último grupo de proposições reforçam as relações identificadas nas discussões anteriores e permitem afirmar que o último objetivo específico também foi concluído com êxito. Desse modo, considera-se que as contribuições do presente trabalho permitiram que fosse respondida sua pergunta de pesquisa: como a ONU e as políticas públicas podem influenciar na criação e desdobramento do desenvolvimento sustentável na realidade dos pequenos agricultores?

Conforme elucidado, tanto as instituições públicas (através das políticas públicas) quanto as internacionais (ONU) são fundamentais no processo de desdobramento de projetos que suportem o desenvolvimento sustentável na realidade dos pequenos agricultores. Tal influência, por vezes, ocorre na forma de estímulos, os agentes citados geram orientação e incentivos para que sejam adotadas práticas que possam, aos poucos, promover o desenvolvimento. Ambos atuam, portanto, como articuladores e dependem diretamente do papel de instituições executoras para que os objetivos propostos inspirem, de fato, ações locais capazes de promover impactos alinhados com o desenvolvimento sustentável.

Vale ressaltar que a presente pesquisa apresentou algumas limitações em seu desenvolvimento. Inicialmente, por se tratar de um estudo de caso, os resultados apresentados são referentes apenas às instituições estudadas, não podendo ser generalizados. Houveram também restrições de fatores como orçamento e tempo, limitaram a quantidade de casos estudados, assim como estabeleceram um limite à capacidade de deslocamento do pesquisador, exigindo a concentração geográfica dos casos selecionados. Dessa forma, foram explorados apenas casos com atuação no interior do Ceará. Nota-se também, que os estudos de caso se atentaram muito à execução dos projetos, afastando-se da perspectiva de planejamento e estratégia, que estariam ligadas às instituições governamentais e a ONU.

Houve também uma restrição em relação ao espectro de objetivos abordados em cada uma das agendas propostas pela ONU. A pesquisa teve foco em casos relacionados à agricultura e, desse modo, deixou de discutir diversos objetivos que estivessem fundamentalmente alinhados à aspectos como educação e saúde, temas de grande relevância para o desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, os resultados da pesquisa, apesar de relevantes, não podem ser expandidos para todos os ODS, visto que não contemplam parte dos temas que compõem as agendas internacionais propostas pela ONU.

Isto posto, sugere-se que sejam explorados casos de sucesso de projetos contrastantes aos destacados no presente trabalho. Pesquisas visando investigar casos de maior heterogeneidade permitirão a construção de contribuições que possam ser complementares às apresentadas, permitindo o enriquecimento da literatura e, por consequência, das discussões acerca da temática. Sugere-se também que sejam desenvolvidos trabalhos que busquem evidenciar outras perspectivas do processo de implementação dos projetos, realçando ainda mais as etapas de estratégia e planejamento, permitindo assim, a valorização e maior entendimento da relação do papel do Estado e da ONU, agentes-chave para o êxito na busca pelo desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALIGLERI, L. M. **A adoção de ferramentas de gestão para a sustentabilidade e a sua relação com os princípios ecológicos nas empresas.** [s.l.] USP, 2011.
- ALMEIDA, F. **O Bom negócio da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ANDRADE, R. L. P. DE. **Consequências Positivas das Barreiras Não-Tarifárias no Comércio Internacional de Produtos do Agronegócio: o caso da cadeia da carne bovina.** [s.l.] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.
- AZEVEDO, E. DE; PELICIONI, M. C. F. Agroecologia e promoção da saúde no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 31, n. 4, p. 290–295, 2012.
- BACHA, C. J. C.; RODRIGUEZ, L. C. E. Profitability and social impacts of reduced impact logging in the Tapajós National Forest, Brazil - A case study. **Ecological Economics**, v. 63, n. 1, p. 70–77, 2007.
- BARBOSA, G. S. Revista Visões. **O desafio do desenvolvimento sustentável**, v. 1, p. 11, 2008.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BELIK, W. A Heterogeneidade e suas implicações para as políticas publicas no rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 9–30, 2015.
- BIZIKOVA, L. **Private Investments and Agriculture:** The importance of integrating sustainability into planning and implementation. Winnipeg: [s.n.].
- BRASIL. **O Brasil e os ODM.** Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>>. Acesso em: 12 set. 2016.
- BRUNDTLAND, G. H. **Report of the World Commission on environment and development: “our common future”.** New York: [s.n.]. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N87/184/67/IMG/N8718467.pdf?OpenElement>>.
- BUAINAIN, M.; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores ? In: **Distribuição produtiva e tecnológica dos estabelecimentos agropecuários de menor porte e gestão familiar no Brasil.** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. p. 29–70.
- CAMPOS, S. A. C.; BACHA, C. J. C. O Custo Privado da Reserva Legal para os Produtores Agropecuários de São Paulo e Mato Grosso nos Anos de 1995 e 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 1, p. 71–88, 2016.
- CAPRA, F. **As conexões ocultas: Ciência para uma Vida sustentável.** São Paulo: Cultrux, 2002.
- CARDOSO, A. C. F. **O programa estratégico integrado de gestão para o desenvolvimento sustentável.** [s.l.] Universidade de São Paulo, 2012.
- CARNEIRO, F. F. et al. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** EPSJV ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2015.
- CARSON, R. **Silent Spring.** [s.l.: s.n.].
- CASTRO, I. R. R. DE. Challenges and perspectives for the promotion of adequate and healthy

food in Brazil Desafios e perspectivas para a promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil Desafíos y perspectivas para la promoción de una alimentación adecuada y saludable en. v. 31, p. 1–3, 2015.

CELATA, F.; COLETTI, R. Community organizing, sustainability transitions and public policies: Introduction to the special section. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, n. January, p. 1–4, 2018.

CGEE. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro : Ganhar tempo é possível?** Brasília: [s.n.].

CHENG, W. et al. Green Public Procurement, Missing Concepts and Future Trends – A Critical Review. **Journal of Cleaner Production**, v. 176, p. 770–784, 2017.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. Porto-Alegre: Bookman, 2011.

COSTA, G. O. T.; MACHADO, A. F.; AMARAL, P. V. Vulnerability to poverty in Brazilian municipalities in 2000 and 2010: A multidimensional approach. **Economia**, v. 19, p. 132–148, 2017.

COSTANZA, R. et al. **An introduction to ecological economics**. [s.l.] CRC Press, 1997.

COSTANZA, R. et al. Measuring sustainable wellbeing in connection with the UN Sustainable Development Goals. **Ecological Economics**, p. 1–8, 2016.

DI GIULIO, G. M. et al. Communication and risk governance: the Brazilian experience in areas contaminated by lead. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 2 (jul.-), p. 283–297, 2010.

ELKINGTON, J. Cannibals with forks. **Cannibals with Forks: The triple bottom line of 21st century**The triple bottom line of 21st century, n. April, p. 1–16, 1997.

FAO. **The state of food and agriculture**. Rome: [s.n.]. v. 2

FEIX, R. D.; MIRANDA, S. G. DE; BARROS, G. S. DE C. Comércio Internacional, Agricultura e Meio Ambiente : teorias , evidências e controvérsias empíricas. In: **Comércio Internacional, Agricultura e Meio Ambiente : teorias , evidências e controvérsias empíricas**. 3. ed. Piracicaba: [s.n.]. p. 604–634.

FEIX, R. D.; VASCONCELOS, C. R. F. O ecoprotecionismo agrícola na União Européia e seus possíveis impactos sobre a economia brasileira. In: **Análise Econômica**. v. 23, ed. Porto Alegre: [s.n.]. p. 147–164.

FORESIGHT. **The Future of Food and Farming (2011) Final Project Report**.The Government Office for Science, London. [s.l.: s.n.].

FRANÇA, C. G. DE; GROSSI, M. E. DEL; MARQUES, V. P. M. DE A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: [s.n.].

GOULD, R.; MISSIMER, M.; MESQUITA, P. L. Using social sustainability principles to analyse activities of the extraction lifecycle phase: Learnings from designing support for concept selection. **Journal of Cleaner Production**, p. 1–10, 2016.

GRAEUB, B. E. et al. The State of Family Farms in the World. **World Development**, v. 87, p. 1–

15, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155–180.

GUEDES, S. N. R.; YABUKI, M. K. Estrutura e desempenho das agropecuárias em dois países emergentes: um estudo comparativo entre Brasil e China. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 11, n. 3, p. 41–63, 2013.

HAIR JR., J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HART, S. L. **O Capitalismo na Encruzilhada**: As inúmeras oportunidades de negócios na solução dos problemas mais difíceis do mundo. 1. ed. Porto-Alegre: Bookman, 2005.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006Ibge**. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>.

IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: Ipea, 2014.

JACINTHO, J. C. **Proposta de modelo para análise dos fatores críticos de competitividade : inovação, conhecimento e sustentabilidade**. [s.l.] Unicamp, 2010.

JOHNSTON, J. L.; FANZO, J. C.; BOGIL, B. Understanding sustainable diets : a descriptive analysis of the determinants and processes that influence diets and their impact on health , food security and environmental sustainability. In: **Advances in Nutrition: An International Review Journal**. [s.l: s.n.]. v. 5p. 418–429.

JONKUTE, G.; STANIŠKIS, J. K. Realising sustainable consumption and production in companies: The SUsustainable and RESponsible COMpany (SURESCOM) model. **Journal of Cleaner Production**, p. 1–11, 2015.

KAWAICHI, V. M.; MIRANDA, S. H. G. DE. Políticas Públicas Ambientais: a Experiência Dos Países No Uso De Instrumentos Econômicos Como Incentivo À Melhoria Ambiental Vanessa. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, p. 1–22, 2008.

KELLY, E. et al. Sustainability indicators for improved assessment of the effects of agricultural policy across the EU: Is FADN the answer? **Ecological Indicators**, v. 89, n. December 2017, p. 903–911, 2018.

KNICKEL, K.; MARÉCHAL, A. Stimulating the social and environmental benefits of agriculture and forestry: An EU-based comparative analysis. **Land Use Policy**, v. 73, n. December 2017, p. 320–330, 2018.

KOURULA, A.; PISANI, N.; KOLK, A. Corporate sustainability and inclusive development : highlights from international business and management research. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. February, p. 1–10, 2017.

LOUETTE, A. Gestão do conhecimento: compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental. p. 188, 2007.

LOURENZANI, A. E. B. et al. **Barreiras e oportunidades na comercialização de produtos hortícolas provenientes da agricultura familiar: um estudo de caso em assentamento no município de Araraquara – SP.** Congresso Brasileiro de economia e sociologia rural. **Anais...**2002

MALHEIROS, T. F.; JUNIOR, A. P.; COUTINHO, S. M. V. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 7–20, 2008.

MARGULIS, S. **A Regulamentação Ambiental: Instrumentos e Implementação.** Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0437.pdf>.

MATUK, T. T. **Práticas alimentares (in)sustentáveis: participação, promoção da saúde e educação ambiental.** [s.l.] Universidade de São Paulo, 2015.

MAY, P. Economia Ecológica e o Desenvolvimento Equitativo no Brasil. In: INPSO-FUNDAJ, I. DE P. S.-F. J. N. (Ed.). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p. 146–158.

MCARTHUR, J. W.; RASMUSSEN, K. Change of pace: Accelerations and advances during the Millennium Development Goal era. **World Development**, v. 105, p. 132–143, 2018.

MCMICHAEL, A. J. Integrating nutrition with ecology: balancing the health of humans and biosphere. **Public health nutrition**, v. 8, n. 6A, p. 706–715, 2005.

MEISELMAN, H. L. Quality of life, well-being and wellness: Measuring subjective health for foods and other products. **Food Quality and Preference**, v. 54, p. 101–109, 2016.

MELLO, M. C. A. DE; NASCIMENTO, L. F. Produção mais limpa : um impulso para a inovação e a obtenção de vantagens competitivas. In: **Encontro Nacional de Engenharia de Produção, XXII.**, p. 1–8, 2002.

MIRANDA, S. H. G. DE; FEIX, R. D. **Effects of the environmental regulation on the international trade pattern for agricultural products.** Climate Change in World Agriculture: Mitigation, Adaptation, Trade and Food Security. **Anais...**2010

MOUYSET, L. Agricultural public policy: Green or sustainable? **Ecological Economics**, v. 102, p. 15–23, 2014.

MURAKAMI, F. et al. How the Brazilian government can use public policies to induce recycling and still save money? **Journal of Cleaner Production**, v. 96, p. 94–101, 2015.

NJOH, A. J.; AKIWUMI, F. Colonial legacies , land policies and the millennium development goals : Lessons from Cameroon and Sierra Leone. **Habitat International**, v. 36, n. 2, p. 210–218, 2012.

OLIVEIRA, L. G. DE; BATALHA, M. O.; PETTAN, K. B. **Caracterização do processo de comercialização do programa de aquisição de alimentos e do programa nacional de alimentação escolar no município de ubá-mg.** 53o Congresso da Sober. Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Anais...**2015

ONU. **The millennium development goals report 2015.** New York: [s.n.].

ONU. **Sustainable Development Goals.** Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/?menu=1300>>. Acesso em: 28 set. 2016.

PAIXÃO, M. A. S. DA; BACHA, C. J. C. A agropecuária brasileira e a sua inserção na Economia Verde : uma análise do Plano e do Programa ABC. **Pesquisa & Debate**, v. 26, n. 47, p. 75–98, 2015.

PEDERSEN, C. S. **ScienceDirect The UN Sustainable Development Goals (SDGs) are a great gift to business!** 25th CIRP Life Cycle Engineering (LCE) Conference. **Anais...**The Author(s), 2018Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.procir.2018.01.003>>

PELAEZ, V. et al. Revista de Política Agrícola. **A dinâmica do comércio internacional de agrotóxicos**, p. 39–52, 2016.

PEREIRA, A. M.; LIMA, D. A. L. L.; REYDON, B. P. **As Políticas De Comando E Controle São a Melhor Alternativa Para O Conhecimento Tradicional ?** VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. **Anais...**Fortaleza: 2007

PETERSEN, P. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil:** agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2015.

RADA, N.; HELFAND, S.; MAGALHÃES, M. Agricultural productivity growth in Brazil: Large and small farms excel. **Food Policy**, n. xxxx, 2018.

RAMCILOVIC-SUOMINEN, S.; PÜLZL, H. Sustainable development – A ‘selling point’ of the emerging EU bioeconomy policy framework? **Journal of Cleaner Production**, v. 172, p. 4170–4180, 2018.

RAO, S. S. Achieving millennium development goals : Role of ICTS innovations in India. **Telematics and Informatics**, v. 26, n. 2, p. 127–143, 2009.

REXHEPI, A.; FILIPOSKA, S.; TRAJKOVIK, V. Youth e-participation as a pillar of sustainable societies. **Journal of Cleaner Production**, v. 174, p. 114–122, 2018.

REYES, T.; XAVIER, A. F.; NAVEIRO, R. M. Systematic literature review of eco-innovation models : Opportunities and recommendations for future research. **Journal of Cleaner Production**, v. 149, p. 1278–1302, 2017.

ROGGE, K. S.; REICHARDT, K. Policy mixes for sustainability transitions : An extended concept and framework for analysis. **Research Policy**, v. 45, n. 8, p. 1620–1635, 2016.

ROSALES, F. P. et al. **Agri-food supply chain:** mapping particular risks. EurOMA Conference. **Anais...**Neuchatel: 2015

SABES, J. J. S.; FILHO, J. J. S. S. H. M. DE S. Análise da influência dos principais aspectos do ambiente institucional para o desempenho competitivp do agrossistema de laranja do estado do Paraná. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v. 3, n. 2, p. 9–29, 2010.

SACHS, I. **Rumo à Ecosocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3º edição ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, B. DE S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. [s.l.] Edições Afrontamento, 1999.

SCHUTEL, S.; GIORDANI, E. M. **Ontopsicologia e Gestão:** a Formação da Mentalidade

Sustentável. Anais do V Encontro de Estudos em Estratégia. **Anais...**Porto-Alegre -RS: ANPAD, 2011

SCHWANTES, F.; BACHA, C. J. C. Custos Sociais e Orçamentários das Políticas de Garantia de Preços no Brasil - estudo dos casos de arroz e milho. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 02, p. 367–388, 2017.

SEROA DA MOTTA, R.; RUITENBEEK, J.; HUBER, R. Uso de instrumentos econômicos na gestão ambiental da América Latina e Caribe: lições e recomendações. **IPEA - Texto para discussão**, v. nº 440, p. 66, 1996.

SILVA, P. J. DA. **Escolhas e influências dos consumidores de alimentos na modernidade reflexiva**. [s.l.] Universidade Federal do Paraná, 2006.

SILVA, O. M. Política agrícola brasileira e os acordos SPS e TBT da OMC Padronização ou proteção ? 1. p. 103–122, 2014.

SILVA, R. DE O. et al. The role of agricultural intensification in Brazil's Nationally Determined Contribution on emissions mitigation. **Agricultural Systems**, v. 161, n. August 2017, p. 102–112, 2018.

SLADE, C.; CARTER, J. Local Governance for Social Sustainability: equity as a strategic response to neoliberal constraints in food security initiatives. **Australian Geographer**, p. 1–15, 2017.

SMITH, J. et al. Balancing competing policy demands: The case of sustainable public sector food procurement. **Journal of Cleaner Production**, v. 112, p. 249–256, 2016.

SOZINHO, D. W. F. et al. Towards strengthening sustainability instruments in the Brazilian sugarcane ethanol sector. **Journal of Cleaner Production**, v. 182, p. 437–454, 2018.

STÉDILE, J. P.; LOCONTE, W. **A questão agrária no Brasil**. [s.l.] Atual Editora, 1997. v. 1

STEFANES, M. et al. Property size drives differences in forest code compliance in the Brazilian Cerrado. **Land Use Policy**, v. 75, n. March, p. 43–49, 2018.

TONI, M.; RENZI, M. F.; MATTIA, G. Understanding the link between collaborative economy and sustainable behaviour: An empirical investigation. **Journal of Cleaner Production**, v. 172, p. 4467–4477, 2018.

TURNER, R. K. Sustainable Development and Climate Change. **Studies in Environmental Science**, v. 65, p. 55–66, 1995.

UECKER, G. L.; UECKER, A. D.; BRAUN, M. B. S. **A GESTÃO DOS PEQUENOS EMPREENDIMENTOS RURAIS NUM AMBIENTE COMPETITIVO GLOBAL E DE GRANDES ESTRATÉGIAS**. XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. **Anais...**Ribeirão Preto: SOBER, 2005

VERGRAGT, P. J. et al. Transitions to sustainable consumption and production in cities. **Journal of Cleaner Production**, v. 134, p. 1–12, 2016.

VOINESCU, R.; MOISOIU, C. Competitiveness , Theoretical and Policy Approaches . Towards a more competitive EU. **Procedia Economics and Finance**, v. 22, n. November 2014, p. 512–521, 2015.

WORLD BANK. **Relatório de Desenvolvimento Mundial**. [s.l: s.n.].

XIAO, Y. et al. How Social Footprints of Nations Can Assist in Achieving the Sustainable Development Goals. **Ecological Economics**, v. 135, p. 55–65, 2017.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Método**. 4ª edição ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B. Contribuindo para o desenvolvimento local / regional e dos pequenos produtores rurais Contributing to the development local / regional and small farmers. 2006.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ORGANIZAÇÕES

Informações gerais

- 1. Nome do Projeto:**
- 2. Nome da Instituição:**
- 3. Endereço:**
- 4. Telefone:**
- 5. E-mail:**
- 6. Nome do entrevistado:**
- 7. Cargo do entrevistado:**

Descrição do projeto

- 8. Descrição geral do projeto:**
- 9. Motivações gerais para sua criação:**
- 10. Descrição dos objetivos:**
- 11. Existem metas específicas? Se sim, detalhar.**
- 12. Público-alvo:**
- 13. Quais os principais impactos/resultados?**
- 14. O projeto tem prazo para ser finalizado?**

15. Quais as principais dificuldades, tanto para criação e manutenção do projeto, quanto para o atingimento dos objetivos propostos?

16. Quais são os diferenciais e os mecanismos de sucesso?

Planos de metas internacionais

17. A instituição tem conhecimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio?

18. O cumprimento dos ODM interferiu na criação ou no planejamento do projeto?

19. Quais ODM são impactados, direta ou indiretamente, pela atividade do projeto?

20. Qual objetivo central motivou a criação do projeto?

21. Você identifica reflexos positivos além do que foi inicialmente projetado?

22. Quais são as maiores contribuições?

23. Você acredita que o projeto possa ser replicado, ou servir de exemplo para auxiliar o desenvolvimento de outras regiões do Brasil ou até mesmo de outros países?

24. A instituição tem conhecimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

25. Há possibilidade de que a nova agenda de objetivos seja incorporada no projeto atual?

26. Há possibilidade de que a nova agenda de objetivos motive a criação de novos projetos na região?

Políticas públicas

27. Existe algum tipo de apoio governamental ao projeto? Se sim, é proveniente do governo federal, estadual ou municipal?
28. O apoio ocorre de que forma (incentivos financeiros, cursos, treinamentos ou outros)?
29. Como ocorre o acesso à esses incentivos? Eles são temporários? Existe alguma contrapartida?
30. Essa forma é a que vocês entendem como mais adequada? Qual tipo de apoio seria ideal?
31. Você considera o apoio governamental determinante para o bom desempenho do projeto?

Sociedade civil

32. Como ocorre a interação com a sociedade civil e outras organizações no setor?
33. Existe algum tipo de apoio, parceria ou suporte de outras organizações? Se sim, detalhar.
34. Existe um programa de voluntariado ou alguma forma de estimular o envolvimento da sociedade civil? Se sim, detalhar.
35. Você sente que a sociedade valoriza o projeto? De que forma isso é percebido?
36. Você considera o apoio da sociedade civil determinante para o bom desempenho do projeto?

Impactos no Setor

37. Existe alguma resistência ao projeto? Se sim, qual o motivo? Qual a melhor forma de superar essa dificuldade?

- 38. Qual a importância do acesso à informação e da capacitação na implementação de práticas sustentáveis?**
- 39. Como você avalia os impactos das normas ambientais para o modo de produção, os custos e a competitividade dos produtores?**
- 40. As questões socioambientais devem ser consideradas como estratégicas? Por quê?**
- 41. Você considera o apoio do setor determinante para o bom desempenho do projeto?**

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PREFEITURAS

Informações gerais

- 1. Nome do Projeto:**
- 2. Cidade:**
- 3. Endereço:**
- 4. Telefone:**
- 5. E-mail:**
- 6. Nome do entrevistado:**
- 7. Cargo do entrevistado:**

Descrição do projeto

- 8. Descrição geral do projeto:**
- 9. Motivações gerais para sua criação:**
- 10. Descrição dos Objetivos:**
- 11. Existem metas específicas? Se sim, detalhar.**
- 12. Público-alvo:**
- 13. Quais os principais impactos/resultados?**

14. O projeto tem prazo para ser finalizado?
15. Quais as principais dificuldades? Tanto para criação e manutenção do projeto, quanto para o atingimento dos objetivos propostos.
16. Quais são os diferenciais e os mecanismos de sucesso?

Planos de metas internacionais

17. A instituição tem conhecimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio?
18. O cumprimento dos ODM interferiu na criação ou no planejamento do projeto?
19. Quais ODM são impactados, direta ou indiretamente, pela atividade do projeto?
20. Qual objetivo central motivou a criação do projeto?
21. Você identifica reflexos positivos além do que foi inicialmente projetado?
22. Quais são as maiores contribuições?
23. Você acredita que o projeto possa ser replicado, ou servir de exemplo para auxiliar o desenvolvimento de outras regiões do Brasil ou até mesmo de outros países?
24. A instituição tem conhecimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?
25. Há possibilidade de que a nova agenda de objetivos seja incorporada ao projeto atual?
26. Há possibilidade de que a nova agenda de objetivos motive a criação de novos projetos na região?

Políticas públicas

27. Existe algum tipo de apoio governamental ao projeto? Se sim, é proveniente do governo federal ou estadual?
28. O apoio ocorre de que forma (incentivos financeiros, cursos, treinamentos ou outros)?
29. Como ocorre o acesso à esses incentivos? Eles são temporários? Existe alguma contrapartida?

30. Essa forma é a que vocês entendem como mais adequada? Qual tipo de apoio seria ideal?

31. Você considera o apoio governamental determinante para o bom desempenho do projeto?

Sociedade civil

32. Como ocorre a interação com a sociedade civil e outras organizações no setor?

33. Existe algum tipo de apoio, parceria ou suporte de outras organizações? Se sim, detalhar.

34. Existe um programa de voluntariado ou alguma forma de estimular o envolvimento da sociedade civil? Se sim, detalhar.

35. Vocês sentem que a sociedade valoriza o projeto? De que forma isso é percebido?

36. Você considera o apoio da sociedade civil determinante para o bom desempenho do projeto?

Impactos no Setor

37. Existe alguma resistência ao projeto? Se sim, qual o motivo? Qual a melhor forma de superar essa dificuldade?

38. Qual a importância do acesso à informação e da capacitação na implementação de práticas sustentáveis?

39. Como você avalia os impactos das normas ambientais para o modo de produção, os custos e a competitividade dos produtores?

40. As questões socioambientais devem ser consideradas como estratégicas? Por quê?

41. Você considera o apoio do setor determinante para o bom desempenho do projeto?